

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PATRÍCIA UNANUE DIAS

**BACHILLERATO POPULAR ARBOLITO DA UST: UMA ANÁLISE SOBRE A  
RELAÇÃO ENTRE A AUTOGESTÃO DO TRABALHO E AS PRÁTICAS  
EDUCATIVAS**

Porto Alegre

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
LINHA DE PESQUISA: TRABALHO, MOVIMENTOS SÓCIAIS E  
EDUCAÇÃO

**BACHILLERATO POPULAR ARBOLITO: UMA ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO  
ENTRE A AUTOGESTÃO DO TRABALHO E PRÁTICAS EDUCATIVAS.**

Patrícia Unanue Dias

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Clara Bueno Fischer

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Porto Alegre  
2014

### CIP - Catalogação na Publicação

Unanue Dias, Patrícia

Bachillerato Popular Arbolito da UST: uma análise sobre a relação entre a autogestão do trabalho e as práticas educativas / Patrícia Unanue Dias. -- 2014. 152 f.

Orientadora: Maria Clara Bueno Fischer.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. autogestão. 2. cooperativa de trabalho. 3. bachillerato popular. 4. empresas recuperadas. I. Bueno Fischer, Maria Clara, orient. II. Título.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço

A minha mãe, por me proporcionar amor incondicional, e por ser um exemplo de mulher lutadora!

Aos meus irmãos Simone e Fernando, com eles eu aprendi e sigo aprendendo a enfrentar “junto” as maravilhas e as contradições da vida. Vocês me dão conforto e fortaleza!

A minha família de santo, que tanta fortaleza me dá: Nely Bitencourt, Cauê Fraga Machado, Anna Popp, Marco Dutra, Adrielly Bitencourt, Willian Bitencourt, Thomas Bitencourt e, em especial, minha mãe de santo, que é puro amor e companheirismo, Rosa Bitencourt.

Aos amig@s que fazem as utopias se tornarem reais em cada afeto e por tornarem esse mundo muito mais doce: Cauê Fraga Machado, Anna Christina de Brito Antunes, Thais Brandão, Simone de Azevedo Bach e Sue Helen Marques. Vocês são muito especiais!

Ao grupo das quatro, sempre presentes com muito amor: Daniele Bertão, Maria Alice Hocevar e Laura Lopes.

Aos amig@s que alegram vida e de quem eu adoro estar perto: Marcos Vinicius Ferreira, Bianca Ruskowski, Betânia Cordeiro, Milena do Carmo, Marieta Reis, Ana Paula Antunes, Ana Paula Koetz, Ciro Ferreira, Carla Pfeifer, Vicente Ribeiro, Israel Dutra, Marcelo Cortes, Arildo Leal, Leonardo Vigolo, Jardel Cunha, Bruno Ortiz, Lucia Caisso, Marcelo Pernia, Emiliano Charna, Larissa Grisa, Pig, Daniel Augusto e Patrick Dias.

À professora Maria Clara Bueno Fischer, minha orientadora e amiga. Foi um prazer realizar esse trabalho contigo. Espero que possamos seguir juntas em outros projetos.

Aos trabalhadores da cooperativa UST, por demonstrarem que outra forma de trabalho é possível! Em especial, a Mario, Diego, Gustavo e Marcelo.

Aos professores, funcionários e estudantes do Bachillerato Popular Arbolito, pelo apoio e ensinamentos. Em especial, a Claudia Alvarez, Claudio, Oscar e Lucia.

Aos moradores do bairro San Lorenzo de Wilde, pela acolhida e pelo carinho. Em especial, à família Maruf.

Aos companheir@s da Tendência Sindical Resistência Popular pela militância combativa!

Aos meus colegas de orientação: Betânia Cordeiro, Cluvio Terceiro, Anália Martins de Barros, Kátia Saraiva, Ivan Corrêa, Maristela Lozekann, Guilherme Brandt e Carla Melissa.

Aos meus colegas de trabalho pela luta por uma educação pública de qualidade.

Aos professores Lia Tiriba, Jaime Zitkoski, Telmo Adams pelo apoio e pelas apreciações na qualificação do projeto de dissertação.

A Claudio Nascimento pelas recomendações e leitura atenta.

Ao CNPq, UFRGS/PPGEDU pela oportunidade.

Canto a la Huelga<sup>1</sup>

(...)  
Hasta que un día, como un lamento  
de lo más hondo del corazón,  
por las callejas del campamento  
vibró un acento de rebelión;  
eran los ayes de muchos pechos,  
de muchas iras era el clamor,  
la clarinada de los derechos  
del pobre pueblo trabajador.  
(...)

---

<sup>1</sup> Poema escrito pelo militante anarquista, operário e poeta popular Francisco Luis Pezoa, em homenagem aos trabalhadores assassinados na Escuela Santa María de Iquique em dezembro de 1907 no Chile.

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivos identificar e analisar sentidos e elementos que uma experiência de autogestão do trabalho mobiliza em trabalhadores ao desenvolverem práticas educativas para jovens e adultos. A pesquisa se desenvolveu com trabalhadores da cooperativa *Unión Solidaria de los Trabajadores* e do *Bachillerato Popular Arbolito*, ambos localizados no bairro San Lorenzo de Wilde (Avellaneda/ Buenos Aires/ Argentina). Realizou-se uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, através de quatro saídas de campo, nas quais foram utilizadas as técnicas de observação participante e entrevistas semiestruturadas. Ao longo da dissertação, buscou-se contextualizar as empresas recuperadas e os Bachilleratos Populares na Argentina, problematizar o conceito e algumas experiências históricas de autogestão e analisar as características da cooperativa UST e do Bachillerato Popular Arbolito. As análises deste estudo indicam que a experiência de autogestão da UST mobiliza elementos e sentidos na organização do Bachillerato Popular Arbolito que se relacionam com o ideal de autogestão integral, o estabelecimento de relações políticas com organizações sociais, o desenvolvimento de uma *cultura do trabalho* própria dessa experiência de autogestão, a construção de *saberes do trabalho associado* na UST, a relação entre trabalho e educação e, por fim, o elemento educacional como estratégia que compõe a autogestão da cooperativa. Nesse sentido, a presente dissertação sugere que o Bachillerato Popular Arbolito, assim como outros trabalhos sociais desenvolvidos pela UST no bairro San Lorenzo, compõe o ideal e o experimentado pela autogestão nessa cooperativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bachilleratos Populares; autogestão, cooperativa de trabalho.

## RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivos identificar y analizar significados y elementos que una experiencia de autogestión moviliza en trabajadores para desarrollar prácticas educativas para jóvenes y adultos. La investigación se desarrolló con los trabajadores de la cooperativa Unión de los Trabajadores de Solidaridad y del Bachillerato Popular Arbolito, ambas ubicadas en el barrio San Lorenzo de Wilde (Avellaneda / Buenos Aires / Argentina). Se realizó una investigación cualitativa - con enfoque etnográfico - a través de cuatro salidas de campo en las que se utilizó la observación participante y entrevistas semiestructuradas. En el presente estudio, se intentó contextualizar las empresas recuperadas y los bachilleratos populares en Argentina, problematizar el concepto de autogestión y algunas experiencias históricas autogestión, así como el análisis de las características de la cooperativa UST y del Bachillerato Popular Arbolito. Los análisis de este estudio indican que la experiencia de autogestión de la UST moviliza elementos y sentidos en la organización del Bachillerato Popular Arbolito que se relacionan con el ideal de autogestión integral, el establecimiento de relaciones políticas con organizaciones sociales, el desarrollo de una *cultura del trabajo* propia de esa experiencia de autogestión, la construcción de saberes del trabajo asociado en la UST, la relación entre trabajo y educación y, por fin, el elemento educacional como estrategia que compone la autogestión de la cooperativa. En ese sentido, el presente estudio sugiere que el Bachillerato Popular Arbolito, así como los demás trabajos sociales desarrollados por la UST en el barrio, compone el ideal y el experimentado por la autogestión de esa cooperativa.

**DESCRIPCIÓN:** Bachilleratos Populares; autogestión, cooperativas de trabajo.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09-13
<b>1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	14
1.1 “ESTAR COM”: A REALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO.....	17
1.2 INTERLOCUTORES PRIVILEGIADOS .....	20
1.3 ENTREVISTAS .....	20
<b>2. CONTEXTUALIZANDO O OBJETO DE ESTUDO (BACHILLERATOS POPULARES)</b> .....	22
2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS BACHILLERATOS POPULARES.....	33
<b>3. DISCUSSÕES SOBRE <i>AUTOGESTÃO</i></b> .....	50
3.1 CONCEITO DE <i>AUTOGESTÃO</i> : SEUS SIGNIFICADOS E SENTIDOS.....	51
<b>4. EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS DE AUTO-ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO</b> .....	63
4.1 OS CONSELHOS RUSSOS (SOVIETES) .....	68
4.2 COLETIVIZAÇÕES DURANTE A GUERRA CIVIL ESPANHOLA (1936-1939).....	75
<b>5. A <i>AUTOGESTÃO</i> A PARTIR DA PERSPECTIVA DA RELAÇÃO TRABALHO-EDUCAÇÃO</b> .....	80
5.1 BAIRRO SAN LORENZO: ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES.....	82
5.2 <i>AUTOGESTÃO</i> DA COOPERATIVA .....	86
5.3 CARACTERÍSTICAS DA <i>AUTOGESTÃO</i> DA COOPERATIVA UST .....	88
5.4 BACHILLERATO POPULAR: UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA CONSTRUÍDA A PARTIR DA <i>AUTOGESTÃO</i> DO TRABALHO.....	98
5.4.1 <i>Organização e gestão do Bachillerato Popular Arbolito</i> .....	102
5.4.2 <i>A gestão do Bachillerato Popular Arbolito: possíveis relações entre trabalho e educação</i> .....	102
5.4.3 <i>Características da gestão do Bachillerato construída desde a autogestão do trabalho</i> .....	105
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	111
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	115
<b>ANEXOS</b> .....	121
ANEXO I - Entrevista Mario Barrios .....	122
ANEXO II - Entrevista com Marcelo Barrios .....	127

ANEXO III - Entrevista a Juan Jose Vera .....	132
ANEXO IV - Entrevista a Gustavo Cervantes .....	133
ANEXO V - Entrevista a Diego .....	135
ANEXO VI - Entrevista coletiva com: Maria Gomez, Maura e Gustavo Gomez .....	140
ANEXO VII - Relato escrito por Mário Barrios durante uma oficina de formação da CTA.....	141

## INTRODUÇÃO

A dissertação em questão possui como objeto de estudo os Bachilleratos Populares construídos por Empresas Recuperadas na Argentina, propondo-se a discutir, especificamente, a experiência de construção do Bachillerato Popular Arbolito pela Cooperativa *Unión Solidária de Trabajadores* (UST - CTA), ambos localizados no bairro San Lorenzo de Wilde (Avellaneda/ Buenos Aires/ Argentina).

Os Bachilleratos Populares se constituem em escolas de nível secundário de Jovens e Adultos destinados a setores populares na Argentina. Tais instituições são consideradas “escolas como organizações sociais” (SVERDLICK E COSTAS, 2008), pois, além de estarem inseridas em organizações sociais<sup>2</sup>, são por elas construídas. Conforme as autoras: “[...] La propuesta se presenta bajo la denominación 'escuelas como organizaciones sociales', dando cuenta de que se trata de espacios educativos forjados en y con movimientos y organizaciones sociales” (p.199). A proposta educativa dos Bachilleratos Populares foi desenvolvida a partir de resistências às políticas neoliberais e localiza-se no campo da educação popular. Esta pode ser considerada, de acordo com Brandão (2002), um movimento e uma concepção de educação que, além de reivindicar a articulação da política com a cultura em práticas educativas, estabelece um compromisso com o protagonismo das classes populares. Zitkoski (2010, p.11) fornece uma importante contribuição a respeito das relações entre educação popular e movimentos sociais comprometidos com as classes populares:

A relação da EP e MS na América Latina possibilita discutir uma proposta coerente de educação frente aos desafios dos movimentos sociais articulados com a luta político-ideológica das classes populares. Ou seja, a busca de alternativas nas formas de organização dos movimentos sociais populares em um contexto sociocultural e político mais complexo e desafiador para a luta emancipatória das classes populares.

---

<sup>2</sup> Trindade, ao analisar o conceito de público em experiências educativas vivenciadas pelos movimentos sociais latino-americanos, salienta que o conceito de organização social utilizado pelos movimentos sociais argentinos é distinto do conceito adotado no Brasil: “[...] A organização social na Argentina representa um coletivo de militantes que se organiza em torno de reivindicações comuns, conceito semelhante à ideia de movimento social no Brasil. Neste sentido, a organização social, ao contrário do sentido privatizante que tem assumido no contexto brasileiro, assume um sentido de luta e organização ”(p.75, 2011).

Como foi dito acima, o Bachillerato Popular Arbolito foi construído e é gerido pela UST, cooperativa que experimenta a autogestão do trabalho, após processos de luta pela recuperação deste. A cooperativa UST emerge no contexto de surgimento das Empresas Recuperadas na Argentina.

Tal contexto materializa-se no desdobramento dos processos de desindustrialização, acumulação flexível e neoliberalismo, e indicava um considerável aumento das desigualdades sociais e da precarização do trabalho, expulsando milhares de trabalhadores de seus postos de trabalho. Entretanto, nesse mesmo contexto, surgiram resistências populares de trabalhadores que, experimentando distintas formas de luta social (ocupação de fábricas, piquetes, bloqueio de estradas, dentre outros métodos), movimentaram-se para recuperar seus postos de trabalho. Ao recuperá-los, coletivizaram os meios de produção e construíram cooperativas de trabalho autogerido. Desses espaços recuperados, surgiram movimentações que, além de problematizar o papel da escola, buscaram criar novas possibilidades educativas sob a ótica do movimento dos trabalhadores, no caso, das Empresas Recuperadas.

A presente dissertação realizou uma pesquisa de cunho etnográfico junto ao Bachillerato Popular Arbolito e à Cooperativa UST a partir do seguinte questionamento (problema de pesquisa): Quais os sentidos, e a partir de quais elementos historicamente construídos, são mobilizados pelos trabalhadores da experiência de autogestão do trabalho ao desenvolverem práticas educativas para jovens e adultos?

Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa é o de identificar e analisar os sentidos e os elementos historicamente construídos que são mobilizados pelos trabalhadores de uma experiência de autogestão do trabalho ao desenvolverem práticas educativas para jovens e adultos. Por sua vez, os objetivos específicos estabelecidos na pesquisa são:

1. Identificar e contextualizar o surgimento dos Bachilleratos Populares para Jóvenes y Adultos e as Empresas Recuperadas na Argentina;
2. Descrever a *Cooperativa Unión Solidaria de los Trabajadores* (UST) e o *Bachillerato Popular Arbolito*;
3. Problematizar o conceito de *autogestão*;
4. A partir de literatura pertinente, refletir sobre algumas experiências históricas de autogestão, e

5. Investigar relações existentes entre a autogestão experimentada pela cooperativa UST e a construção do Bachillerato Popular Arbolito.

A importância da reflexão sobre experiências de autogestão do trabalho que constroem práticas educativas (Bachillerato Popular) justifica-se, nesta dissertação, através de dois aspectos. O primeiro diz respeito à *tendência histórica* dos trabalhadores em buscar autogerir suas vidas (a produção, o trabalho, a organização de um território, enfim, a vida social) e, nesse sentido, construir *embriões do socialismo* (TRAGTENBERG, 1986). Embriões que, a partir das experiências singulares de construção de poder popular da classe trabalhadora, procuram rearticular o mundo do trabalho e da produção com o mundo da cultura e da educação (segundo aspecto). Nessa rearticulação, parece haver tanto um questionamento dos rumos das práticas educativas comprometidas com grupos dominantes, quanto um ideal de desenvolver relações socioeducativas por meio do protagonismo da classe trabalhadora.

Para dar conta da complexidade ao abordar o tema de minha dissertação, divido o trabalho em cinco capítulos, os quais passo a descrever brevemente em seguida.

No primeiro capítulo, relato que escolhi empregar a metodologia da pesquisa qualitativa através da perspectiva etnográfica. Realizei quatro saídas de campo, nas quais foram utilizadas as técnicas de observação participante e entrevistas semiestruturadas com cinco cooperativados que realizam trabalho social como professores, funcionários e coordenadora do Bachillerato Popular. A escolha dos interlocutores diz respeito a suas atividades de trabalho em ambos os espaços.

No segundo capítulo, há uma revisão bibliográfica que busca contextualizar o surgimento dos Bachilleratos Populares para Jóvenes y Adultos e as Empresas Recuperadas, assim como caracterizar essas movimentações populares que, a partir de resistências e de lutas sociais, surgem como alternativas encontradas pelos setores populares ao quadro socioeconômico de precarização do trabalho e das condições de vida na Argentina no início dos anos 2000. Neste capítulo, também descrevo características que conformam tanto a cooperativa UST, quanto o Bachillerato Popular Arbolito.

No terceiro capítulo, problematizo o conceito historicamente construído de autogestão a partir da perspectiva de que esta experiência<sup>3</sup> social se constrói como *meio e fim das lutas* dos trabalhadores por transformações sociais. A autogestão, vista sob esse ângulo, além de surgir do processo de luta de classes, é experimentada como embrião do socialismo (TRAGTENBERG, 1986). Nesse sentido, ao mobilizar princípios, como de *autonomia* e *participação*, além de recolocar “na ordem do dia” a questão da transformação social, a autogestão contém um sentido “político, econômico e filosófico” (FISCHER E TIRIBA, 2012) de utopia da classe trabalhadora (FARIA, 2011).

No quarto capítulo, realizo, em um primeiro momento, um breve recorrido sobre a ideia de conselho, passando pelos socialistas utópicos e sindicalistas revolucionários, dando atenção aos últimos, pois, conforme Garcia (2009), a autogestão/ auto-organização se constitui como um dos pilares dessa corrente política. Já no segundo momento, o capítulo trata de duas experiências históricas de auto-organização (os soviets russos e as coletividades vivenciadas durante a Guerra Civil Espanhola), levando em consideração que essas experiências parecem acumular inúmeros aprendizados (saberes, princípios e metodologias), desenvolvidos pela práxis do movimento, que auxiliam na fundamentação das experiências atuais de autogestão. Uma leitura sobre soviets russos, a partir de críticas realizadas pelos sindicalistas revolucionários, aponta para uma contradição entre a ideia de conselhos (e de auto-organização dos trabalhadores) com a ditadura do proletariado, a centralização do poder e a burocracia estatal. Para finalizar o capítulo, uma leitura das coletivizações durante a Guerra Civil espanhola indica que a educação e a formação cultural foram elementos essenciais para tais experiências históricas construírem práticas autogeridas.

Por fim, no quinto capítulo, – valendo-me do diálogo entre as problematizações construídas pelos interlocutores e determinados conceitos utilizados nesta dissertação – busco relacionar a autogestão do trabalho na cooperativa UST e a construção do Bachillerato Popular Arbolito. As relações estabelecidas percorreram alguns importantes caminhos. O primeiro diz respeito ao bairro San Lorenzo, lugar em que, conforme os interlocutores, alguns bens públicos desse bairro foram construídos pela comunidade através de resistências e lutas dos moradores. O segundo caminho relaciona-se à organização e às mobilizações desenvolvidas pela comissão interna de delegados sindicais, antes da recuperação do trabalho.

---

<sup>3</sup> Possibilidade de experimentar, a partir de especificidades históricas e culturais, a prática da auto-organização (NASCIMENTO, 2003, 2013).

Tais mobilizações auxiliaram na construção da configuração atual da UST: uma cooperativa que reivindica a autogestão integral e, desse modo, propõe-se a desenvolver trabalhos sociais (entre eles, o Bachillerato Popular Arbolito) no bairro San Lorenzo tanto como uma estratégia tanto para manter o trabalho autogerido, como um modo de contribuir com a comunidade (terceiro caminho). Também compõem as estratégias da UST – quarto caminho – o estabelecimento de relações políticas com outras organizações sociais, sendo elas, a ANTA (*Asociación Nacional de Trabajadores Autogestionados*), a CTA (*Central de los Trabajadores de la Argentina*), o partido político UP (*Unidad Popular*), entre outras. O quinto caminho percorrido refere-se à construção de *saberes do trabalho associado* na UST. Tais saberes desenvolvem uma *cultura o trabalho* própria dessa experiência de autogestão (sexto caminho percorrido). Nessa *cultura do trabalho* mobilizada pelos trabalhadores associados/ cooperativados, aparece o projeto da UST de construir o Bachillerato Popular Arbolito, tendo como ideal a relação entre trabalho e educação (sétimo caminho). Já o oitavo e último caminho percorrido diz respeito à experiência da UST que, fazendo uso do excedente da produção e do trabalho social dos cooperados, toma para si a gestão e a organização do Bachillerato e torna o elemento educacional como participante que compõe a autogestão da cooperativa.

Finalmente teço algumas considerações finais indicando que Bachillerato Popular Arbolito, assim como outros trabalhos sociais desenvolvidos pela UST na comunidade, compõe o ideal e o experimentado pela autogestão nessa cooperativa. Tal experiência de autogestão parece considerar os princípios de *autonomia* e de *participação* dos trabalhadores na construção desse Bachillerato.

## **CAPÍTULO 1**

### **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**



Para a presente pesquisa optou-se por uma abordagem qualitativa, na tentativa de construir diálogos entre o campo teórico e a prática. Diálogos entre o ponto de vista dos agentes sociais envolvidos, a perspectiva do pesquisador e as categorias historicamente construídas. Conforme Denzin e Lincoln (2006), o contexto e a experiência dos agentes são tomados para o campo qualitativo como o “lugar” da totalidade, das relações, dos diálogos ou dos entrecruzamentos das relações sociais com os pontos de vista e a prática dos sujeitos.

As experiências vividas pelos agentes envolvidos têm um papel fundamental na abordagem qualitativa, pois elas fazem sentido e possuem um “lugar” na forma em que se constrói a argumentação da pesquisa. Segundo Denzin e Lincoln (op. cit, p. 23), “pesquisadores qualitativos buscam soluções para as questões que realçam o modo como a experiência social é criada e adquire significado”. Entretanto, é importante salientar que, no campo qualitativo, o “lugar” dado à experiência dos agentes recebe diferentes tratamentos, dependendo das opções teórico-metodológicas da pesquisa, pois dentro desse campo existe uma multiplicidade de métodos, inclusive com origens epistemológicas distintas. Conforme os autores já citados (op. cit, p.21-22):

A diversidade de histórias envolvendo cada método ou estratégia de pesquisa revela como cada prática recebe múltiplos usos e significados. [...] Esses empregos e esses significados múltiplos e isolados dos métodos da pesquisa qualitativa dificultam a tarefa dos pesquisadores de chegarem a qualquer definição essencial do campo, já que este nunca é apenas uma coisa. [...] Seus praticantes têm compromissos diversos com as sensibilidades modernas, pós-modernas e pós experimentais e com as abordagens à pesquisa social que tais sensibilidades implicam.

Para a pesquisa sobre a construção do Bachillerato Popular Arbolito pela cooperativa UST, optei por uma pesquisa qualitativa, levando em consideração o enfoque etnográfico partir de duas características fundamentais dessa perspectiva. A primeira diz respeito à participação efetiva do pesquisador na cotidianidade estudada, e a segunda refere-se à localização dos atores que vivenciam a experiência estudada como construtores da pesquisa. Essas duas características mobilizadas pela etnografia relacionam-se com a importância, segundo Rockwell (2011, p. 184), de construir relações de confiança com o “outro” e na “disposición receptiva y una sensibilidad” às linguagens e conhecimentos locais.

Weber (2009) também se refere a essas duas características (interlocutores como construtores da pesquisa e participação efetiva do pesquisador na cotidianidade estudada) como princípios fundamentais para a perspectiva etnográfica. O primeiro princípio é a

observação e escuta atenta às pessoas, já o segundo é apresentado através da expressão “estar com os nativos<sup>4</sup>”.

Sobre a disponibilidade de escutar o outro, Eckert e Rocha (op. cit., p. 4) afirmam que a “(...) descoberta sobre o Outro é uma relação dialética que implica em uma sistemática reciprocidade cognitiva entre o(a) pesquisador(a) e os sujeitos pesquisados”. Relação dialética, ou *confrontação*, conforme Weber, F. (op. cit., p. 27), entre as *classificações a priori do pesquisador* e as classificações nativas. Dessa confrontação “[...] pode nascer um instrumento de conhecimento”. Sobre a relação dialética estabelecida entre o pesquisador e os outro/ nativo/ interlocutores, Eckert e Rocha (op. cit., p. 36) afirmam:

(...) o que quer que ele “aprenda” com os sujeitos que estuda irá assumir a forma de uma extensão ou superestrutura, construída sobre e com aquilo que ele já sabe. Ele irá “participar” da cultura estudada não da maneira como um nativo o faz, mas como alguém que está simultaneamente envolvido em seu próprio mundo de significados, e *esses significados também farão parte* (p. 36).

A observação e a escuta atenta, nesse sentido, além de serem construídas por uma relação de sentido (de conhecimento) entre dois polos que se inter cruzam (o do pesquisador e o dos nativos), se estabelecem através da atitude de *levar a sério* as linguagens e práticas sociais dos outros. Weber (op. cit., p. 28) considera que levar a sério os nativos “[...] significa ser capaz de ouvi-los e analisá-los e não se render diante deles, como se fossem os únicos autênticos”. É preciso a construção de um olhar crítico diante das observações.

Já o segundo princípio mencionado por Weber – *estar com os nativos* – busca construir as condições para o desenvolvimento da observação e da escuta mencionadas acima. Tais condições surgem da disponibilidade de um encontro direto com os nativos, construído através da aproximação e relação estabelecida do pesquisador com o campo de pesquisa em questão. Relação que, inclusive, de acordo com Weber (op. cit., p. 30), se apresenta para a investigação etnográfica como um dado importante.

Rockwell (op. cit. p.22) também considera a importância da realização de um trabalho de campo que coloque o pesquisador em contato direto com os interlocutores. A autora ressalta o princípio da “[...] centralidad del etnógrafo como sujeto social, y su experiencia directa, prolongada, em uma localidade”.

---

<sup>4</sup> Nativo, segundo Weber (op. cit., p. 28) é uma posição analítica estabelecida na construção da pesquisa: “Todo discurso, toda representação analisada é um discurso nativo. Qualquer um de nós é um nativo em potencial: basta que o tomemos, por sua vez como objeto de observação e análise”.

No caso de minha pesquisa sobre a construção do Bachillerato Popular Arbolito pela cooperativa UST, a participação ocorreu através de quatro saídas/trabalho de campo ao bairro San Lorenzo de Wilde, na qual acompanhei o cotidiano tanto da UST, como do Bachillerato Arbolito, além da participação na *I Jornada Latinoamericana de Historia, Trabajo, Movimientos Sociales y Educación Popular*<sup>5</sup>. Durante as saídas de campo, participei do cotidiano desses dois espaços (exercitando a observação e a construção de conversas informais), realizei entrevistas semi-estruturadas com interlocutores que trabalham tanto da UST como da escola e analisei um relato escrito por Mario Barrios sobre a história do bairro San Lorenzo para uma oficina realizada pela CTA.

Apesar do trabalho de campo ter sido realizado de forma descontínua (quatro saídas campos intercaladas) – meu trabalho como professora de Sociologia na escola pública estadual do Rio Grande do Sul impediu minha permanência por um longo período no campo – procurei treinar meu olhar por meio dos princípios etnográficos comentados acima e também levando em consideração que esse olhar compõe a pesquisa.

### 1.1 “ESTAR COM”: A REALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO

Foram realizados, ao longo da pesquisa, quatro saídas de campo. A primeira entre os dias 28 de abril a 5 de maio de 2013 (Campo 1). A segunda entre 20 e 30 de novembro de 2013 (Campo 2). A terceira entre 30 de janeiro a 14 de fevereiro de 2014 (Campo 1). E a quarta entre 26 a 30 de maio de 2014 (Campo 4).

O trabalho de Campo 1 teve um caráter experimental e foi uma primeira oportunidade de participação do cotidiano do Bachillerato e da UST. Tal oportunidade desenvolveu-se através do contato estabelecido durante a I Jornada Latinoamericana de Historia, Trabajo, Movimientos Sociales y Educación Popular, na qual participaram dois trabalhadores da UST (Mario e Juan), a coordenadora do Bachillerato Popular Arbolito (Claudia) e quatro estudantes (Karen Maruf, Tamara, Karen e Claudio) desse Bachillerato. Durante a Jornada estabelecemos uma relação de confiança que proporcionou um convite para conhecer suas experiências de trabalho e escola.

---

<sup>5</sup> *I Jornada Latinoamericana de Historia, Trabajo, Movimientos Sociales y Educación Popular*, que ocorreu em Foz do Iguaçu entre os dias 11 e 13 de abril de 2013.

Sendo assim, fui pela primeira vez a campo entre os dias vinte e oito de abril a cinco de maio de 2013. Fiquei hospedada na casa de Chavela Maruf (avó de Karen Maruf, moradora antiga e bastante atuante nas questões comunitárias e religiosas do bairro) a convite de Karen. Nessa oportunidade de campo no Barrio San Lorenzo de “Wilde”<sup>6</sup> pude conhecer e participar, por alguns dias, do cotidiano do Bachillerato Popular Arbolito<sup>7</sup> – e da cooperativa UST-CTA. Durante essa saída de campo realizei duas entrevistas, uma com Mario Barrios (na época, presidente da cooperativa) e outra com Juan Jose Vera (operador de máquina).

A segunda ida ao campo ocorreu após a apresentação de meu projeto de pesquisa. Esse foi o mais difícil dos trabalhos de campo, pois durante a observação percebi e, através de conversas informais, me foi informado, que a pergunta construída no projeto sobre a autogestão do Bachillerato Popular Arbolito deveria ser deslocada para a autogestão da cooperativa, pois é a partir dessa experiência que se desenvolve a escola. E eu, como pesquisadora, resolvi seguir esta perspectiva indicada pelos sujeitos. Tais conversas informais relatadas acima foram realizadas com Claudio, estudante do Bachillerato, Claudia Alvarez, coordenadora do Bachillerato, Marcelo, chefe de depósito na cooperativa e orientador dos estudantes no Bachillerato e Juan Carlos Rivera, contador na UST e professor de matemática no Bachillerato. Também foram realizadas uma entrevista e uma conversa, ambas coletivas. A entrevista ocorreu com três estudantes do Bachillerato, Maria Gomez, Maura e Gustavo Gomez sobre a participação dos estudantes na gestão da escola, o currículo estudado e a participação – organizada pela UST – no “Encuentro Nacional de Mujeres”<sup>8</sup>, realizado na cidade de San Juan. Já a conversa coletiva ocorreu na sala da coordenação com Claudia, Mirian (professora de Sociologia), Flor (professora de história) e Lucia (cozinheira da UST e orientadora dos alunos no Bachillerato). Conversamos sobre as reuniões pedagógicas dos docentes e foi informado que, no ano de 2013, ocorreram seis reuniões. Nesse trabalho de campo também tive a oportunidade de observar uma assembleia dos trabalhadores da UST sobre a realização do *Cabildo Aberto de Juego y Cultura*.

---

<sup>6</sup> Wilde é uma cidade do “partido” Avellaneda na província de Buenos Aires (Argentina). Pertence a região sudeste do chamado Conurbano de Buenos Aires.

<sup>7</sup> O nome Arbolito é em memória do índio Arbolito que, conforme conta o historiador Osvaldo Bayer, degolou a cabeça do oficial prusiano Rauch por este haver exterminado os índios *ranqueles* na região Pampa da província de Buenos Aires (Argentina). Essa história é contada pelo próprio Osvaldo Bayer na introdução da música “Arbolito” interpretada pela banda de mesmo nome (Arbolito) no álbum “La mala reputación”.

<sup>8</sup> <http://28encuentronacionaldemujeres.es.tl/%BFQUE-SON-LOS-ENCUENTROS-DE-MUJERES-f-.htm>

O terceiro trabalho de campo ocorreu durante o período de férias escolares (minhas e do Bachillerato Arbolito). Portanto, a observação participante se desenvolveu exclusivamente no cotidiano da cooperativa UST. Durante os dez dias que frequentei as instalações da cooperativa, participei de uma assembleia sobre a prestação de contas do setor financeiro, ajudei a organizar uma pasta com os dados de todos os trabalhadores (experiência importante para a construção de relações de reciprocidade) e estabeleci diversas conversas informais com os trabalhadores durante o almoço no *comedor* (restaurante) da cooperativa e, principalmente nos momentos proporcionados pelas rodas de mate (pelo menos duas vezes por dia há um grupo “mateando”<sup>9</sup> em uma mesa localizada no galpão).

Durante esse terceiro trabalho de campo realizei três entrevistas que foram fundamentais para as análises desta dissertação: com Diego Ledesma, Marcelo Barrios e Gustavo Cervantes. A participação desses trabalhadores, além de Mario Barrios, foi de fundamental importância na pesquisa, pois eles “materializam” a relação da cooperativa com o Bachillerato, ao realizarem atividades de trabalho em ambos os espaços.

Outra experiência importante do terceiro trabalho de campo foi minha participação, a convite de Mario Barrios, na *Reunión de la Mesa de Organizaciones* do bairro San Lorenzo de Wilde, ocorrida em 6 de fevereiro de 2014. Durante essa reunião, no qual participaram representantes de três trabalhos sociais fomentados pela cooperativa (Bachillerato Popular, Polideportivo e Banquito Popular), assim como moradores do bairro San Lorenzo.

O quarto e último trabalho de campo ocorreu entre os dias 26 a 30 de maio de 2014. Esse campo foi realizado no intuito de dialogar sobre algumas dúvidas e questionamentos a respeito do projeto político da cooperativa. Os diálogos ocorreram nas instalações da cooperativa com Mario e Diego e no Bachillerato Arbolito com Claudia. Durante esse trabalho de campo também foi importante minha participação na reunião do *Fórum hasta otra economía* e, principalmente, a oportunidade de ministrar uma aula sobre autogestão com os alunos do terceiro ano do Bachillerato, a convite de Claudia.

É importante salientar que em todos os trabalhos de campo me hospedei na casa de Chavela Maruf e Roberto Maruf (moradores antigos do bairro). Chavela é bastante atuante nas questões comunitárias e religiosas do bairro e em diversas oportunidades me contava histórias antigas de como a comunidade foi se organizando e lutando pelos bens públicos, como água e escola pública. Saliento também as conversas informais e os passeios pelo bairro

---

<sup>9</sup> Ato de reunir-se para tomar de mate (chimarrão).

com Karen e Erica, esta última bastante envolvida com assuntos culturais da região, em espacial a *murga*<sup>10</sup>.

## 1.2 OS INTERLOCUTORES PRIVELEGIADOS

Optou-se em privilegiar o diálogo e a realização de entrevistas com os interlocutores que vivenciam cotidianamente as relações entre a autogestão da cooperativa e a construção da escola. Esses interlocutores escolhidos são trabalhadores tanto da UST, quanto Bachillerato, em esse último exercem a prática docente ou funções administrativas. Realizei entrevista com Diego Ledesma, atual presidente da UST e professor de Problemática Social Contemporânea e de História do Movimento Operário; com Marcelo Barrios, responsável pelo depósito da cooperativa e orientador dos estudantes no Bachillerato; Gustavo Cervantes, tesoureiro na UST e chefe dos orientadores dos estudantes; e Mario Barrios, ex-presidente da UST e atual responsável pelo setor agroecológico. Com esse último trabalhador, além da realização de entrevista, foi utilizado para as análises um relato escrito por ele sobre a história do bairro San Lorenzo durante uma oficina organizada pela CTA (*Central de los trabajadores de la Argentina*). Mario me brindou tal relato (e permitiu a utilização dele na pesquisa) tendo em vista, segundo ele, a socialização do material e da história de seu bairro.

## 1.3 ENTREVISTAS

As entrevistas realizadas foram “semiestruturadas” a partir das conversas informais que realizei anteriormente com os entrevistados. Sendo assim, elas não possuem um roteiro comum, mas questionamentos oriundos dessas conversas informais realizadas. Todas foram gravadas com a permissão dos interlocutores e transcritas, posteriormente, mantendo o idioma espanhol. As transcrições das entrevistas podem ser conferidas nos anexos desta dissertação. Também é importante salientar que as entrevistas compõem o processo de interação e diálogo com os interlocutores.

\*\*\*

---

<sup>10</sup> A *murga* é um ritmo musical bastante popular na Argentina e no Uruguai.

Neste capítulo de metodologia relatei minha opção pela pesquisa qualitativa sob o enfoque etnográfico, a partir de dois princípios da etnografia: a participação efetiva do pesquisador na cotidianidade estudada e a localização dos atores que vivenciam a experiência estudada como construtores da pesquisa. Também relatei quatro experiências de saída de campo na cooperativa UST e no Bachillerato Popular Arbolito, ambos no bairro San Lorenzo (Avellanea/ Buenos Aires/ Argentina). Experiências estas que foram desenvolvidas por meio de três técnicas de pesquisa: observação participante, realização de entrevistas semiestruturadas e análise de um relato elaborado por um trabalhador em uma oficina sindical.

## **CAPÍTULO 2**

### **CONTEXTUALIZANDO O OBJETO DE ESTUDO (BACHILLERATOS POPULARES)**



Os Bachilleratos Populares da Argentina se constituem em escolas criadas por movimentos sociais e identificadas com o campo da “educação popular”. São experiências de Educação de Jovens e Adultos (EJA) destinadas a sujeitos em situação de vulnerabilidade social, conforme afirmam Sverdlick y Costas (2008, p. 200):

[...] los Bachilleratos Populares de Jóvenes y Adultos se han constituido en un colectivo organizado que ofrece una educación de nivel medio dirigida a una población de escasos recursos, que fue excluida del sistema educativo formal.

Tais experiências socioeducativas foram criadas no contexto de consolidação de políticas neoliberais na Argentina que, dentre tantas medidas, privatizaram empresas públicas, precarizaram relações de trabalho e reduziram gastos públicos em políticas sociais, aumentando, assim, a desigualdade social e os índices de pobreza no país. Ampudia (2012, p.3) descreve o contexto social argentino a partir da consolidação das políticas neoliberais:

Se fue configurando un nuevo escenario, un nuevo mundo para los trabajadores, las condiciones son la desocupación, la pérdida de la herramienta sindical, la precarización laboral, el subempleo y para los jóvenes un presente de empleo precario, con escasa o nula cobertura social y desprotección ante el despido laboral.

Para contextualizar a implementação de políticas neoliberais na América Latina, é importante trazer ao debate o regime de acumulação flexível do capital e a crise do modelo fordista de produção, que geraram crise do trabalho assalariado e inúmeras perdas de direitos sociais conquistados historicamente pelos(as) trabalhadores(as). Inicia-se, assim, um processo de ampliação da precarização do trabalho e de aumento dos índices de desemprego e de exclusão social nos países latino-americanos. Sobre as consequências da flexibilização das relações de trabalho, Tiriba (2008, p.77) relata que

Com o processo de mundialização do capital, o esgotamento do regime fordista de acumulação e do modo de regulação social assegurado pelo Estado do Bem-Estar repercutiu em mudanças profundas na vida da classe trabalhadora. Com o preceito neoliberal de flexibilização das relações entre capital e trabalho, o trabalho assalariado com direitos sociais assegurados por vínculo empregatício dá lugar ao trabalho precário, seja na forma de oferta de empregos com baixa remuneração, seja na forma de subcontratação, trabalho temporário ou em tempo parcial. O medo de não conseguir uma ocupação no mercado de trabalho, de perder o emprego e não ter como contribuir para o sustento da unidade familiar se tornou um verdadeiro tormento na vida das pessoas, afligindo não apenas, mas principalmente, as populações dos países periféricos do sistema capitalista. O desemprego prolongado e a perda de direitos sociais como educação, saúde e previdência social têm

contribuído para deterioração das condições de vida, levando crianças, jovens, adultos e, também, idosos a criarem suas próprias estratégias de trabalho e de sobrevivência individuais e associativas, sejam elas lícitas, sejam ilícitas. Principalmente nos grandes centros urbanos, o binômio exclusão/inclusão, inerente ao sistema capitalista, manifesta-se com a explosão do desemprego e com a inserção dos trabalhadores em trabalhos precários: para tentar garantir a reprodução da vida (ao menos a vida biológica), apinham-se nas calçadas, numa espécie de "mercado a céu aberto". Proliferam as formas não assalariadas de trabalho, as quais, em geral, fazem parte do universo da chamada economia informal. (TIRIBA, 2008, p.77)

No caso argentino, as mudanças do regime de acumulação do capital e a crise do modelo fordista de produção se manifestaram, dentre outros processos, na política de desindustrialização da estrutura produtiva, iniciada no período de ditadura militar do país (1976-1983), aprofundada nos anos noventa e tendo seu estopim na crise socioeconômica de 2001<sup>11</sup>. Tais mudanças, segundo Álvarez; Papalardo; Sfich (2005, p.2), geraram uma reestruturação da economia argentina, que, em vez de incentivar “[...] la industrialización sustitutiva de importaciones, pasó a valorizar al modelo de valorización financeira”.

Vianini afirma que, apesar do complexo industrial argentino ter se *cristalizado* ao longo do século XX (até meados dos anos setenta), “[...] com a formação de empresas, qualificação de mão de obra e estabelecimento de vínculos com as instituições e com os mercados” (2012, p.54), nos primeiros anos da ditadura militar, foi criado um programa de abertura econômica que, dentre outras consequências, desestruturou esse complexo industrial. Sobre o programa de abertura econômica, o autor (Ibid., p.54) expõe:

Em 1978 foi feito um programa de abertura econômica que objetivava a estabilização macroeconômica e o afastamento do modelo de industrialização via substituição de importações. Esta abertura fracassou no início da década de 1980 perturbando toda a ordem econômica do país, pois gerou um grande endividamento externo, desarticulação fiscal e inflação.

O processo de desindustrialização argentina continuou com o governo neoliberal de Menem (1989-1999), através de uma nova abertura econômica, de privatizações e da desregulamentação da economia. Conforme Vianini (Ibid., p.55), o processo de desindustrialização esteve bastante marcado, durante esse período, pela “[...] diminuição da

---

<sup>11</sup> A crise de 2001 na Argentina foi consequência da equiparação do peso argentino com o dólar norte-americano. Essa equiparação, desenvolvida através de empréstimos do Banco Mundial, gerou uma considerável diminuição do PIB (Produto Interno Bruto) do país, fragilizando, assim, a economia nacional.

produção nacional, o aumento das importações, a diminuição do PIB industrial em relação ao PIB total”. Nesse sentido, o autor ainda afirma que, entre o período de 1984 e 1993, 11.386 empresas fecharam e 350 mil trabalhadores perderam seus empregos nas indústrias.

Como foi dito acima, a política de desindustrialização relacionada com a política neoliberal gerou graves consequências à sociedade argentina, como a expulsão de milhares de trabalhadores de seus postos de trabalho, os altos índices de desemprego, aumento dos índices de pobreza e a desestabilização da economia interna argentina. É importante salientar que as condições de vida da população se agravaram com o colapso e com as consequências da crise de 2001. Esse modelo, que buscava, por meio do sistema de câmbio fixo, controlar a inflação através de empréstimos internacionais, entrou em crise quando os países “centrais” se negaram a seguir emprestando dinheiro para sustentar a convertibilidade. Sobre as consequências da crise para a indústria argentina, Álvarez; Papalardo; Sfich (2005, p.2) afirmam que

En el sector industrial, con la recesión que se inicia en 1998, muchas fábricas que sobrevivieron a las transformaciones de los 90 entran en crisis por el fuerte endeudamiento. La crisis se agudiza en el 2001 y 2002 –Fin de la Convertibilidad con la fuga de capitales y la devaluación del peso. El colapso financiero generó una virtual paralización de la actividad económica. Con la crisis, muchas fábricas cierran o trabajan parcialmente, no cumpliendo con los contratos salariales y bajo el temor del posible cierre.

Nesse sentido, o processo de desindustrialização – expressa na deterioração da estrutura industrial e empresarial da Argentina –, as políticas neoliberais e a grave crise socioeconômica, conforme Ruggeri<sup>12</sup> (2011), expulsaram milhares de trabalhadores de seus postos de trabalho, aprofundaram a precarização e a terceirização do trabalho, aumentando assim, as desigualdades sociais.

---

<sup>12</sup> O autor é diretor do *Programa Facultad Abierta* da *Secretaría de Investigación (Facultad de Filosofía y Letras – Universidad de Buenos Aires, Argentina)*. Tal Programa desenvolve grupos de pesquisa e trabalhos de extensão com trabalhadores autogestionados das *Empresas Recuperadas (ER)*. Em conjunto com uma grande equipe de pesquisadores, realizou três levantamentos sobre as *Empresas Recuperadas* na Argentina (2002/2003, 2004 e 2011). Em 2007, foram realizados levantamentos sobre as *Empresas Recuperadas* somente na *Ciudad Autónoma de Buenos Aires*. O Programa também mantém o *Centro de Documentación de Empresas Recuperadas*, que funciona na *Cooperativa Chilavert*.

Outro aspecto que contribuiu para o aumento das desigualdades sociais e para o crescente desemprego no período de crise socioeconômica na Argentina diz respeito à privatização das empresas estatais. Sverdlick e Costas (2008, p.200) comentam que a privatização também colaborou para a falência de diversas empresas de médio e pequeno porte. De acordo com as autoras

En la Argentina, la privatización de las empresas estatales fue uno de los hechos que contribuyó a un proceso de fuerte concentración de la riqueza, regresiva distribución del ingreso y elevación sustantiva de los niveles de desempleo, de pobreza y de exclusión social. Un Estado que claramente se desresponsabilizó por “lo público” dio vía libre al desarrollo de los grandes capitales, tanto nacionales como internacionales, arrasando con los pequeños y medianos productores y provocando el vaciamiento y la clausura de una enorme cantidad de fábricas y empresas que no pudieron “competir” en ese contexto.

Fischer e Tiriba, ao buscarem compreender as diversas dimensões do trabalho (incluindo a de formação humana), atentam para as diversas consequências *objetivo-subjetivas* que a perda do emprego formal pode acarretar na vida do trabalhador, como parece ser o caso de inúmeros que ficaram sem trabalho em decorrência da desindustrialização, do neoliberalismo e da privatização de empresas estatais na Argentina. Segundo as autoras:

Embora, sob relações de produção capitalista, a força de trabalho seja uma mercadoria, e o trabalho assalariado se configure como trabalho alienado, os trabalhadores e trabalhadoras lutam para manter sua condição de assalariados. Além do salário e de alguns direitos sociais (hoje tão minguados pela flexibilização das relações entre capital e trabalho), a perda do emprego provoca outras perdas objetivo-subjetivas como, por exemplo, a comprovação de rendimento para obtenção de crédito para compra da casa própria, sem falar da companhia dos colegas de trabalho, inclusive daqueles que se tornaram cúmplices do movimento sindical e dos segredos da vida privada. Perder o emprego representa perder “carteira de trabalho assinada” ou a esperança de vir a tê-la, abala a saúde emocional e ameaça o sentimento de pertencimento à classe trabalhadora. (FISCHER E TIRIBA, 2009, p.203.)

A deterioração da estrutura industrial e o fechamento de fábricas e empresas podem ser “facilmente” visualizados, por exemplo, na localidade de Avellaneda (Grande Buenos Aires). Expresso essa impressão, pois entre os últimos dias de abril e os primeiros de maio de 2013, tive a oportunidade de visitar a Cooperativa Unión Solidária de Trabajadores (UST-CTA<sup>13</sup>), localizada no bairro Barrio San Lorenzo de “Wilde” em Avellaneda, a convite de

---

<sup>13</sup> A Unión Solidaria de Trabajadores é vinculada a Central de los Trabajadores de Argentina (CTA).

alguns integrantes da cooperativa que eu havia conhecido durante a *I Jornada Latinoamericana de Historia, Trabajo, Movimientos Sociales y Educación Popular*<sup>14</sup>. No primeiro dia de minha visita a Argentina, Mário Barrios, na época presidente<sup>15</sup> da cooperativa, levou-me para conhecer o contexto no qual está inserida a UST-CTA. Foi durante esse percurso que pude conhecer Avellaneda e os resquícios de uma importante região industrial do país, pois atualmente se percebe diversas fábricas abandonadas. Mário explicou-me que a maioria das fábricas que funcionavam em Avellaneda entrou em processo de falência e fechou suas portas durante os anos oitenta e noventa, restando apenas suas edificações, muitas inclusive em estado deteriorado. Quando questionado sobre as consequências dos encerramentos da produção para os trabalhadores, ele respondeu de maneira bastante firme, como se fosse uma verdade já consumada pelos habitantes da localidade:

Mucha gente quedó sin trabajo y fueron para la “ilegalidad”, algunos con trabajos informales y otros nunca más pudieron trabajar. Otros se volvieron enfermos por la pérdida de su trabajo. Los hijos, parientes, amigos y vecinos de esas personas aprendieron con esa experiencia. Vieron que esos trabajadores expulsos de su puesto de trabajo se desestabilizaron, vieron que nadie los ayudó, etc. Esa experiencia también fue importante para la necesidad colectiva de recuperación de las fábricas en quiera de los 2000 (CADERNO DE CAMPO, 28/4/2013).

A UST, assim como tantas outras Empresas Recuperadas argentinas, se insere no contexto de falência das empresas privadas e encerramento da produção e da prestação de serviços. Os trabalhadores, atualmente autogestionados na cooperativa UST, possuíam

---

<sup>14</sup> *I Jornada Latinoamericana de Historia, Trabajo, Movimientos Sociales y Educación Popular*, que ocorreu em Foz do Iguaçu entre os dias 11 e 13 de abril de 2013. Tive a oportunidade de receber diversas contribuições às minhas reflexões sobre os Bachilleratos Populares promovidos por Empresas Recuperadas. Foi extremamente significativa a oportunidade de construir relações com agentes de Empresas Recuperadas (Impa e UST-CTA), dos *Bachilleratos Populares* (Arbolito –UST, Impa, 1º Mayo, entre outros), da *Cooperativa de Educadores y Investigadores Populares* e do projeto de extensão denominado *Trabajo Autogestionado* da Universidad de Quilmes. Em especial, gostaria de citar Eduardo Murua (presidente da Empresa Recuperada Impa), Mario Barrios (presidente da UST-CTA e professor do Bachillerato Arbolito-UST), Juan Jose Vera (trabalhador da UST-CTA), Karen Maruf e Tamara Velazquez (ambas alunas do Bachillerato Arbolito-UST), Dra. Claudia Alvarez (Coordenadora do Proyecto de Extensión “Trabajo Autogestionado” da Universidad de Quilmes e Coordenadora do Bachillerato Arbolito-UST), Lic. Juan Pablo Nardulli (professor e pesquisador da UBA, coordenador do Centro de Documentación Movimientos Sociales, organizaciones territoriales y Educación Popular, membro da CEIP e coordenador do Bachillerato Popular “1º de Mayo”) e Dr. Roberto Elisalde (professor e pesquisador da UBA, diretor do PIMSEP).

<sup>15</sup> No mês de dezembro de 2013, houve eleição para a presidência da cooperativa e Mário Barrios apoiou a candidatura de Diego Ledesma para presidente, que ganhou as eleições com ampla maioria dos votos e, atualmente, é o presidente da UST.

contrato de trabalho com *SYUSA*<sup>16</sup>, empresa da companhia multinacional *Techint* e prestadora de serviços para CEAMSE<sup>17</sup>. De 1978 a 2003 *SYUSA/Techint* realizava serviços de recepção, transferência e organização dos resíduos sólidos urbanos na Capital Federal e no sul da grande Buenos Aires. Em 2003, a companhia *Techint* decidiu que *SYUSA* deveria se retirar do ramo do lixo e, nesse momento, a empresa ESTRANS passou a prestar os serviços citados à CEAMSE.

Após longas jornadas de luta (ocupação da empresa, trancamento de avenidas, assembleias populares, missas ecumênicas, acampamentos, dentre outros instrumentos de luta que contaram com expressivo da comunidade do Barrio San Lorenzo de “Wilde”), em 09 de março de 2004 os trabalhadores conseguiram recuperar seu trabalho e construir a cooperativa UST-CTA, atualmente autogerida por seus trabalhadores. A recuperação foi direcionada tanto para a coletivização dos meios de produção (maquinário, terras para organizar os resíduos sólidos, entre outros), quanto para o investimento social, através do excedente da produção da comunidade, que se constituiu como elemento-chave para a recuperação do trabalho. Mário Barrios relata, na entrevista concedida à Revista “Economia Social” (Ano 1, num. 0, 2011, p. 12)<sup>18</sup>:

Ahora somos trabajadores autogestionados. Comenzamos siendo un grupo de 39 compañeros y en la actualidad somos 92 trabajadores. La tarea principal que realizamos es la parquización, forestación, mantenimiento del suelo, mecánica y manejo de máquinas pesadas.

A UST-CTA se insere no expressivo movimento de Empresas Recuperadas<sup>19</sup> pelos trabalhadores na Argentina a partir do estopim da crise de 2001<sup>20</sup> neste país. Podemos

---

<sup>16</sup> *Saneamiento y Urbanización S.A.*

<sup>17</sup> *Coordinación Ecológica Área Metropolitana Sociedad del Estado.*

<sup>18</sup> Entrevista disponível no site [http://issuu.com/indefer83/docs/revista\\_unqui](http://issuu.com/indefer83/docs/revista_unqui).

<sup>19</sup> Fajn (2009, p. 193) define as Empresas Recuperadas (EP) da seguinte forma: *As empresas recuperadas integram um grupo heterogêneo de unidades produtivas ou de serviços que tenham passado por graves processos de falência ou fechamento. Suas atividades reiniciam conduzidas por seus trabalhadores com base no trabalho cooperativo de gestão autônoma e democrática.* O autor considera que a experiência dessas empresas demonstra tanto a *destruição sistematizada do aparelho produtivo*, quanto a *luta dos trabalhadores para preservarem seus empregos*. Nesse sentido, além das EP representarem as consequências de um modelo produtivo em destruição, elas se constituem em exemplos de luta dos trabalhadores e de formas alternativas de gestão da produção. Fajn também considera a diversidade e heterogeneidade presentes nas ER's quanto as

considerar empresa recuperada por seus trabalhadores, segundo Ruggeri (2011, p. 9), como “[...] una empresa de gestión colectiva de los trabajadores con origen en una empresa anterior de gestión privada”. Atualmente, 94% das empresas recuperadas se constituem como cooperativas de trabalho (figura legal) em espaços de trabalho e de produção autogestionados por seus trabalhadores.

Fischer e Tiriba (2009, p. 204) contextualizam as experiências de toma (recuperação) de empresas por seus trabalhadores com o regime de acumulação flexível – as empresas recuperadas argentinas, nesse sentido, se relacionam com as empresas tomadas no Brasil, Venezuela e Uruguai. Entretanto, as autoras afirmam que as experiências de apropriação coletiva dos meios de produção são anteriores à crise do modelo fordista, pois elas acompanham as crises do capital e, ao mesmo tempo, são expressões de movimentos sociais populares de cunho emancipatório. Como exemplos de experiências históricas de autogestão e de controle operário sobre a produção, Fischer e Tiriba citam a Comuna de Paris (1871) e os momentos revolucionários no Chile (1970-1973) e em Portugal (1974-1976). As autoras ainda salientam que em tais processos históricos de apropriação do trabalho sob autogestão dos trabalhadores, uma nova cultura do trabalho parece ser construída através da ressignificação e da reconstrução dos elementos materiais e simbólicos. Sobre as possíveis dimensões da recuperação de empresas por seus trabalhadores, afirmam que

Na perspectiva do trabalho (e não do capital), recuperar uma fábrica significa recuperá-la para o trabalho criador, recuperá-la para a alegria, para a saúde mental e para os direitos humanos, significa recuperá-la para o pensamento (Grande, 2002, p. 111). Isto pressupõe mobilizar e reunir os saberes do trabalho assalariado e transformá-los em “saberes socialmente produtivos” (Puigrós e Gagliano, 2004) para o trabalho associado (FISCHER E TIRIBA, 2009, p. 204).

Sobre o processo de recuperação das empresas por seus trabalhadores na Argentina, Ruggeri (2011, p.89) ressalta quatro aspectos importantes que auxiliaram na luta pela recuperação e que constituem o atual quadro de gestão das empresas. O primeiro deles é a fundamental resistência dos trabalhadores, pois o processo de recuperação se estabeleceu “[...] a través de mecanismos de acción directa como la ocupación de los establecimientos y se

---

atividade realizadas (metalúrgicas, têxteis, químicas, gráficas, hotéis, etc) e em relação a posicionamentos politico-ideológicos.

<sup>20</sup> É importante notar que há algumas empresas autogestionadas que recuperaram seu trabalho antes da crise de 2001, como a famosa IMPA. Essa empresa metalúrgica foi recuperada por seus trabalhadores em 1998.

encontra vinculada con principios ideológicos y prácticas enraizadas en la tradición de resistencia de la clase obrera argentina”.

Já sobre o segundo aspecto, Ruggeri (Ibid., p.63) comenta que, para entendermos o movimento, é importante analisarmos o processo histórico do setor produtivo na Argentina, pois a recuperação está relacionada com intensas mudanças na matriz sócio-produtiva do país:

Entre el momento de mayor expansión de la empresa originaria y el estallido del conflicto que lleva a la recuperación se produce una expulsión continua de trabajadores, producto del proceso de desindustrialización iniciado en los años 70 y que se extendió hasta la crisis de 2001.

O terceiro aspecto se relaciona com o apoio decisivo que os trabalhadores receberam tanto de suas comunidades quanto de pesquisadores, artistas (por exemplo, banda Arbolitos<sup>21</sup>), outros movimentos sociais (Movimentos de Desempregados, por exemplo), professores, estudantes, entre outros atores sociais, nos momentos de recuperação da empresa. Essa mobilização gerou uma importante solidariedade entre os setores da sociedade, o que foi também essencial na construção de organizações que congregam as empresas recuperadas na Argentina (quarto aspecto também ressaltado por Ruggeri).

Dois movimentos agregam grande parte dos trabalhadores de empresas recuperadas: o MNER (*Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas*) e o MNFRT (*Movimiento Nacional de Fábricas Recuperadas por los Trabajadores*). Entretanto, há diversas outras importantes organizações<sup>22</sup>. A UST-CTA é vinculada à ANTA (*Asociación Nacional de Trabajadores Autogestionados*)<sup>23</sup> e à CTA (*Central de los Trabajadores de la Argentina*).

Os movimentos sociais que articulam Empresas Recuperadas da Argentina compartilham de algumas características com os denominados “novos movimentos sociais latino-americanos”, que se desenvolveram a partir de resistências (oposição) às políticas

---

<sup>21</sup> Ver, por exemplo, a música “Un cielo mucho más claro” que relata sobre a fábrica recuperada “Zanon” em Neuquén.

<sup>22</sup> FACTA (*Federación Argentina de Cooperativas de Trabajadores Autogestionados*), ANTA (*Asociación Nacional de Trabajadores Autogestionados*), FERYCOOTRA (*Federación de Empresas Recuperadas y Cooperativas de Trabajo*), FECOOTRA (*Federación de Cooperativas de Trabajo de la provincia de Buenos Aires*), entre outras.

<sup>23</sup> A cooperativa UST é fundadora da ANTA.



neoliberais implementadas durante a década de oitenta e noventa no continente. Zibechi (2005) aponta sete características para esses novos movimentos. Tais movimentos tendem a ser/ter:

1. estabelecimento territorial;
2. independentes de estados e de partidos políticos;
3. afirmação da identidade;
4. formação de seus próprios intelectuais;
5. importância do papel desempenhado pelas mulheres;
6. preocupação pela organização do trabalho e pela relação com a natureza
7. ações autoafirmativas, como a tomada de cidades e de terras.

Na contramão do processo de consolidação do neoliberalismo, a luta por melhores condições de vida foi ganhando força e forma na Argentina a partir do final dos anos noventa. Além das organizações sindicais já existentes, os agentes experimentaram formas de protesto por meio da ação direta (bloqueio de ruas e estradas, piquetes permanentes, acampamentos, dentre outros) e da organização (em especial, as assembleias populares e as organizações de bairro). Grande parte desses novos agentes políticos comungava do questionamento da estrutura de poder e de suas respectivas instituições sociais, entre elas os partidos políticos e os sindicatos. Sobre esse aspecto, Sverdlick e Costas afirmam que

[...] estos colectivos no se veían representados por las tradicionales formas de hacer política, entendida como política de partidos. Estas organizaciones se constituyeron sobre una nueva idea de “lo público”, ya no asociada sólo a “lo estatal”, sino vinculada a nuevos espacios de participación políticas, de modo que el proceso de “reapropiación” de “lo público” intentó acompañarse con nuevas formas de hacer política, más democráticas. (SVERDLICK E COSTAS , 2008, p. 222)

Pereyra (2001) parece concordar com Sverdlick e Costas a respeito da construção de outras formas de fazer política pelos movimentos através da “reapropiación” de “lo público”. Pereyra descreve que há uma ampliação dos sentidos de política, pois esta é “[...] recuperada en lo social, lo cultural, lo organizativo, lo educativo, proponiendo una ciudadanía de nuevo tipo social” (ibid., p.231). Uma política que, conforme a autora, organiza suas estratégias de luta ao redor das demandas essenciais das comunidades populares: saúde, trabalho, moradia e educação.

Além do movimento das Empresas Recuperadas, podemos citar como protagonistas dessas estratégias de luta comentadas por Pereyra, os Movimentos de Desempregados (MTD, MTL, entre outros), o Movimento de Ocupantes e Inquilinos (MOI) e diversas organizações territoriais de caráter comunitário erguidas em bairros populares. Elisalde (2008, p. 73) considera que essas novas formas de ação coletiva se constituem como movimentos sociais, na medida em que “[...] cuestionan el viejo patrón de acción política y la centralización del poder, reivindicando desde su perspectiva conceptos movimientistas tales como la autogestión y la autovalorización”. Ampudia (2011, p.203) caracteriza esses novos movimentos sociais como *movimientos sociales de resistencia o contrahegemónicos*, pois “[...] no se presentan como portadores de proyectos históricos previamente delineados sino que fueron configurándose en torno a realidades concretas, y desafiando a la vez a la lógica y los valores del capitalismo neoliberal”.

Ampudia aponta duas importantes características comuns desses novos movimentos sociais de resistência ou contra-hegemônicos. O primeiro atributo se relaciona com o que a autora chama de *arraigo territorial* com os espaços sociais recuperados ou conquistados por meios de constantes lutas e conflitos. Sobre tal enraizamento, o autor comenta que

El compartir un mismo territorio implica la posibilidad de construir una nueva sociabilidad en torno a la práctica y acciones cotidianas y a la integración en proyectos con el resto de la comunidad, referidos tanto a sus propias actividades productivas como a tareas vinculadas a la salud, la cultura y la educación. (AMPUDIA, 2011, p. 209)

Essa construção de uma nova sociabilidade retratada acima também é analisada por Pereyra, que observa tal construção como um caminho através do qual parece ser possível a criação de novas relações intersubjetivas, sociais e políticas no território de atuação do movimento social. De acordo com a autora (2001, p.225):

[...] el territorio es de acuerdo a la construcción/ modificación de sus modos de uso, lo que significa un cambio profundo en las relaciones intersubjetivas, sociales y políticas que allí ocurren. Las mismas no son más que la expresión del juego del poder entre las diferentes “visiones del mundo”. Este proceso de lucha por el establecimiento de “otras territorialidades” cobra diversas dimensiones interrelacionadas: lo económico, lo político, lo cultural, lo histórico, lo social, lo educativo, lo ético. O sea, todas las dimensiones de la vida.

A segunda característica desses movimentos sociais encontrada por Ampudia (op.cit. p. 205) diz respeito à construção de espaços educativos (escolas, oficinas, apoio escolar, entre

outros) pelos próprios movimentos – “tomar la educación en sus manos” - espaços educativos que, ao reivindicarem os saberes próprios do movimento e a construção coletiva do conhecimento, criam experiências “[...] donde los sectores populares construyan poder popular”.

## 2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS BACHILLERATOS POPULARES

Neste contexto de disputas políticas, de ressignificação das lutas populares e, em especial, de busca pela construção de novas formas de relações sociais, os *movimientos sociales de resistencia* (Ampudia) criam seus Bachilleratos Populares de educação de jovens e adultos. O contexto vivenciado de lutas populares que reinventaram os sentidos da política e a experiência de uma sociabilidade que busca reconectar as diversas dimensões da vida – trabalho, educação, território, entre outros aspectos relatados no capítulo anterior – geram, conforme Pereyra, as condições para a construção dos Bachilleratos Populares. De acordo com a autora,

Desde estos “espacios recuperados” se generan otras condiciones de aprendizaje donde “las personas puedan reunirse para hablar, dialogar, compartir narraciones y luchar juntas dentro de relaciones sociales que fortalezcan en vez de debilitar la posibilidad de la ciudadanía activa” (Giroux, H., 1993: 160-161). Compartir implica reconocimiento – de saberes, de experiencias, de culturas – como punto de partida de la reconstrucción de las relaciones entre conocimiento y poder. (PEREYRA, 2001, p. 228-229.)

É importante observar também a participação de um grupo de pesquisadores e educadores denominado CEIP<sup>24</sup>, coordenados por Dr. Roberto Elisalde e Lic. Marina Ampudia – pesquisadores e professores da UBA – na construção da proposta educativa dos Bachilleratos Populares. Tal participação desenvolveu-se a partir de uma série de atividades promovidas pela CEIP, que buscava problematizar as condições socioeducativas da população dos bairros populares da cidade de Buenos Aires e seu entorno (*Conurbano*). Tais atividades podem ser representadas pela produção, em 1998, do “mapa social” (Ampudia, 2008) sobre as condições socioeducativas que aponta uma enorme defasagem na educação de jovens e

---

<sup>24</sup> Cooperativa de Educadores e Investigadores Populares.

adultos em situação de vulnerabilidade social. A partir desse diagnóstico realizado por Ampudia, discutiu-se o papel social da escola e novas possibilidades educativas que estivessem conectadas tanto com as identidades populares quanto com as problemáticas dos próprios movimentos sociais. Nesse sentido, Elisalde (2008, p. 89) afirma que os atores consideraram

[...] como necesario la apertura de ámbitos de discusión y construcción en los que comiencen a plantearse sus problemáticas educativas y la de sus comunidades, y por ende, un debate en torno de la función social de la escuela [...].

Nesse cenário, surge a proposta dos Bachilleratos Populares de Jovens e Adultos, que, conforme Elisalde (ibid., p.89), podem ser concebidos como “[...] organizaciones sociales autogestionadas que aspiran trascender el adentro y que se integran en el ámbito de lo barrial y social, alcanzando el afuera [...]”. Essas relações entre o “afuera” e o “adentro” e entre o territorial e o escolar podem ser vistas a partir de um prisma integralizador, de acordo com Sverdlick e Costas. As autoras comentam que os Bachilleratos Populares podem ser analisados como:

[...] escuelas alternativas que, en clave de educación popular e insertas en los barrios, sean generadoras de una educación integral y liberadora –en sentido freiriano - que apunte a la formación de sujetos políticos en valores tales como la autogestión, el trabajo cooperativo y el desarrollo de capacidades críticas y reflexivas. (SVERDLICK E COSTAS, 2008, p.7.)

Como já explicitado no início deste capítulo, tive a oportunidade de conhecer ao Bachillerato Popular Arbolito e a cooperativa UST-CTA no Barrio San Lorenzo de “Wilde” através da experiência de trabalho de campo a convite dos membros da escola e da UST-CTA durante a *I Jornada Latinoamericana de Historia, Trabajo, Movimientos Sociales y Educación Popular*.

O Bachillerato Popular Arbolito foi construído<sup>25</sup> e é desenvolvido pela Cooperativa UST-CTA em conjunto com a comunidade escolar (educadores, estudantes, funcionários da

---

<sup>25</sup> Alvarez (2012) ressalta que a iniciativa de construção do Bachillerato Popular Arbolito através da cooperativa UST relaciona-se também com a intenção expressa no documento elaborado em 2005 *Fundacional y Programa* de ANTA (Associação de Nacional de Trabalhadores autogestionados a que UST pertence) de gerar espaços de *formación en general y socioeconómicas en particular*. De acordo com o autor, o documento de

escola, moradores do bairro Barrio San Lorenzo de “Wilde” e trabalhadores da cooperativa). O Bachillerato localiza-se no mesmo espaço do Poliesportivo (*Polideportivo* UST) e possui quatro salas de aula, além da sala da coordenação.

Alvarez (2012, p. 35-36), buscando conhecer, por meio do estudo de caso do Bachillerato Popular Arbolito da Cooperativa Unión Solidaria de Trabajadores, as *aprendizagens socioeconômicas* que permeiam a construção de uma *Economía Social y Solidaria* (Coraggio) em experiências de Educação de Jovens e Adultos, define esse Bachillerato Popular como:

El Bachillerato Arbolito de la UST nace de una empresa recuperada por los trabajadores según está planteado en el documento institucional Aportes para el Proyecto Pedagógico (2011) y es responsabilidad de los Trabajadores de la Cooperativa “Unión Solidaria de Trabajadores. [...] Comenzó a implementarse en el año 2006 por parte de los Trabajadores de la Cooperativa UST, como propuesta de abrir un espacio educativo destinado a los trabajadores de la cooperativa y al barrio. Hasta el momento se financia con el aporte de los trabajadores y los educadores no cobran salario sino que realizan trabajo voluntario.(ALVAREZ,2012, p. 35-36)

A autora citada acima identifica seis características fundamentais do Bachillerato Popular Arbolito, sendo elas:

(1) nace de una empresa que recupera el trabajo, (2) conforma un entramado con redes barriales (3) es un componente del área educativa de la UST, (4) el sujeto pedagógico y el sujeto educador definido como trabajadores-as (5) el diseño curricular es producto de la construcción colectiva, e (6) el modelo de gestión es participativo y basado en el cooperativismo y la autogestión. (Id., Ibid, p. 34)

A primeira característica (*nace de una empresa que recupera el trabajo*), apresentada por Alvarez sobre o Bachillerato Popular Arbolito, condiz com a experiência de outras organizações sociais em construir espaços educativos. Ampudia , por exemplo, relata que

Diversas organizaciones sociales en la última década marcaron una nueva trayectoria en sus prácticas educativas. Crean escuelas populares en fabricas/empresas recuperadas por los trabajadores, en el barrio, en el terreno

---

ANTA, de maneira geral, recomenda a criação de espaços desenvolvidos com propósito socio-político, uma vez que se vincula ao que nos documentos se mencionava como “[...]una política de formación de cuadros autogestionarios y desarrollo de los procesos de organización de las necesidades populares y sus formas de demanda”.Essa perspectiva também está expressa no Estatuto Gremial de ANTA, elaborado em 2008.

ocupado por los vecinos, docentes y estudiantes de un Bachillerato popular, en el sindicato [...].(AMPUDIA, 2011, p.6)

Tentando refletir sobre a “responsabilidade”, relatada por Alvarez, da Cooperativa Unión Solidaria de Trabajadores para/ com o Bachillerato Popular Arbolito, perguntei a Mário Barrios, durante entrevista realizada nas instalações da cooperativa: *Por que e como se desenvolveu a construção do Bachillerato Arbolito desde a UST?*<sup>26</sup>. Abaixo, há um excerto da resposta de Mário:

[...] cuando recuperamos el trabajo, nos dimos cuenta que [...] había que disputar una nueva forma de trabajo, pero también una nueva forma de educar. Eso fue básicamente por lo que nosotros empezamos. Lo que hablamos era que no era que replicar una escuela primaria y una escuela secundaria de la misma forma, del mismo tipo, sino que había que hacer una escuela que fuera cuestionadora, que pudiese formar sujetos críticos de la realidad y sujetos que después se cuestionara esa realidad y se comprometerá a transfórmala. La educación tenía que llevar ese sello, que no lo tenía o que no lo tiene la educación tradicional, no? Por eso, nos parecía que el éxito de nuestro trabajo estaba relacionado íntimamente a la capacidad intelectual de desarrollo que pudiéramos hacer desde lo cultural y que la educación era una herramienta liberadora y que había que utilizar esa herramienta. No era lo mismo ir a la escuela tradicional que fundar escuelas propias (CADERNO DE CAMPO, 30/4/13).

Essa *nueva forma de educar* que se corporifica em *escuelas cuestionadoras de la realidad*, citadas por Mário, parece se relacionar com a característica enunciada por Pereyra (2001) sobre a relação da proposta educativa dos Bachilleratos Populares com a lógica da organização/movimento social que a originou. Lógica esta, conforme a autora, que se desenvolve a partir de “[...] procesos de autogestión del trabajo en empresas recuperadas por sus trabajadores a partir de los procesos de ocupación, resistencia y vuelta a producir [...]” (p.224). Nesse sentido, a autora considera que *los procesos de producción cooperativa y autogestiva del trabajo* são um *principio educativo* que se relaciona com a proposta educativa. “La educación se vuelve una contribución para que los trabajadores articulen los saberes cotidianos de la vida en sociedad con los saberes productivos y los saberes escolares en la búsqueda de una formación integral”(p. 234).

A experiência de autogerir o trabalho se apresenta como um *principio educativo* construtor de novas possibilidades de experiências educativas/formadoras que, ao se materializarem em escolas populares de jovens e adultos, buscam relacionar trabalho e

---

26 A entrevista a Mário Barrios encontra-se disponível no Anexos desta dissertação.

educação no âmbito de territórios populares. Tais reflexões são chaves para este trabalho e serão problematizadas nos próprios capítulos.

Sobre o Bachillerato Arbolito, foi-me relatado que esses conhecimentos adquiridos no e pelo trabalho autogestionado são socializados por meio de três professores-trabalhadores do Bachillerato e da cooperativa UST-CTA.

Retornando às características apontadas por Alvarez sobre o Bachillerato Popular Arbolito, destaco a segunda e a terceira – *conforma un entramado con redes barriales e es un componente del área educativa de la UST* – pois elas parecem estar inter-conectadas entre si e com o primeiro aspecto apresentado pela autora (*nace de una empresa que recupera el trabajo*), pois as três dizem respeito ao conceito “Bachilleratos Populares como organizações sociais”. Sverdlick e Costas definem esse conceito da seguinte forma

[...] la noción de escuelas como y en organizaciones sociales pretende representar la idea de una pedagogía diferente, en la que la escuela trascienda los muros escolares, para fundirse en la propia organización y el barrio (o la fábrica), suprimiendo los límites entre uno y otro espacio, en donde la escuela no implique solo las trayectorias escolares, sino también sea parte de la vida comunitaria, la organización y la participación. (SVERDLICK E COSTAS, 2007, p.30)

A característica de organização social confere aos Bachilleratos Populares um novo tipo de gestão, ou seja, essas escolas são geridas por organizações sociais que, talvez por terem sido construídas por meio de lutas por direitos sociais e tendo a possibilidade de experimentar uma sociabilidade que busca reconectar as diversas dimensões da vida (Pereyra), possuem um projeto político de transformação social. De acordo com Sverdlick y Costas (Ibid., p.30), os Bachilleratos Populares

Se trata de organizaciones sociales de trabajo territorial y empresas recuperadas por sus trabajadores que comparten un objetivo central: reclamar, exigir y luchar por el cumplimiento de diversos derechos negados a amplios sectores de la sociedad y transformar, a través de ello, el orden existente. En definitiva, se trata de organizaciones vinculadas a proyectos de transformación social.

A gestão social, além de ser decorrência do atributo de organização social, como afirmam Sverdlick y Costas, diz respeito a um caminho jurídico encontrado para localizar os Bachilleratos Populares em um marco legal que mantivesse as características de escolas públicas (não são entidades privadas) e populares (não pertencem ao Estado). O processo de

oficialização dos Bachilleratos Populares debate, nesse sentido, os significados de “público”, “estatal”, “privado” e “popular”. As autoras ainda comentam que o processo de legalidade construído por essas escolas ocorreu de maneira diferente do Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra (MST):

[...] a diferencia de las escuelas del MST, no se planteó la “estatización” de las instituciones sino que se dio una pugna por conseguir un marco normativo específico que atendiera a las particularidades de la propuesta. En la actualidad existe la opción legal de constituir escuelas públicas de gestión social y desarrollarse en el marco de la educación formal - aunque esta nueva figura jurídica carece de claridad. (SVERDLICK Y COSTAS 2008, p.259-260)

Essa ressignificação do “público” incluindo nos debates o atributo “popular” e “não estatal” pode estar relacionada ao projeto político de transformação social, cuja construção foi feita após momentos de luta por direitos sociais (recuperação do trabalho, por exemplo), nos quais recebeu um expressivo apoio da comunidade. Ruggeri (2011 p. 29), por exemplo, ressalta esse apoio quando diz que:

Las Empresas Recuperadas crearon a su alrededor, especialmente en los momentos más conflictivos, una enorme corriente de apoyo y movilización que apareció como decisiva en muchas oportunidades para poder sobrellevar los largos días de ocupación, resistir los intentos de desalojo o revertirlos, y poder llevar a cabo con éxito el proceso que lleva a la autogestión productiva.

Nesse sentido, o projeto político (de transformação social e a luta por direitos sociais) dos Bachilleratos Populares de Empresas Recuperadas parece incluir vizinhos e moradores do bairro onde surgiram os conflitos - principais atores da *corriente de apoyo* relatada por Ruggeri – recebida porque o bairro, além de contextualizar a disputa, também parece fazer parte de um lugar privilegiado de transformação. La Rocca (2011, p. 184) define “bairro” como “[...] una institución en tanto forma específica de organización comunitaria, comprensible por sus aspectos sociales, sus actividades y sus vínculos culturales que representa por excelencia el sitio y la institución de la vecindad”. Tal ponto de vista pode se relacionar com a quinta característica do Bachillerato Arbolito: *conforma un entramado con redes barriales* (Alvarez, 2012, p.34).

Portanto, assim como os novos movimentos sociais surgidos na Argentina durante a crise de 2001, conforme Elisalde (2008), a Cooperativa UST-CTA (integrante do Movimento das Empresas Recuperadas) também parece buscar relacionar suas atividades, objetivos e



projeto político com as demandas e aspirações do Barrio San Lorenzo de “Wilde”. A construção do Bachillerato Popular Arbolito talvez seja uma forma de articular o projeto político da UST-CTA com o Barrio San Lorenzo de “Wilde”.

Tais relações cooperativa-bairro-escola dizem respeito tanto à solidariedade construída no processo de recuperação de empresas, quanto ao projeto político da cooperativa que, nesse caso, inclui em suas demandas sociais o bairro e suas problemáticas educativas (por exemplo, o Bachillerato Popular). Pereyra (2001, p. 225) busca conectar as relações bairro - organização social - escola por meio do conceito de *territorio complejo* que, segundo a autora, é definido “[...]como un espacio material y simbólico de asentamiento y creación de la historia y la cultura, así como de la construcción de utopías colectivas y alternativas sociales”.

Ampudia expõe que as atuações das organizações sociais nos bairros populares não ocorrem somente através de propostas educativas, como as dos Bachilleratos Populares, mas por meio de múltiplas ações sociais:

En los barrios las organizaciones sociales construyen soportes para la organización, para la colectivización, para la demanda de derechos (múltiples) – vivienda, salud, trabajo, educación/ saber, asambleas, en otros momentos el trueque. (AMPUDIA, 2008, p. 3)

A cooperativa UST promove, em parceria com o poder público e com outras organizações - ANTA, Universidad de Quilmes<sup>27</sup>, Paroquia, etc - além do Bachillerato Arbolito, o Poliesportivo do bairro<sup>28</sup>, uma Rede de Economia Solidária<sup>29</sup>, Mercadinho/

---

<sup>27</sup> Pude visibilizar a parceria entre a UST e a Universidad de Quilmes durante a uma reunião realizada na cooperativa com o Projeto de Extensão em Comunicação desta universidade para construir oficinas de comunicação para os estudantes do Bachillerato. A ideia é a formação de *quadros* habilitados para auxiliar na equipe de comunicação da UST. Conversam também sobre a possibilidade de um professor ou estudante da Universidade coordenar a equipe de comunicação. Para Mário, é importante a participação de um profissional com conhecimento e experiência em comunicação para auxiliar a equipe. Nessa reunião, foram entregues para a cooperativa alguns materiais para a produção de comunicação, como um gravador profissional. A Universidade também se disponibilizou a financiar o transporte dos estudantes para as oficinas, que se realizariam na Universidade, e também a alimentação.

<sup>28</sup> No poliesportivo se promove aulas de futebol feminino e masculino e boxe. Também possuem uma academia. Também se promove campeonatos de futebol com outros clubes.

<sup>29</sup> A Rede de Economia busca gerar uma rede de economia solidária através de um banco de auxílio para os associados. Nessa feira há artesanatos, culinária, entre outros.

Farmácia (em construção)<sup>30</sup>, Banquito Popular de la Buena Fe<sup>31</sup> e a construção de casas populares<sup>32</sup>. Esses agenciamentos são financiados pelo excedente da cooperativa e promovidos por meio do trabalho social que todos os trabalhadores da UST devem cumprir (30h mensais de trabalho social no bairro, no mínimo).

Essas relações entre bairro e organização social parecem ser um caminho interessante para a contextualização do Bachillerato Popular Arbolito, pois demonstram o ambiente social no qual se constrói essa experiência educativa e, em especial, um ambiente em que a participação popular é cotidianamente ativada por diversos membros da comunidade. Participação esta que, inclusive, conforme Elisalde, torna-se um dos objetivos comuns à maioria dos Bachilleratos Populares inseridos em organizações sociais. De acordo com o autor,

Entre las metas de estas escuelas se encuentra, además de la natural función formadora, el promover e incentivar la participación y organización comunitaria que tuvo como aspiración, en la clave de la educación popular, la conformación de sujetos políticos conjuntamente con la iniciativa de generar alternativas laborales, en el marco de la integración y activación, de y para, el desarrollo productivo, conjuntamente con la existencia de un circuito sociocultural de fuerte impacto en sus diferentes localidades. (ELISALDE, 2008,P. 93.)

Pereyra (2001, p. 233) observa duas importantes dimensões da participação (de estudantes e professores) promovida pelos Bachilleratos Populares. A primeira diz respeito à dimensão micro: “[...] asambleas donde se toman decisiones relacionadas con temáticas, funcionamiento y problemas del bachillerato”. Já a segunda dimensão se refere a um nível macro de participação dos estudantes e professores, está relacionada a “[...] otros espacios donde se aborda las acciones, luchas y políticas más generales que involucran a todos los bachilleratos, posibilitan una participación activa con importantes grados de pertenencia y

---

<sup>30</sup> Os trabalhadores da UST estão construindo um mercado popular no bairro. A ideia é vender a um preço popular os produtos produzidos por eles. Já a farmácia será conduzida por um trabalhador da UST que é farmacêutico.

<sup>31</sup> O Banquito auxilia a membros da comunidade que possuem um projeto de empreendimento, dando crédito (o dinheiro vem do Ministério para a UST – *la plata viene del ministerio que baja a la cooperativa*) para a realização do empreendimento. Os empreendedores devolvem o crédito em até 40 vezes (*cuotas*) – 10 meses - e não lhes é acrescentado juros, pois o banco não visa o lucro.

<sup>32</sup> A UST, em parceria com a municipalidade de Avellaneda, construiu diversas casas populares no Bairro de Wilde. Algumas casas foram dadas para os trabalhadores da cooperativa (também são moradores do bairro) e outras para moradores do bairro que não atuam na organização.

compromiso social (p. 233 – 234)”. Conforme a autora, essas participações possibilitam um ambiente no qual os agentes podem se organizar e assumir responsabilidades que auxiliam na construção da autogestão do espaço educativo.

A participação<sup>33</sup> no movimento social e no trabalho comunitário, portanto, parece ser um importante aspecto na construção educativa dos Bachilleratos Populares como organizações sociais. Educar-se na participação do “trabalho militante” citado acima, considerando também os elementos agregadores dos movimentos sociais (as atividades comunitárias, o projeto político construído pelo movimento e, no caso das Empresas Recuperadas, também o valor e a cultura do trabalho) pode se relacionar às considerações de Caldart (2000, p.11) sobre as dimensões pedagógicas do *Movimento dos Trabalhadores Sem Terra* (MST). Para a autora, “a participação da luta pela terra se constitui como um princípio educativo”, na medida em que humaniza as pessoas, ensina a postura de que “nada é impossível de mudar” diante da vida e gera elementos para a tentativa de compreensão integral dos problemas sociais, relacionando o micro com o macro.

Arroyo (2000, p.36) também questiona-se sobre as dimensões educativas dos movimentos sociais tanto para os sujeitos que participam quanto para a pedagogia, pois estão presentes elementos que humanizam e desfragmentam a realidade vivenciada: “Quando em movimento, os sujeitos vivem em torno do que e como estão sendo, conseqüentemente, todas as dimensões de sua condição existencial entram em jogo”. No caso dos Bachilleratos Populares construídos pelas Empresas Recuperadas, essas dimensões parecem envolver, em especial, trabalho, educação e bairro.

Sobre a combinação de tais dimensões (Movimento Social das Empresas Recuperadas, educação e bairro) na experiência dos Bachilleratos Populares, Sverdlick e Costas (2008, p.223) comentam que elas são

Relaciones bastante estrechas entre la escuela, la organización, el barrio y la fábrica: Suprimiendo los límites entre uno y otro espacio, esta idea de escuela pretende dar cuenta no sólo de las trayectorias escolares sino también de la vida comunitaria, la organización y la participación.

---

<sup>33</sup> Streck e Adams (2006, p. 102-103) ao considerarem que a participação social é uma condição do exercício enumeram sete temas recorrentes próprios da perspectiva que relaciona participação com emancipação social: (1) *A participação constitui um valor intrínseco*; (2) *Há um vínculo entre participação e igualdade*; (3) *A participação engendra e nutre a identidade de grupos e movimentos*; (4) *Há uma relação positiva entre participação e eficiência*; (5) *A participação tem um valor pedagógico*; (6) *A participação favorece o surgimento de novas lideranças*, e (7) *Participação não pode ser delegada nem institucionalizada*.

Uma escola assim parece pretender desfragmentar (relacionar) os elementos (*trayectorias escolares, vida comunitaria, la organización y la participación*) que compõem, segundo o movimento social e os agentes sociais envolvidos no processo, o projeto popular de educação.

O sentido de desfragmentação da educação, sob o ponto de vista popular, é um importante elemento que relaciona a experiência dos Bachilleratos Populares com a “educação popular”. Brandão refere-se a essa desfragmentação como uma tentativa de *retotalização de todo o projeto educativo, desde um ponto de vista popular* e analisa a “educação popular” da seguinte forma:

[...] educação popular é um fim em si mesma. É uma prática de pensar a prática e é uma das situações variadamente estruturadas de produção de um conhecimento coletivo popular, mesmo que ninguém saia alfabetizado dela. Esta é a razão pela qual se pode pensar a *educação popular* como um trabalho coletivo e organizado do próprio povo, a que o educador é chamado a participar para contribuir, com o aporte de seu conhecimento “a serviço” de um trabalho político que atua especificamente no domínio do conhecimento popular. (BRANDÃO, 2006, p.51)

Entretanto, Brandão (2006) alerta que a “educação popular” é prática em *estado de movimento* e, sendo assim, *ela reluta a tornar-se definível e, sobretudo, uniforme*. Ela é vivenciada e posta em prática de inúmeras formas e, por ter essa característica de *movimento*, permite-se reestruturar-se ao longo do processo histórico em que vive. O que parece unificar essa diversidade é, segundo o autor, o trabalho de fortalecer o poder popular, por meio de um recorte de classe. Nesse sentido, Brandão (op. cit., p.52) compreende que, atualmente, “[...] mais importante do que pretender defini-la, fixar a verdade de seu ser, é descobrir onde ela se realiza e apontar as tendências através das quais ela transforma a educação na vivência da educação popular”.

As experiências educativas dos Bachilleratos Populares se constituem em práticas de “educação popular” segundo Sverdlick e Costas (2008 p. 254), pois se constituem da seguinte forma:

La educación es concebida como un acto político liberador en sí mismo a través del cual pueden forjarse nuevas relaciones sociales. Esta es la idea que promueven los Bachilleratos con el objetivo, también, de construir un proyecto de transformación social, en conjunto con las organizaciones y movimientos en los cuales se insertan.

Essa tentativa desfragmentada (relacionando *trayectorias escolares, vida comunitaria, la organización e la participación*) de construção de um projeto político de transformação social pode, por exemplo, ser verificada/examinada por meio de sua forma de gestão escolar.

Sverdlick e Costas (2008) afirmam que a gestão escolar (e popular) dos Bachilleratos Populares também deve ser problematizada por meio dos princípios de “autogestão” e de “participação”, no intuito de construir espaços democráticos e participativos. Essa característica comum no referente à gestão escolar, segundo Alvarez (2012), está expressa no projeto do Bachillerato Arbolito como: *el modelo de gestión es participativo y basado en el cooperativismo y la autogestión*.

Nascimento (2011, p.11)<sup>34</sup> define “autogestão” como “[...] um princípio, não é uma regra, uma instituição ou uma solução. Significa que um objeto social deve se determinar a si mesmo”. Esse objeto social que se autodetermina, conforme o autor, constrói-se através de experiências cotidianas, nas quais é socializado o conhecimento para todos. É, nesse sentido, uma experiência de formação permanente que requer *uma dimensão política solidária e global*. Nascimento (2011, p.9) cita Ulburghs ao refletir que autogestão é uma experimentação que relaciona “prática” com “pensamento” e, dessa forma, “[...] o movimento autogestionário, ao mesmo tempo, pedagógico e político, é portador de uma dinâmica permanente, de um processo constante de evolução em que o pensamento e a ação permitem o aprofundamento do conteúdo ideológico”.

Sobre “participação”, Gohn (2003) contribui para o entendimento desse conceito que, em síntese, pode ser entendido como um princípio político fundamental nos processos de democratização das instituições. A autora também nos dá pistas para o exame sobre o princípio de “participação” dos Bachilleratos Populares por meio da ideia de “participação popular” que, de acordo com ela, define-se pela disposição dos setores populares a empoderar-se dos mecanismos de decisão e planejamento dos recursos sociais, assim como sua democratização.

Podemos também encontrar pistas para a reflexão da participação popular nos Bachilleratos Populares na análise feita por La Rocca sobre a importância da *participación*

---

<sup>34</sup> Cartilha da autogestão – Cirandas. Disponível em <http://cirandas.net/recapes/biblioteca/cartilha-autogestao.pdf>

*social* na construção sociocultural do bairro de Boedo<sup>35</sup> durante o período anterior, durante e após o peronismo estar no poder na Argentina. A autora (2011, p. 184) analisa a participação por meio da perspectiva histórica e a considera da seguinte forma: “[...] La participación satisface necesidades asociadas, genera un pensamiento reflexivo, creación y recreación, valora las decisiones del grupo de pertenencia, construye identidades individuales y sociales”.

Parece ser, dessa forma, que Sverdlick y Costas (2008, p.227) comentam que a participação pode tornar-se pedagógica para os agentes envolvidos na experiência dos Bachilleratos Populares, pois, de acordo com elas, “[...] educarse en la participación social parece ser el camino hacia una mayor organización social”. Essas mesmas autoras, em outra publicação (2007, p.29), ressaltam que os Bachilleratos Populares “[...] parecen constituir-se em una propuesta pedagógica alternativa, a su vez, en una propuesta de organización política diferente que pretende construir formas de participación y democracia”.

É, portanto, por meio desse caráter democrático e participativo que as autoras acima citadas caracterizam a gestão vivenciada pela maioria dos Bachilleratos Populares. Uma gestão escolar que possui três características fundamentais: (1) direção colegiada, (2) assembleia de professores e estudantes e (3) docentes escolhidos pela organização social que impulsiona a escola.

Tais autoras também realizam uma importante caracterização quanto ao currículo dos Bachilleratos Populares. Como foi dito no início, essas escolas são experiências da modalidade de ensino para Jovens e Adultos (EJA) no nível Secundário (três anos), estabelecidas através de orientações curriculares (orientação, por exemplo, em Gestão Social ou em Economia Solidária) e que procuram relacionar a estrutura curricular oficial e a perspectiva da educação popular (perspectiva dos estudantes somada ao projeto político da organização social).

Alvarez cita a concepção de Educação de Jovens e Adultos desenvolvida pela *Declaración de Hamburgo sobre el Aprendizaje de las personas adultas* (2009, p. 103) durante a *Conferencia Internacional de Educacion de Adultos* ocorrida entre os dias 14 e 18

---

<sup>35</sup> Boedo é um bairro da cidade de Buenos Aires, que abrange as ruas Av. Independencia, Sánchez de Loria, Av. Caseros e Av. La Plata. Segundo Rocca, o bairro de Boedo “presenta una gran tradición de despachos de bebidas y cafés en los cuales se desarrolló una amplia sociabilidad que vinculaba prácticas culturales muy diversas que se relacionaban con el tango, la literatura, el teatro, el fútbol y la política”(2011, p.185).

de Julho de 1997, para refletir sobre as experiências de EJA e, mais precisamente, para contextualizar a perspectiva de educação de jovens e adultos o Bachillerato Popular Arbolito:

Por educación de adultos se entiende el conjunto de procesos de aprendizaje, formal o no, gracias al cual las personas cuyo entorno social considera adultos desarrollan sus capacidades, enriquecen sus conocimientos y mejoran sus competencias técnicas o profesionales o las reorientan a fin de atender sus propias necesidades y las de la sociedad. El aprendizaje adulto comprende la educación formal y la educación continua, el aprendizaje no formal y toda la gama de oportunidades de aprendizajes informales e incidentales existentes en una sociedad de aprendizaje multicultural, en la que se reconocen tanto enfoques teóricos como aquellos basados en la práctica. (ALVAREZ, 2012, p.25)

Fischer e Tiriba (2012) também contribuem para as reflexões sobre as experiências educativas de Jovens e Adultos construídas por Empresas Recuperadas, no que diz respeito às dimensões sociopolíticas, suas respectivas implicações educativas e, em especial, a localização do *trabalhador-estudante* no centro da análise sobre a EJA, dando, assim, um caráter de classe<sup>36</sup> e de transformação social para experiências educativas para Jovens e Adultos. Fornecem, assim, ferramentas importantes para a construção de um olhar (sobre os Bachilleratos Populares) que privilegia os *trabalhadores-estudantes* e, em consequência, suas identidades de classe. Também auxiliam para a análise sobre a característica, elencada por Alvarez sobre o Bachillerato Popular Arbolito, que se refere a “el sujeto pedagógico y el sujeto educador definido como trabajadores-as”. Nesse sentido, Fischer e Tiriba (2012, p. 18) afirmam:

Sendo a educação uma prática social mediadora, não é de se estranhar que ao longo da história da educação, uma imensa parcela da classe trabalhadora não tem tido acesso aos fundamentos econômico-filosóficos dos processos de produção da vida social (VENTURA, 2005). Os processos educativos podem contribuir para reproduzir a dualidade estrutural da sociedade capitalista e aprofundar as desigualdades sociais quando não reconhecem o trabalhador-estudante como produtor de conhecimento e de cultura ou quando negam aos jovens e adultos trabalhadores o conhecimento universal historicamente acumulado. Segundo Osmar Fávero, para além de uma “segunda oportunidade de escolarização” e de uma “educação pobre para os pobres” que, em última instância, se reduzem a campanhas

---

<sup>36</sup> O conceito marxista de “classe” utilizado por Tiriba e Fischer se refere, mais precisamente, ao que Antunes (1999) chamou de “classe-que-vive-do-trabalho”. Tal conceito busca afirmar a centralidade do trabalho em tempo de “acumulação flexível” e que abarca, assim, a totalidade dos trabalhadores assalariados desprovidos dos meios de produção do capital. Entretanto, as autoras, ao focarem o *trabalhador-estudante* nas análises sobre EJA, elas também incluem os trabalhadores associados.

de alfabetização e ofertas de um ensino regular facilitado, o objetivo da Educação de Jovens e Adultos – EJA – deve ser o de instrumentalizar os indivíduos e grupos para “entender e criticar a realidade em que vivem e, em consequência, propor alternativas para sua transformação” (FÁVERO, 2009, p.91). Como Remmert (2007), acreditamos ser necessário insistir na possibilidade de projetos de educação integral dos jovens e adultos trabalhadores. (FISCHER E TIRIBA 2012, p. 18)

Tiriba e Fischer, ao colocarem o *trabalhador-estudante* como um pilar importante para as análises sobre as experiências em Educação de Jovens e Adultos, relatam que o direito à Educação Básica foi “historicamente negado a uma grande parcela da classe trabalhadora no Brasil” (Ibid., p.18). Parece haver, dessa forma, que a perspectiva histórica auxilia nas reflexões sobre a construção das experiências em EJA, já que, no processo de elaboração das políticas educativas para Jovens e Adultos, historicamente reproduzem-se a desigualdade social existente no Brasil e na América Latina.

Sobre as desigualdades sociais, é possível afirmar que elas, em períodos de implementação de políticas neoliberais, acentuaram-se de maneira significativa, pois o modelo neoliberal, além de reivindicar a intervenção mínima do Estado, coloca ao mercado o papel de equalizar as oportunidades sociais. Nesse sentido, os governos neoliberais procuram dar as condições necessárias para a “livre” ação do capital, o que significa, dentre outros aspectos, o direito (e o fomento) da livre competição e a privatização das responsabilidades estatais. De acordo com Moraes (2009), as políticas sociais promovidas pelo Estado, em contextos neoliberais, são vistas não como ações que buscam equilibrar as oportunidades, mas como entraves ao pleno desenvolvimento da concorrência de mercado, que podem ser resolvidos com a mercantilização de tais políticas sociais.

O ponto de vista desenvolvido acima sobre o neoliberalismo pode auxiliar na análise sobre o período de consolidação do neoliberalismo na Argentina, marcado, segundo Sverdlick e Costas (2008, p. 200), por:

[...] una serie de reformas orientadas a desregular el trabajo, la producción y el mercado bajo una orientación privatista (impactando fuertemente en la calidad y avances de los derechos fundamentales, hasta ese momento en poder del Estado Nacional).

Essa *orientación privatista* citada pelas autoras também impactou o sistema educativo argentino. Durante os anos noventa, foi implementada uma Reforma Educativa que, sob a perspectiva de Sverdlick e Costas, pode ser caracterizada da seguinte forma:



En lo referente a la cuestión educativa, la orientación política neoliberal centró su argumentación en la necesidad de reformar un sistema educativo ineficaz, centralizado, burocratizado y homogeneizante, responsable de la “crisis educativa” e indirectamente también del estancamiento social. La necesidad de una reforma generó consenso; tanto por derecha como por izquierda, se sostuvo un discurso que apelaba a la “libertad”, al “respeto por la diversidad y las particularidades regionales” y a la “autonomía” como pilares reformistas. Esta aparente coincidencia discursiva sirvió de paraguas para impulsar las reformas en educación durante los años noventa. (Id., 2008, p. 200)

Conforme Sverdlick e Costas (Ibid., p. 203), essa Reforma da Educação na Argentina dos anos noventa se desenvolveu por meio de três leis nacionais (*Ley de Transferencia Educativa, Ley Federal de Educación e Ley de Educación Superior*) que sustentavam “[...] la descentralización y transferencia de servicios educativos, en la modificación de la estructura del sistema y en la restricción de la autonomía universitaria”. As principais consequências dessas mudanças no sistema educativo foram :

Como venimos sosteniendo en otros trabajos donde analizamos el impacto de esas medidas, la reforma educativa dejó un sistema fracturado y fragmentado, con un saldo económico negativo (de deuda externa) por los altos costos que, además, desatendió los problemas más acuciantes de la educación de nuestro país – problemas que hoy se han agravado– (analfabetismo, sobreedad, repitencia, abandono, etc.).

A experiência de Educação de Jovens e Adultos construída pelos movimentos sociais na Argentina não diz respeito somente aos Bachilleratos Populares, tampouco se iniciou nas últimas décadas. Conforme Elisalde , há diferentes experiências nesse campo. No início do século XIX e no princípio do XX – época de forte imigração de italianos e espanhóis, muitos dos quais traziam vínculos políticos com organizações anarquistas e socialistas –, foram organizadas experiências de educação de Jovens e Adultos:

En la Argentina, desde fines del siglo XIX y principios del XX, fueron gestados espacios de educación de adultos – escuelas, bibliotecas populares, centros culturales – por corrientes políticas ligadas al movimiento obrero, tales como el anarquismo y el socialismo. En algunos casos llegaron a organizarse verdaderas escuelas populares alternativas y en otros se buscó complementar la formación de las instituciones educativas tradicionales, con capacitaciones orientadas a la reafirmación de los trabajadores en tanto clase obrera. (ELISALDE, 2008, p. 84)

Outro importante momento de organização de experiência de Jovens e Adultos por movimentos sociais na Argentina foi entre o início dos anos sessenta e meio dos setenta

(1975), anos antes do Golpe Militar que instaurou a última ditadura argentina. Alfieri; Nardulli; Zaccardi (2008) afirmam que as experiências de educação popular se iniciaram por meio do trabalho comunitário (*trabajo barrial*) constituído pela *Tendencia Revolucionaria del peronismo*<sup>37</sup> nos bairros populares de Buenos Aires e em seu *Conurbano*. O bairro se constituiu, nesse momento, como um espaço fundamental para a construção política da *Tendencia Revolucionaria*. Tal construção, conforme os autores (op. cit.), desenvolvia-se através de experiências de formação junto aos setores populares. Nesse sentido, os autores afirmam:

Dentro de las funciones de trabajo barrial aparece como tema central la formación de los compañeros. La tarea barrial está planteada en términos de formación y autoformación, lo que la acerca a lo que podemos caracterizar como una concepción de construcción política dialógica.(ALFIERI; NARDULLI, ZACCARDI, 2008, p.109)

Tais experiências de *trabajo barrial*, de formação dialógica e de construção política transformadora se articularam, em 1973, com o Programa de Educação de Jovens e Adultos do governo Perón. Seguindo as palavras de Elisalde (2008, p.84):

[...] se relacionó la modalidad de educación de adultos con proyectos populares que aspiraban a la transformación social. Grupos de alfabetización, espacios de clases de apoyo, talleres de formación política realizados en los barrios por militantes sociales, junto a experiencia estatales como el Programa CREAM (Campaña de Reactivación Educativa de Adultos para la Reconstrucción) impulsado por la DINEA (Dirección Nacional de Educación de Adultos), durante el gobierno peronista en 1973; asociaron la necesidad de educación de jóvenes y adultos, con la formación de un proyecto de liberación nacional y social.

Considero ser importante trazer essas experiências populares de EJA, pois elas demonstram certa historicidade do processo de construção da educação popular pelos movimentos sociais (ou experiências educativas como organizações sociais) e das relações entre território (*barrio*), educação e movimento social. Sobre a importância que a experiência militante nos bairros da *Tendencia Revolucionaria* se constitui para o trabalho territorial constituído pelos Movimentos Sociais atuais – entre eles o das Empresas Recuperadas – Alfieri, Nardulli e Zaccardi (2008, p. 113) alegam que “[...] la experiencia de construcción

---

<sup>37</sup> A *Tendencia Revolucionaria* era conformada por distintas agrupações identificadas com o peronismo revolucionário e com projeto político do socialismo.

política barrial de la izquierda peronista es, sin duda, un punto de referencia para la discusión en el seno de las organizaciones que hoy ponen el centro de su actividad en el barrio”.

É pertinente, nesse momento, relatar a oportunidade por mim vivenciada de escutar um ponto de vista sobre tais experiências de militância peronista nos bairros em meu quinto dia de visita ao Bachillerato Popular Arbolito, construído pela Cooperativa UST-CTA. Durante o *acto del día del trabajo*, organizado pelos estudantes, educadores e trabalhadores da UST-CTA, conversei com Osmar, um senhor de aproximadamente 70 anos, que ministra aulas de história na escola. Logo nos conhecemos e Oscar começou a me contar a história da repressão, tortura e desaparecimentos durante a ditadura militar nos anos 70 na Argentina. Contou que muitos de seus companheiros do movimento da esquerda peronista foram assassinatos, torturados e outros desaparecidos. Ele e sua esposa também foram perseguidos, tiveram de mudar de endereço e de emprego. É fácil notar em Oscar as duras marcas que a ditadura deixou na memória dos militantes sociais, pois há em seu olhar uma tristeza e um sentimento de busca por justiça. No caso de Oscar, esse último sentimento parece estar “corporificado” em sua militância no Bachillerato Arbolito. Militância, que segundo ele, também se relaciona com a luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Mesmo sendo uma pessoa idosa, sofrendo de Mal de Parkinson e não recebendo salário de docente, parece tentar contribuir, através de suas aulas de história no Bachillerato, para um outro projeto de sociedade.

Convidei Oscar para irmos ao *Quiosco* (mercadinho), pois eu precisava comprar cigarro. No caminho, ele me contou que, nos anos 70, antes do golpe militar, havia uma forte mobilização na Argentina e uma das formas de militância era a atuação nos bairros populares, através de atividades de solidariedade e ajuda nessas localidades. Nessa forma de militância, teve bastante força o *refuerzo escolar* dado para os jovens do bairro pelos estudantes universitários. A conversa com Osmar fez-me refletir sobre a importância de pensar historicamente o processo de construção dos Bachilleratos Populares em inter-relação com os bairros, pois talvez o atual processo de construção escolar utiliza como uma de suas “referências” a experiência dos anos 70. Nesse sentido, Osmar, sua memória e suas histórias parecem ser uma materialização (ou uma relação visibilizada) entre o passado de militância nos bairros e a atual experiência de escolas que buscam desfragmentar o território, a escola, o trabalho, a organização política e os personagens que nesses lugares circulam.

## **CAPÍTULO 3**

### **DISCUSSÕES SOBRE *AUTOGESTÃO***

Este capítulo propõe-se a analisar os sentidos e as características da *autogestão*, a partir de autores que concordam que a autogestão se apresenta para os agentes sociais autogestionados como *meio e fim das lutas* por transformações sociais.

Autogestão é um conceito chave, pois parece ser a partir da luta pela recuperação do trabalho e, como desdobramento (por meio de uma perspectiva de continuidade) dessa luta, que a experimentação da autogestão do trabalho fornece elementos históricos para os trabalhadores das cooperativas organizarem uma escola popular pelos trabalhadores da entidade. Dito de outro modo, a autogestão, construída a partir da luta pela recuperação e, concretamente, experimentada pelos trabalhadores da UST ao longo de dez anos, rompeu com os “muros” da fábrica, adentrou-se no bairro e propôs-se a iniciar uma caminhada de criação de uma escola para jovens e adultos a partir da perspectiva da educação popular. A partir daí, podemos fazer algumas perguntas que dizem respeito à ligação entre a autogestão do trabalho e a criação de uma escola popular pelos trabalhadores. Quais são os elementos, os sentidos e as características que a prática da autogestão fornece e informa aos trabalhadores para que estes, em parceria com os demais agentes dessa construção, proponham-se a criar uma escola “diferente”? Quais são as atribuições da prática de autogestão que passam, a partir do momento de recuperação do trabalho pelos trabalhadores, a motivar os trabalhadores a construir uma escola popular? O que pode nos informar o conceito, historicamente construído, de *autogestão* sobre a tentativa de construção e, atualmente, de organização político-pedagógica<sup>38</sup> do Bachillerato Popular Arbolito pela cooperativa UST?

### 3.1 CONCEITO DE AUTOGESTÃO: SEUS SIGNIFICADOS E SENTIDOS

Para iniciar esta seção, é importante afirmar que o conceito de autogestão, assim como os demais conceitos, é construído na mediação entre a realidade social e as categorias do campo científico. Nessa mediação, ocorrem disputas de ideias pronunciadas por diferentes posicionamentos sociais e políticos. Sendo assim, o conceito de autogestão é um “conceito em

---

<sup>38</sup> Pude observar que a organização político-pedagógica da escola pela cooperativa parece ocorrer através do setor administrativo (relações com o Estado, por exemplo) exercido por três trabalhadores(as) e do exercício da prática docente por quatro trabalhadores. Tal questão é de extrema relevância para a dissertação, pois ela se apresenta como um argumento que embasa a ideia de que a escola se fundamenta na relação com a cooperativa.

disputa”, como afirma Ruggeri: “Se trata, como muchos otros, de un concepto en disputa, cuyo significado varía de acuerdo con los distintos sectores e intereses creados alrededor de su uso” (2012, p. 19).

Como foi dito acima, a autogestão aqui problematizada parte da perspectiva de que esta prática social se constrói como *meio e fim das lutas dos trabalhadores*, meio e fim que possuem como alicerce a transformação social. Wirth; Fraga; Novaes (2011) afirmam que a perspectiva de transformação que permeia as análises sobre a autogestão dos trabalhadores pode ser representada por “[...] Faria, 2010; Dal Ri e Vieitez, 2008; Tiriba, 2008; Nascimento, 2005; Novaes, 2007 (p. 198, 2011)”, e Tragtenberg, autor resgatado por essa vertente. De acordo com os autores,

Esses autores, para além da gestão da unidade produtiva, apontam a necessidade da generalização da autogestão, isto é, a construção do socialismo autogestionário. Eles entendem as cooperativas ou organizações do trabalho associado como espaços importantes, inventados pelos próprios trabalhadores, e que podem potencializar outras formas de luta (WIRTH; FRAGA; NOVAES, 2011, p.198).

Esse grupo de autores se diferencia, segundo Wirth; Fraga; Novaes (op. cit.), de três outros grupos de autores que analisam o conceito de autogestão:

8. Vertente 1: localiza a experiência de autogestão no campo da Economia Solidária e esta como superação do capitalismo. Como representante dessa vertente, está Singer, autor que defende que “[...] as atuais experiências de Economia Solidária recuperariam os ideais do socialismo utópico e seriam ilhas de resistência no atual contexto de reconfiguração do capitalismo” (apud Wirth; Fraga; Novaes, 2011, p. 193).
9. Vertente 2: também localiza a autogestão no campo da Economia Solidária e reivindica a complementaridade entre capitalismo e Economia Solidária. Esse grupo de autores se baseia em Polanyi e afirma que “[...] apesar do capitalismo ser o 'modelo' predominante, com ele sempre existiram outras formas de economia” (Id., Ibid, p. 195). Além das trocas mercantis, o capitalismo estaria permeado por outras formas de economia fundamentadas na reciprocidade, na domesticidade (produção familiar) e na redistribuição organizada pelos Estados, e por último,
10. Vertente 3: abordagem da Economia popular que compreende a importância dos mecanismos de subsistência construídos pelos setores populares diante da crise do

trabalho formal e da flexibilização de direitos sociais. Tais mecanismos de subsistência devem ser fomentados pelo investimento público e, sendo assim, dependem das políticas públicas assumidas pelos Estados.

Conforme Wirth; Fraga; Novaes (2011), a perspectiva da Economia Popular defendida por Coraggio e Kraychete, que integram esta vertente, considera que:

[...] a Economia Solidária não é compreendida como uma possibilidade de rearticulação entre Estado, mercado e sociedade, mas como uma prioridade política que precisa ser assumida pelo Estado. Diferentemente de Singer (2002), reconhecem que a economia dos setores populares está subjugada ao sistema capitalista e que ela não possui as condições para inverter essa situação (Coraggio, 2007, p.69) (Id, Ibid, p.197).

Ruggeri<sup>39</sup> (2012), em relação ao que se refere às Empresas Recuperadas na Argentina, adverte que a perspectiva de Economia Social, ao buscar suprimir as falências das políticas neoliberais por meio da “contenção social”, tende a auxiliar a implementação desse modelo. Segundo o autor,

[...] la Economía Social surge como una forma de complementar las falencias provocadas por la implantación de un tipo de Estado basado en el neoliberalismo, con el fin de contener y evitar un posible estallido social. [...] La base de esta economía está dada por una política económica que impulsa desde el Estado la creación y el desarrollo de microemprendimientos (a veces) solidarios. Esta versión de la ES parte de la idea de pensar a los sectores que se organizan económicamente en estos emprendimientos como “excluidos” y no como trabajadores que han sido apartados o expulsados del mercado de trabajo (RUGGERI, 2012, p.20-21).

Outra relevante crítica realizada por Ruggeri (ibid.) em relação às disputas em torno do campo da Economia Social dirige-se a classificações padronizadas e, de certa forma, despolitizadas, que o Estado argentino reagrupa em uma mesma categoria (*Economía Social y Solidaria*) diferentes experiências como empresas recuperadas, cooperativas, microemprendimientos, ONGs, entre outras. De acordo com o autor, as experiências das

---

<sup>39</sup> O autor é diretor do *Programa Facultad Abierta* da *Secretaría de Investigación (Facultad de Filosofía y Letras – Universidad de Buenos Aires, Argentina)*. Tal Programa desenvolve grupos de pesquisa e trabalhos de extensão com trabalhadores autogestionados das Empresas Recuperadas (ER). Em conjunto com uma grande equipe de pesquisadores, realizou três levantamentos sobre as Empresas Recuperadas na Argentina (2002/2003, 2004 e 2011). Em 2007, seu grupo realizou um levantamentos sobre as Empresas Recuperadas somente na *Ciudad Autónoma de Buenos Aires*. O Programa também mantém o *Centro de Documentación de Empresas Recuperadas*, que funciona na *Cooperativa Chilavert*.

empresas recuperadas se estabelecem a partir de um contexto diferente de outras experiências agrupadas em torno da categoria *Economía Social y Solidaria*. O contexto das empresas recuperadas se relaciona com a luta para manter o trabalho (*y la fuente de trabajo*) dentro da “economia formal”, e não a partir de uma economia alternativa, como muitas das experiências solidárias reagrupadas na categoria acima relatada. Além da luta pelo trabalho, as empresas recuperadas se definem pela adoção da autogestão das empresas. Nesse sentido, Ruggeri define as empresas recuperadas argentinas da seguinte forma: “[...] Se trata de la clase trabajadora forjando nuevas herramientas de lucha. Las empresas recuperadas, especialmente, tienen una continuidad con la experiencia e historia de la clase trabajadora” (Id., *Ibid.*, p.21).

É a partir da perspectiva da luta que busquei problematizar o conceito de autogestão, ou seja, esta problematização se limita às experiências de autogestão que nasceram e se constituíram a partir de um processo de luta por transformações sociais (busca por outras relações sociais “imediatas”, que se estabelecem como meio para a construção de outra sociedade, neste caso, a socialista). Sobre experiências de auto-organização que nascem nos processos de luta de classes e se constroem a partir de princípios e práticas não-hierárquicas, Tragtenberg (1986) afirma que, nesse *continuum*, os trabalhadores vivenciam a tentativa de socializar o poder:

Terminada a luta, a associação tem continuidade, reunindo-se às outras associações existentes. Esse processo realiza uma socialização proletária do poder, da vida e do trabalho. Opõe-se à “socialização” capitalista, realizada a partir das cúpulas dirigentes, centralizadora e alienante do trabalhador dos processos decisórios (TRAGTENBERG, 1986, p. X).

Sobre a continuidade entre a autogestão da luta e a autogestão da produção e da vida social, Faria, ao referir-se sobre as associações operárias de produção do século passado, chama a atenção para a “dimensão organizativa da pedagogia das lutas operárias”. A autogestão das lutas ensina e ensaia outras formas de relações sociais que vão ganhando corpo na construção de autogestão da produção. Relações sociais baseadas na solidariedade e no coletivismo que “[...] revelam um processo de auto-organização tomado como meio e fim (FARIA, 2011, p. 280)”.

Nesse sentido, a autogestão, vista sob o ângulo da auto-organização como meio e fim, articula a “linha de mobilização dos trabalhadores” e um “modelo de reorganização da sociedade” (NASCIMENTO, 2003, p.02). Articulação da política com o econômico e do



pensamento com a ação, nas quais, conforme Tragtenberg (1986, p.07), “[...] a classe operária abre espaços onde as novas formas econômicas podem se realizar”.

A importância de a organização ser tomada como “meio”, para autores como Tragtenberg e João Bernardo, refere-se ao seu caráter transformador e revolucionário, pois parece ser na forma de organização dos trabalhadores (meios) que surgem os embriões da sociedade socialista. De acordo com Tragtenberg, as relações sociais criadas pela e a partir da auto-organização dos trabalhadores, “[...] são a matriz do processo revolucionário”. E mencionando João Bernardo, afirma:

Para João Bernardo, são precisamente as formas de organização dos trabalhadores que definem o critério de radicalidade das lutas empreendidas, e não as reivindicações imediatamente formuladas. Dito de outra maneira, no processo das lutas autônomas, “a sua forma torna-se o mais importante conteúdo.” Ao mesmo tempo, com o prosseguimento das lutas, os trabalhadores criam suas próprias instituições (conselhos, comissões, comitês, etc), que se pautam por sua vez pela participação ativa de todos os membros através das assembleias e da eleição de delegados com funções executivas, revogáveis a qualquer momento. É, portanto, no plano das formas de luta autônomas, e das relações sociais novas daí originadas, que podem ser encontrados os germes de um futuro modo de produção (TRUGTENBERG, 2011 p.272).

De acordo com Tragtenberg, é na luta contra o capitalismo, luta que busca unificar “decisão e planejamento” e eliminar a “divisão tradicional de trabalho”, que a classe trabalhadora cria as possibilidades do socialismo. O autor afirma ainda que a criação de “embriões do socialismo” faz parte da tendência histórica do movimento da classe trabalhadora:

Essa é uma tendência que aparece nos momentos decisivos da luta dos trabalhadores: na Comuna de Paris (1871), na Revolução Russa de 1917, nas revoluções alemã e húngara de 1918, na Guerra Civil Espanhola (1936-1939), no Movimento de Maio de 1968 na Europa e na criação do sindicato Solidariedade na Polônia (1978); toma a forma de comissões, de fábrica (soviets, conselhos), visando dirigir a vida econômica, política e social. (TRAGTENBERG, 1986, p.10)

A tendência por “dirigir a vida econômica, política e social” está intimamente articulada com a constituição e a luta de classes. Nessa direção, trago a noção de classe de Errandonea, na tentativa de relacionar auto-organização dos trabalhadores com a constituição das classes sociais no capitalismo. A auto-organização, assim, pode ser tomada como uma experiência de classe.

Errandonea define *classes sociais* a partir da categoria *dominação*, pois o capitalismo, para o autor, caracteriza-se como um sistema que abarca diferentes tipos de dominação: a exploração do trabalhador através da apropriação de seu trabalho, a coação física (monopólio do uso da violência) e a dominação político-burocrática (monopólio das tomadas de decisões). Nesse sentido, as classes sociais além de serem definidas pela exploração do trabalho (trabalhadores versus donos dos meios de produção), são definidas por meio do acesso desigual ao monopólio da violência e das tomadas de decisões, no qual uns detêm o monopólio e outros não. Sobre a noção de classe Errandonea (1989) afirma:

A sociedade assume uma estrutura de classes sociais na medida da distribuição daquilo que nela é desigual. Claramente, não nos referimos exclusivamente a bens e recursos materiais. Referimo-nos também a eles, obviamente, e não só em termos quantitativos, mas também qualitativos (não somente quantos, mas que tipos de bens; não somente a quantia de pagamento ou remuneração, mas para que profissão, para que tipo de tarefa ou serviço etc.). A referência, entretanto, é mais ampla que isso, e envolve tudo aquilo que se distribui desigualmente: acesso diferencial ou exposição aos meios de coação, poder político, prestígio social etc. (também em termos quantitativos e qualitativos) (Errandonea, 1989, p. 15).

De acordo com Corrêa (2012), Errandonea concebe o Estado como “um elemento central do sistema de dominação” (p. 121), pois além de reproduzir as relações econômicas e o interesse das classes dominantes, o Estado é causa dos diversos tipos de dominações presentes na sociedade e se constitui como uma “estrutura política imprescindível para o desenvolvimento do capitalismo” (Corrêa, op. cit. p.121). O Estado, dessa forma, é desenvolvido e desenvolve a estrutura de classes e o sistema de dominação.

A auto-organização dos trabalhadores, portanto, pode ser tomada como um meio que a classe trabalhadora – desprovida dos meios de produção e dos monopólios do uso da violência e das tomadas de decisões – constrói para transformar tanto a estrutura de classes quanto o sistema de dominação.

Após essa breve contextualização do conceito de autogestão, passamos agora a analisar algumas de suas características revividas pelos trabalhadores em diferentes épocas, contextos e situações. Entretanto, antes de dar início à caracterização, é importante afirmar que o termo “autogestão” é relativamente novo no movimento operário. Faria (2011) afirma que esse termo começou a ser usado em decorrência da experiência do regime de Tito na Iugoslávia e passou a ser propagado em escala mundial a partir dos processos de lutas que se iniciaram no pós-Maio de 68 na França. De acordo com o estudioso, “[...] foram esses

processos intensos de lutas sociais desenvolvidos no pós-Maio de 68, até meados da década de 70, que propiciaram a propagação do termo autogestão no mundo ocidental” (Faria, 2011,p.296). Também conforme o mesmo autor, a França teve um papel importante na propagação do termo, pois, nesse país, durante a década de 60, intelectuais, movimentos sociais, sindicatos, estudantes, entre outros atores sociais, ao debaterem a experiência da Iugoslávia, passaram a empregar *autogestão* para designar tal regime.

Porém, como afirma Nascimento (2008), apesar de o termo ser relativamente novo, sua ideia está intimamente ligada ao movimento operário desde o início de seu surgimento, como procurei afirmar anteriormente. Essa ideia era representada pelos termos “[...] associação operária, auto-organização dos produtores, coletivização, gestão coletiva, gestão socialista, etc”(Id., 2011, p.296).

Sobre a relação entre a ideia de autogestão e o movimento operário, Nascimento declara que,

Sem dúvidas, o termo “autogestão” é relativamente novo. Contudo, se a PALAVRA é recente, a IDEIA é tão antiga quanto o próprio movimento operário, remontando aos inícios do século XIX. Sob palavras distintas e doutrinas diferentes, reencontramos a mesma aspiração na qual se inscreve o projeto da autogestão. A autogestão é imanente ao próprio movimento operário e a seu movimento de emancipação. (Id., 2008, p.28).

A declaração acima pode nos fornecer uma importante característica da autogestão: ela é uma ideia, ou melhor, um princípio de autodeterminação; um princípio tomado como a fonte e a base que pode nortear as práticas cotidianas de organização dos trabalhadores (estudantes, agricultores, entre outros) por eles mesmos. Nascimento (2013), nesse sentido, defende que a autogestão não deve ser tomada como uma verdade que se encerra em si mesma: “[...] Autogestão significa um princípio, não é uma regra, uma instituição ou uma solução. Significa que um objeto social deve se determinar a si mesmo”(p. 99). Da mesma forma, Ruggeri (2012) reafirma o dinamismo do conceito de autogestão: “[...] La autogestión es una dinámica permanente de relación entre los trabajadores que la protagonizan y, por lo tanto, no puede reducirse ni confundirse con una normativa”(p.18).

Esse princípio de auto-organização que norteia a prática da autogestão se relaciona - para autores como Nascimento, e Tratenberg - com outros dois princípios presente na luta da classe trabalhadora: o de autonomia e o de participação.

Gallo (2007) define autonomia, ancorando-se em Castoriedis (1992, p. 140), como *auto-nomos* (*dar-se, a si mesmo, suas leis*). Já Tragtenbert relaciona-a com a ética de “gerar por si mesmos” que, ao ser vivenciada na prática da autogestão, os trabalhadores “[...] se conscientizam de que podem administrar a produção e criar formas novas de organização do trabalho”(1986, p.12). A autonomia, nesse sentido, vai ganhando forma através das lutas travadas pelos trabalhadores para reinventar suas próprias formas de relaciona-se entre eles, assim como, com o trabalho e com a produção. salienta que essas reinvenções devem romper com a “hierarquia e a disciplina do capital” para que seja possível “[...] unificar-se em um novo quadro de relacionamento antagônico ao capitalismo, pautados por sua vez no coletivismo e no igualitarismo”(2011, p. 272).

Sobre participação, Tragtenberg (1987) parece defendê-la em conexão com a categoria de autonomia, pois entende a primeira como uma oportunidade dos atores sociais fazerem e decidirem a produção e organização de suas vidas. Ou seja, o autor defende que só há participação real quando há uma “democratização radical da sociedade”. De acordo com ele:

O que entendemos como participação é a democratização radical da sociedade. [...] Uma real “participação” exige a auto-organização e a autodeterminação de massas, muito difícil de se realizar na estrutura hierárquica rígida, tanto das organizações social-democráticas como bolchevistas, na medida em que pretende-se fazer tudo “pelos” trabalhadores “sem” os mesmos, ou melhor, a hegemonia exercida pelos “aparelhos” partidários ou sindicais em “nome” dos produtores (TRAGTENBERG, 1987, p. 23).

As contribuições de Motta (1987, p. 11) também são importantes na medida em que possibilitam a historização do conceito de participação. Segundo ele, “[...] os ideais de participação estão firmemente ancorados em ideais bastante antigos que remontam ao socialismo utópico do século passado” e foram cunhados, através de seus ideais participativos, por Robert Owen, Charles Fourier, Louis Blanc, Phillippe Buchez e Pierre-Joseph Proudhon.

Ao que parece, o princípio da autogestão relacionado aos ideais de autonomia e de participação recolocam novamente a questão das transformações sociais na cotidianidade do movimento operário, pois nesse tripé autogestão-autonomia-participação, novas relações sociais no campo da produção e da organização do trabalho são experimentadas e discutidas

pelos trabalhadores. Cabe salientar que tais relações sociais estas encontram seus limites e obstáculos na sociedade capitalista que necessita ser transformada.

Entretanto, os autores aqui utilizados também salientam que a prática de autogestão a partir da perspectiva da transformação social, além de enfrentar e contestar o capitalismo, contradiz ao Estado e às experiências de Socialismo de Estado. Sobre a contradição com o Estado, Nascimento (2008) afirma que a autogestão coloca-o em discussão e em uma situação de incoerência, pois ela mesma se constitui em poder de tipo não estatal. Conforme o autor:

A principal contradição que a autogestão introduz e suscita, é sua própria contradição com o Estado; ela põe em questão o Estado: “Desde que apareça um raio de sol, em uma fissura, esta simples planta cresce, e o enorme edifício estatal é ameaçado”. “Para se generalizar, para se transformar em 'sistema', em escala de toda a sociedade (unidades de produção, unidades territoriais, instâncias e níveis superiores) a autogestão não pode evitar o choque com o “sistema estatal-político”, seja ele qual for. A autogestão não pode evitar esta difícil tarefa: constituir-se em poder que não seja estatal”. O “Estado da autogestão”, isto é, o Estado no qual a autogestão se eleva ao poder, só pode ser de um tipo: um “Estado em extinção” (NASCIMENTO, 2008, p. 31-32).

Conforme explicitado acima, a autogestão também contradiz o Capitalismo de Estado, no que diz respeito tanto à tecnocracia<sup>40</sup> presente nessa experiência, quando à organização dos meios de produção pelo Estado e pelo partido. No primeiro caso, os ideais de autonomia e participação presentes na experiência da autogestão parecem impossibilitar a ideia de que a classe trabalhadora não tem consciência política por si só. Sobre tal questão, Tragtenberg (1986) é um referente na crítica realizada pela prática autogestionária à tecnocracia desenvolvida pelo regime soviético:

A fundamentação ideológica dessa tecnocracia dirigente está na célebre “teoria da vanguarda” de Karl Kautsky, principal teórico da II Internacional, desenvolvida por Lênin após a Revolução Russa de 1917. Segundo essa teoria, o proletariado entregue a si mesmo chega somente a uma visão economicista do processo social; a consciência política lhe é injetada “de fora” pela vanguarda, que fala em seu nome, pela voz dos intelectuais portadores da ciência e do conhecimento (TRAGTENBERG, 1986, p.18)

---

<sup>40</sup> Tragtenberg (2006) relaciona a tecnocracia com o liberalismo e o positivismo: “A tecnocracia é decorrência direta do liberalismo: este realiza com a Economia as intenções da Sociologia positivista, reduzindo a sociedade a um conjunto objetivo capaz de ser definido por uma legalidade universal em decorrência da aplicação dos métodos das Ciências Naturais” (p.257).

Ao criticar e contradizer a tecnocracia e as diferentes formas de realização e de construção da política por uma casta de especialistas, Nascimento (2003), baseando-se em Yvon Bourdet, afirma que a autogestão ressignifica a ideia tradicional de política, pois a primeira gera possibilidades de a segunda ser construída por todos:

a autogestão é uma transformação radical, não somente econômica, mas política, no sentido que ela destrói a noção comum de política [como gestão reservada a uma casta de políticos] para criar um outro sentido da palavra política: isto é, a gestão, sem intermediários e em todos os níveis, de toda a sociedade por todos os homens.(BOURDET apud NASCIMENTO, 2003, p.2).

Já sobre o segundo caso de contradição entre a autogestão e o Capitalismo de Estado - organização dos meios de produção pelo Estado e partido<sup>41</sup> -, Tragtenberg (1986) salienta que, ao apropriar-se dos meios de produção, o Estado delegou à burocracia e ao partido a “tarefa” de disciplinar os trabalhadores. Tal tentativa de disciplinamento acabou minando a autonomia e os mecanismos de participação dos trabalhadores e, em consequência disso, a autogestão do trabalho e da produção.

Outro aspecto importante utilizado por autores como Nascimento (2003, 2013), Fischer e Tiriba(2012) e Faria (2011), é a configuração de “experimentação da autogestão”. A configuração não é resultado de um enunciado de regras e/ou formas corretas para a prática autogestionária, mas de uma ideia de que os trabalhadores podem experimentar, conforme as especificidades históricas e culturais, novas formas de relações sociais baseadas na solidariedade, na autonomia, na participação que lhes são geradas pela prática de autogestionar seu trabalho, seu bairro, seu sindicato, entre outros espaços da vida social.

Nascimento (2003) descreve certas características importantes da configuração de experimentação da prática autogestionária. A primeira característica se refere ao direito dos trabalhadores “[...] à experimentação coletiva de novas formas de vida e de trabalho, não pode ser construído 'de cima', a partir de iniciativas do Estado” (Id., Ibid., p.12). A experimentação da autogestão, conforme o autor, deve ser construída pelos próprios atores envolvidos na organização social em questão.

---

<sup>41</sup> Tal questão será aprofundada no subitem posterior (Experiências históricas do movimento dos trabalhadores) a partir da experiência da URSS.

Por sua vez, a segunda característica que envolve a experimentação, de acordo com Nascimento (2003), relaciona-se com a ideia desenvolvida por Pierre Rosanvallon de que o projeto autogestionário parte da perspectiva de que a sociedade se constrói por si mesma: “[...] Se a autogestão é um projeto de sociedade, ela não é um modelo de sociedade a realizar. A autogestão é um método e uma perspectiva de transformação social” (ROSANVALLO apud NASCIMENTO, 2003). Já o terceiro aspecto da experimentação é justamente seu feitiço de novidade e de outras possibilidades fornecido à prática autogestionária: “[...] os procedimentos experimentais nas empresas consistem em por em movimento temporariamente novas organizações, novas técnicas, novas divisões de tarefas, novas relações interpessoais (Id., 2013, p. 101)”. A quarta característica da ideia de experimentação da autogestão diz respeito ao seu caráter metodológico. Nas palavras de Nascimento (2013, p. 99): “[...] Experimentar significa primeiro colocar um problema corretamente, de tal forma que se possa ter uma solução. E, para isto, precisamos de método, e justamente um método experimental”. Esse método, de acordo com Nascimento (Ibid.), contém a perspectiva dialética, quinta e última característica sobre a ideia de autogestão experimental. O autor, recorrendo às contribuições de Fischer e Tiriba (2009) sobre os saberes construídos no e pelo trabalho associado reivindica “[...] a dialética da ‘experimentação autogestionária’, a pedagogia da autogestão e a autogestão da pedagogia (Id., Ibid., p.92)”. Fischer e Tiriba também consideram que a “[...] Experimentar práticas coletivas de trabalho é, sem dúvida, a principal escola para aprender o que significa produzir e gerir associativamente e de forma autogestionária o trabalho e a vida (2009, p.618)”.

Parece ser por meio dessa perspectiva dialética entre “pedagogia da autogestão e a autogestão da pedagogia” que Nascimento (Ibid.) considera que a experimentação da autogestão requer uma formação permanente, na qual os atores sociais envolvidos na auto-organização devem educar-se/ formar-se na perspectiva de um “socialismo autogestionário” constantemente para essa experiência. Tal formação, segundo o autor, pode ser facilitada por “animadores-educadores de base muito bem formados” para tarefa de “tomada de consciência da base” a partir de três aspectos da formação - técnico; social e político; cultural e moral.

Fischer e Tiriba (2012, p.618) também valorizam a formação na construção de práticas autogestionadas. Essa formação “[...] requer a articulação dos saberes fragmentados pelo capital, bem como a apropriação dos conhecimentos histórica e socialmente produzidos pela humanidade”. As considerações das autoras, nesse caso, estão dirigidas às experiências de autogestão do trabalho, sendo levado em consideração que, ao longo da história do

capitalismo, à grande parte dos trabalhadores lhes foi negada e/ou dificultada a entrada e permanência ao mundo escolar formal. De acordo com as autoras,

Sendo a educação uma prática social mediadora, não é de se estranhar que ao longo da história da educação, uma imensa parcela da classe trabalhadora não tem tido acesso aos fundamentos econômicos-filosóficos dos processos de produção da vida social (VENTURA, 2005) (FISCHER E TIRIBA, 2012b, p. 18).

Para finalizar este capítulo, procurei sintetizar algumas exposições sobre os sentidos assumidos pela prática/experimentação da autogestão. Fischer e Tiriba (2012), através de uma perspectiva ampliada do conceito de autogestão, afirmam que, para além do sentido restrito, a prática da autogestão contém um “sentido político, econômico e filosófico” que diz respeito ao “ideário da superação das relações sociais capitalistas e a constituição do socialismo, concebido como uma sociedade autogestionária”(p. 615). Segundo as autoras:

No sentido restrito, *autogestão* é uma prática social que se circunscreve a uma ou mais unidades econômico-sociais, educativas ou culturais, nas quais, em vez de se deixar a organização do processo de trabalho aos capitalistas e a seus representantes e/ou delegá-la a uma 'gerência científica', trabalhadores e trabalhadoras tomam para si, em diferentes níveis, o controle dos meios de produção, do processo de trabalho e do produto do trabalho (FISCHER E TIRIBA, 2012, p. 615).

Já Faria (2011) recorre ao “sentido que esta prática assume na experiência histórica do movimento operário” no intuito de “reafirmar o que parece ser o seu bem mais precioso: o seu conteúdo utópico e o seu potencial anticapitalista (p. 278-279)”. Faria (Ibid.) também refere-se ao sentido pedagógico construído por meio da autogestão, pois a prática da auto-organização rompe com determinados fundamentos das relações de exploração e de dominação, como a fragmentação, a hierarquia e a disciplina. Tal possibilidade de rompimento com esses fundamentos constrói reflexões e problematizações em relação às formas de organização social. Dessa forma, o conceito de autogestão, a partir dessa perspectiva, diz respeito e, ao mesmo tempo, extrapola o campo da produção, pois vê nas transformações do modo de produção o ponto de partida para problematizar e transformar as relações socioeconômicas da sociedade capitalista.

Tiriba (2006) reconhece que, nessas transformações do processo produtivo e da organização do trabalho (assembleias, núcleos de base, entre outros mecanismos democráticos



de decisão) construídas pela experimentação da autogestão, há o desenvolvimento de uma nova cultura do trabalho.

## **CAPÍTULO 4**

### **EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS DE AUTO-ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO**

Este capítulo procura realizar um exame crítico de duas experiências de autogestão experimentadas pelos trabalhadores na primeira metade do século XX: os soviets russos e as coletividades desenvolvidas durante a Guerra Civil Espanhola. A reflexão sobre tais experiências fundamenta-se na ideia de que a autogestão apresenta-se como tendência histórica do movimento operário. Sobre essa tendência, Faria afirma que

[...] a autogestão pode ser compreendida como uma tendência histórica do movimento operário, um fenômeno que emerge nos momentos em que o acirramento agudo da luta de classes projeta a autonomia operária no domínio econômico, político e social. Assim o foi na Comuna de Paris de 1871, na Revolução Russa de 1917, na Revolução Alemã de 1918/19, na Guerra Civil Espanhola de 1936/39, na Revolução Húngara de 1956, no Movimento de Maio de 1968 na Europa, na Revolução dos Cravos de 1974 em Portugal, na criação do sindicato Solidariedade na Polônia em 1978, nas greves do final da década de 70 em São Paulo, etc (FARIA, 2011, p.288).

Sendo a autogestão uma tendência histórica, conforme Tratenberg (1986), a classe trabalhadora tende a construir “embriões do socialismo”, ou seja, espaços de construção de poder popular em que a auto-organização do trabalho (e da produção) requer a formação dos trabalhadores para a autonomia, a solidariedade, a participação, entre outros princípios. A partir das experiências singulares, essa tendência histórica parece acumular inúmeros aprendizados (saberes, princípios e metodologias) desenvolvidos pela práxis do movimento.

Tais aprendizados podem construir uma espécie de imaginário popular sobre a temática e, a partir daí, fundamentar as experiências futuras de autogestão. É nesse sentido que podemos tomar a prática da autogestão vivida na Revolução Russa e na Guerra Civil Espanhola como escolas para o movimento operário. Também é por esse viés que podemos nos perguntar: O que as experiências de auto-organização dos soviets russos e das coletividades espanholas podem nos informar para a reflexão sobre a experiência de tornar a educação (através do Bachillerato Popular Arbolito) participante do processo de autogestão do trabalho na cooperativa UST? Que experiências singulares foram essas? E quais foram seus acúmulos e aprendizados?

Antes de dar início à reflexão sobre os aprendizados construídos pelas experiências russa e espanhola, é importante salientar que todo esse acúmulo construído apresenta-se de distintas formas, pois está intimamente relacionado com os diferentes posicionamentos ideológicos e com a forma com a qual as correntes políticas relacionam-se com os acontecimentos históricos.

As primeiras formulações acerca da auto-organização foram propostas pelos teóricos clássicos do socialismo utópico, sendo eles Fourier, Owen, Saint-Simon, Louis Blanc, Lassale e Proudhon. Tais pensadores buscam refletir sobre a construção de outras formas de trabalho e de organização social, na direção contrária a do capitalismo. Sobre o trabalho precursor dos socialistas utópicos, Motta (1987) afirma que

De certa forma, essa corrente filosófica constitui a resposta intelectual à situação nova criada pela Revolução Industrial. [...] Dentre os socialistas utópicos e libertários relevantes, quando se considera as origens das propostas participativas, estão certamente Robert Owen (1771-1858), Charles Fourier (1772-1837), Louis Blanc (1811-1882), Phillippe Buchez (1796-1865) e Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) (Id., Ibid., p. 11).

Algumas breves considerações sobre os socialistas utópicos parecem ser relevantes para a presente tentativa de problematização das experiências históricas de auto-organização. Charles Fourier, segundo a reflexão coletiva realizada pelo Programa *Facultad Abierta*<sup>42</sup> (2012), foi provavelmente o primeiro autor a formular a ideia de *associação* como forma de organização econômica. O trabalho associado experimentado nas *associações* deveria ser rotativo e voluntário:

El trabajo asociado es, para Fourier, la forma esencial del trabajo humano. En su formulación de la comunidad ideal, a la que llama “falansterio”, el trabajo debe ser rotativo y voluntario para conseguir que –en vez de ser un sufrimiento, como lo era en forma notoria en aquellos crueles tiempos del comienzo de la sociedad industrial– se convirtiera en “atractivo” y plenamente humano (PROGRAMA FACULTAD ABIERTA, 2012, p.28).

Robert Owen, por sua parte, desenvolveu mais profundamente a ideia de cooperativas como mecanismos econômicos alternativos ao capitalismo. Conforme Motta (Ibid.), para Owen as cooperativas seriam a base da sociedade futura, pois esta era vista como “[...] uma federação de comunidades cooperativas governadas pelos próprios produtores” (p. 12).

Já para Louis Blanc – crítico ao cooperativismo-, as transformações sociais seriam realizadas a partir da conquista do poder de Estado, entidade que desenvolveria as reformas sociais. De acordo com Motta (Ibid., p.14), Blanc e seus adeptos imaginaram uma sociedade

---

42 O Programa pertence à *Facultad de Filosofía y Letras* da *Universidad de Buenos Aires* (UBA) e é dirigido por André Ruggeri.

na qual “[...] os interesses individuais fundir-se-iam no bem comum”, que seria pensado e construído por meio do Estado.

Por fim, Pierre-Joseph Proudhon, que, além de socialista utópico, é considerado defensor das ideias libertárias, reivindicava tanto a autogestão e a propriedade coletiva nas empresas e nas indústrias, quanto o mutualismo nas coletividades agrícolas. Para Motta (1981), Proudhon é considerado o “pai da autogestão”, pois ao referir-se a uma sociedade autogestionária, o autor traçou alguns princípios para a organização dessa sociedade. Tais princípios estão fundamentados na relação entre os atributos políticos e econômicos (produção) na constituição da associação do trabalho e da vida social. Sobre a sociedade autogestionária defendida por Proudhon, Nascimento (2013) sintetiza da seguinte forma:

J.Proudhon (1809-1865) defendia o socialismo com base na propriedade social, a empresa autogerida, cooperativa, mutualista; na igualdade econômica, na superação do assalariado, a participação direta do povo no autogoverno, sem centralismo nem Estado autoritário, mas com federalismo e democracia direta. Foi o primeiro a propor uma concepção anti-estatal da gestão econômica (NASCIMENTO, 2013, p.03).

Nesse mesmo texto produção, Nascimento atualiza as considerações realizadas por Proudhon (e demais libertários como Bakunin, Kropotkin e Landauer) por meio da hipótese de que as categorias do socialismo libertário são fundamentais para a reflexão atual sobre a autogestão. Sendo assim, o estudioso destaca o *socialismo com base na propriedade social* e a *concepção anti-estatal da gestão econômica* de Proudhon; o *federalismo* de Bakunin – categoria que seria alicerce para um socialismo descentralizado, autogestionário e “[...] constituído pela democracia direta dos trabalhadores auto-organizados em suas empresas e pelos cidadãos com seus autogovernos”(p. 03) –, as *instituições revolucionárias semiespontâneas* (conselhos, comitês e seções) de Kropotkin – vistas por esse libertário como embriões de anarquismo – e o *trabalho em cooperação* de Gustav Landauer, tomadas como *comunas socialistas de trabalho*.

Felix Garcia (2009) também defende a importância do socialismo libertário para as reflexões e as experiências atuais da autogestão. Apesar de considerar que estão presentes nessa tradição diferenças em torno de estratégia e métodos de luta, o autor avalia que a autogestão é um dos fundamentos que unifica a “família libertária”. Segundo ele, “la tradición libertaria, que se considera heredera del radicalismo democrático, tiene una de sus señas de

identidad en la exigencia de una organización democrática del trabajo, lo que ha venido a llamarse la autogestión (GARCIA, 2009, p.163).

A organização democrática do trabalho pretendida pela tradição libertária – e referida acima por Garcia – questiona as estruturas hierárquicas presentes nas relações sociais. Tais estruturas constroem e, ao mesmo tempo, são construídas através da centralização das decisões, do autoritarismo, da burocracia, da hierarquia, entre outros aspectos. Ao questionar as estruturas hierárquicas, Mintz (2008) considera que a tradição anarquista rompe com o “mito da hierarquia sábia”:

Las ideas anarquistas (la oposición al poder de una cúpula) o libertarias (a favor de la igualdad económica y social, siempre negada en la democracia vacía del capitalismo) permiten deshacer el mito manipulador de la jerarquía sabia e incriticable –compuesta de individuos ordinarios, con pocos contactos con la realidad de las masas, con una mirada de padres respecto de unos eternos adolescentes – para que el poder y la organización de la sociedad sea de todos, de modo horizontal y rotativo (MINTZ, 2008, p.11).

A defesa da organização democrática do trabalho também habita os ideais de uma corrente sindical nomeada “Sindicalismo Revolucionário”. Tal corrente, de acordo com Correa (2010), apesar de não reivindicar vínculos explícitos com o anarquismo, apresenta-se como uma estratégia dessa ideologia. De acordo com o autor:

O sindicalismo revolucionário nunca se colocou, explícita e conscientemente, em vínculo com o anarquismo. E isso não invalida a afirmação que fizemos anteriormente: o sindicalismo revolucionário é, para nós, uma estratégia do anarquismo – um vetor social –, que foi impulsionada determinadamente pelos anarquistas, ainda que tenha tomado corpo em todo um contingente popular amplo de anarquistas e não-anarquistas, corpo esse que constituiu sua verdadeira base, e faz com que não seja possível atribuir completamente o fenômeno do sindicalismo revolucionário aos anarquistas. O que diferencia esse sindicalismo revolucionário do anarco-sindicalismo é que o primeiro nunca se vinculou explícita e conscientemente ao anarquismo, diferentemente do segundo (CORREA, 2010, p.33).

Leval (2007) salienta que o sindicalismo revolucionário foi fundado por Bakunin durante a I Internacional:

[...] ele [Bakunin] foi seu criador, nos campos teórico e prático, e que, sem ele, muito provavelmente, jamais teria havido sindicalismo no sentido revolucionário. Pelo menos os pensamentos que ele emitiu são os presidiram à constituição e à orientação desse movimento (LEVAL, op. cit, p. 44) (grifos adicionados).

A forma de organização do trabalho e da produção defendida pelos sindicalistas revolucionários relaciona-se com a auto-organização pelos trabalhadores. De acordo com Garcia,

[...] el sindicalismo revolucionario considera que los trabajadores pueden organizarse por sí mismos sin necesidad de tutelas de ningún tipo, ni de vanguardias conscientes, ni de burocracias ejecutivas. El principio básico, por tanto, de la autogestión radica en ese reconocimiento de que las personas que están trabajando conocen perfectamente cuáles son los problemas que su trabajo plantea y cómo solucionarlos; en la medida en que también son ciudadanos en su propia sociedad política, son igualmente conscientes de cuáles pueden ser las necesidades prioritarias de la población a las que debe ajustarse la producción económica (GARCIA, 2009, p.163).

Garcia considera a autogestão um pilar do sindicalismo revolucionário e essa consideração baseia-se em dois fundamentos: (1) a autogestão do trabalho como um modelo de organização da economia, (2) a importância protagonismo dos trabalhadores na gestão da empresa: “[...] la necesidad de que todo el mundo asuma su propia responsabilidad en la gestión de los asuntos que les competen, cooperando activamente con quienes también están afectados por esos problemas (Id., Ibid., p.69)”. Além disso, o autor relata que a importância da autogestão para o sindicalismo revolucionário também é motivada pela concepção de trabalho defendida por essa corrente política:

Se parte de la convicción de que para todo ser humano resulta fundamental el trabajo; éste es un elemento indispensable e insustituible en el propio desarrollo personal, algo que nos permite realizarnos como seres humanos y por eso mismo resulta irrenunciable la participación directa, el protagonismo en el propio centro de trabajo. (GARCIA, 2009, p. 69)

A concepção de autogestão almejada pelos sindicalistas revolucionários também pode ser analisada através de suas formulações sobre a ideia dos conselhos operários. Rocker (2007) considera que a ideia dos conselhos foi desenvolvida inicialmente no contexto de atuação dos sindicatos franceses no período entre 1900 e 1907 e nessa época o sindicalismo francês era fortemente influenciado pelos sindicalistas revolucionários.

#### 4.1 OS CONSELHOS RUSSOS (SOVIETES)

A ideia de conselhos foi experimentada pela experiência dos sovietes desenvolvidos durante o processo revolucionário russo. Durante esse processo, do qual participaram diversas tradições políticas (anarquistas, marxistas, social-democratas, entre outras), a ideia de conselho se construiu em relação com a luta pelo socialismo. Os sovietes eram instrumentos de poder do povo, que buscavam organizar a vida social. Eles possuíam poderes de legislar e executar, e eram formados a partir de uma indústria, de uma instituição ou de uma região.

Conforme Nascimento (1986), os sovietes surgiram como “comissões de greve e de delegados” encarregados de organizar a luta dos trabalhadores durante a tentativa revolucionária de 1905<sup>43</sup>. Eles surgiram independentemente dos partidos políticos e sindicatos, e se constituíram como “conselhos formados por unidades de produção ou concentrações urbanas” (TRAGTEMBERG, 1986, p. 20). Essa “expressão do poder popular” possuía uma estrutura que, em geral, apresentava-se da seguinte maneira, de acordo com Nascimento: “[...] - Uma assembleia geral; - Um Presidium; - Um Comitê executivo; - Seções (operária, soldados, camponeses); - Comissões” (NASCIMENTO, 1986, p.26). O mesmo autor considera que os sovietes possuíam três características fundamentais (de massa, de classe e de base):

1. De massa: conjugando o pluralismo e harmonizando os distintos interesses existentes na classe operária russa; 2. De Classe (proletária): fundamento e justificação histórica de uma organização social alternativa à sociedade burguesa; 3. De base: toda sua estrutura se organizava da base para a cúpula e da periferia para o centro (Id., Ibid., p. 28).

Após a Revolução de fevereiro (1917), foi formado em Petrogrado o “Governo Provisório”<sup>44</sup>, que deveria convocar eleições à Assembleia e, além disso, manter os serviços essenciais do governo. Entretanto, esse governo não atendeu às principais reivindicações da população russa (saída da I Guerra Mundial e distribuição de terras aos camponeses). Nesse período, a Rússia vivenciou uma situação de dualidade de poder entre o Governo Provisório e

---

<sup>43</sup> O primeiro soviete desenvolveu-se na cidade de Ivanovo, porém o de maior importância para o processo de lutas de 1905 foi o Soviete de Petrogrado, então capital russa. Sobre ele, Nascimento (1986) afirma que “O Soviete de Petrogrado, eleito por 200.000 operários, composto à base local (bairro) e de fábricas, compreendia 226 delegados eleitos de 96 fábricas e 5 sindicatos, mais 3 eleitos de cada um dos partidos socialistas: Bolchevique, Menchevique e Socialista Revolucionário” (p. 25).

<sup>44</sup> Formado, principalmente, por forças ligadas ao Exército, aos latifundiários e a burguesia.



os Sovietes (com sua extraordinária força organizativa e o apoio recebido dos trabalhadores). A tomada do poder pelo Partido Bolchevique, em outubro de 1917, ocorreu, em grande parte, pela aliança travada com os soviets.

Entretanto, a Revolução Russa enfrentou um país devastado pela guerra civil interna. Sobre a situação enfrentada, Tragtenberg considera que

[...] é importante considerar que a Revolução Russa enfrentou um período de guerra civil que durou anos e a intervenção de exércitos estrangeiros - alemães, ingleses, norte-americanos e tchecos -, auxiliados em algumas regiões por generais czaristas como Koltchak, Denikin, Wrangel, que queriam restabelecer o capitalismo privado.(TRAGTENBERG,1986, p21)

Como resposta a tal situação, Tragtenberg (Ibid.) afirma que o Partido Comunista buscou vencer os invasores e ao mesmo tempo reorganizar a economia devastada. Para reorganizar a economia, o Partido implementou o Comunismo de Guerra e o sistema taylorista de organização do trabalho. De acordo com o autor, esse é o período em que

Trotsky proclama o regime do “comunismo de guerra”. Os diretores de empresas industriais passariam a ser nomeados pelo Partido que detém o poder de Estado, e as unidades onde houve administração coletiva ou autogestionada deveriam subordinar-se à nova medida. Paralelamente, Lênin introduz o taylorismo na URSS, significando, portanto, a volta à hierarquia nas fábricas, o planejamento restrito a um corpo de especialistas e a mão de obra realizando o que a cúpula técnica define como sendo os objetivos das empresas. [...] Isso significou o fim dos comitês de fábrica e da autogestão nas empresas. A nova palavra de ordem de Trotsky era: trabalho, ordem e disciplina. (TRAGTENBERG, 1986, p.24)

Esse processo de militarização do trabalho tinha como objetivo, de acordo com Tragtenberg (1986), disciplinar, por meio dos sindicatos, a mão de obra para o regime do “comunismo de guerra”. Além disso, o salário “[...] passou a cumprir a mesma função que tem na economia capitalista clássica” (p. 25).

O Comunismo de Guerra compunha o projeto bolchevique de Capitalismo de Estado, que foi desenvolvido através da Nova Política Econômica (NEP). Esta, segundo Rocker (2007, p.21), pode ser entendida como “[...] [uma] concessão a elementos estruturais do capitalismo, e [que] substituiu, na prática, os conselhos de operários e soldados por uma política de Estado ou, em última instância, do partido”. De acordo com autor, a realização de acordos com o capitalismo como um mecanismo de reconstruir um país devastado pelas

guerras não foi desenvolvida a partir das instâncias de poder popular, estas que foram a base para o processo revolucionário. É nesse sentido que considera que a reestruturação da Rússia não foi desenvolvida pelo povo:

O que censuramos nos bolcheviques é ter sistematicamente excluído, por seus métodos de violência, toda possibilidade de uma solução dessa tarefa mais decisiva e mais importante, transformando assim toda a vida econômica num monte de ruínas. Hostis a toda iniciativa vinda do próprio povo, eles destruíram as forças construtivas da revolução que surgem das massas. Assim nasceu essa monstruosa burocracia nas poeirentas fábricas, que sufocou miseravelmente as últimas centelhas de vontade revolucionária (ROCKER, 2007, p. 110-111).

Tal hostilidade às iniciativas populares e a tentativa de dominação das vontades da base estão materializadas na prática da ditadura do proletariado edificada pelo partido bolchevique. A ideia de “ditadura do proletariado” foi desenvolvida, primeiramente, por Auguste Blanqui, que a entendia como um governo de transição entre a antiga e a nova sociedade. Esse período de transição seria necessário, segundo os blanquistas, para preparar as condições de igualdade do povo para se autogovernar. Marx também desenvolveu a ideia de “ditadura do proletariado”, a partir da crença da necessidade de um período de transição, caracterizado pela centralização do poder pelo proletariado organizado em classe dominante<sup>45</sup>. Entretanto, após a experiência da Comuna de Paris e em diferença em relação a Blanqui, Marx passou a reivindicar que a centralização do poder deveria ocorrer a partir de reconstrução do Estado pela nova classe dominante (o proletariado). A crítica de Bakunin à ditadura do proletariado parece pertinente, pois parte do questionamento sobre a possibilidade de toda a classe proletária pertencer ao Estado, sendo este uma entidade que, por fundamento, desenvolve-se a partir da divisão entre governados e governantes. Sobre essa questão, Bakunin reflete:

O que significa: “o proletariado organizado em classe dominante”? Quer dizer que este estará inteiramente na direção dos negócios públicos? Há, aproximadamente, quarenta milhões de alemães. Poderão esses quarenta milhões de alemães fazer parte do governo e, o povo inteiro governando, não haverá governados? Então não haverá Estado, mas, se houver, haverá governados, haverá escravos. (BAKUNIN, 1999, p. 155).

---

<sup>45</sup> Blanqui, por sua vez, reivindicava que classe dominante seria constituída pela vanguarda que tomou o poder.

Além de perceber a impossibilidade de toda uma classe pertencer a um Estado, Bakunin considera que, mesmo que os membros do Estado pertencessem à classe proletária, como governantes, eles se tornariam novos opressores. A questão colocada por Bakunin sobre o Estado parece pertinente para os debates – travados pelas experiências de autogestão/auto-organização - sobre a autonomia e a participação dos trabalhadores na prática da gestão de suas vidas, pois, se a autogestão questiona a existência da propriedade privada dos meios de produção, a questão construída por Bakunin problematiza a existência de governantes na administração da produção.

Rocker (2007) acompanha tal concepção de Bakunin e afirma ainda que a ditadura do proletariado contradiz a ideia dos conselhos, pois estes são construídos a partir de princípios bastante diferentes (e contraditórios) à centralização do poder. Sobre tal contradição, afirma o autor que

[...] o sistema de conselhos não suporta qualquer ditadura, partindo ele próprio de pressupostos totalmente diferentes. Nele se encarnam a vontade da base, a energia criadora do povo, enquanto na ditadura reinam a coação de cima e cega submissão aos esquemas sem espírito de um diktat: os dois não podem coexistir. Foi a ditadura que prevaleceu na Rússia e isso explica por que já não há hoje soviets nesse país (ROCKER, 2011, p.77).

A experiência de centralização do poder pelo Estado, durante o governo bolchevique, manifestou-se nos planos econômico e político, de acordo com Tragtenberg (1986). No plano econômico, expropriou os meios de produção, e no plano político, vinculou os soviets ao controle do Estado. A centralização do poder desses dois planos desenvolvia-se através da burocracia<sup>46</sup> estatal, que visava planificar a economia e dirigir as instâncias de organização popular, em especial dos soviets.

---

<sup>46</sup> Para a reflexão sobre a burocracia, utilizo as considerações construídas por Tragtenberg (2006). Segundo o autor, a burocracia “[...] representa ela uma categoria social específica que estabelece entre seus membros certa ordem e certo estilo de relações, tendente a *autonomizar-se* ante a sociedade como *poder externo e acima dela*”(p.235). A burocracia, nesse sentido, apresenta-se como uma “entidade” acima das relações que os diferentes agentes sociais travam entre si, separando-os das decisões que dizem respeito a suas próprias vidas, assim como ao todo social: “A burocracia aparece como formação social no regime de transição articulando o corpo social, constitui um *aparelho* em que é mantida a separação que existe na fábrica, entre o operário e os meios de produção, traduzida administrativamente pela posição da burocracia como entidade *autônoma* relativamente ao todo social, dominando as decisões, com seus critérios internos, atuando como matriz das relações sociais burguesas, convertendo-se no palco no qual se efetua a repressão às massas” (TRAGTENBERG, 2006, p.240).

Sobre a expropriação dos meios de produção dos trabalhadores e a planificação da economia pelo partido bolchevique, Tragtenberg (2006) considera que a burocracia construída tomou o Estado como propriedade privada através do controle dos meios de produção<sup>47</sup>. Sendo assim, o autor afirma: “[...] Nesse contexto, o administrador de empresa cumpre a função de realizar no nível de microempresa os objetivos do plano (Id., Ibid., p.49-50)”. Os trabalhadores, dessa forma, ficaram submetidos somente a tarefas de execução da produção, pois as funções de gestão e organização eram desenvolvidas pelos burocratas do partido:

Na URSS, a direção da industrialização levada a efeito pela burocracia do Partido Comunista que monopolizou o poder articulando as burocracias da organização hospitalar, escolar, militar, tomou a forma de um *coletivismo burocrático*, no qual a burocracia detém coletivamente a propriedade dos meios de produção e o monopólio do poder político. O proletário não participa da direção da produção, está relegado a funções de pura execução (Id., Ibid., p. 233).

Já sobre o atrelamento das organizações populares ao Estado e o controle destas pela burocracia e pelo partido, Tragtenberg (1986) considera que os soviets e os sindicatos transformaram-se em “[...] 'correias de transmissão' das ordens vindas de cima para baixo”. Tal atrelamento dos soviets e dos sindicatos ao Estado pode ser exemplificado pela criação do Soviete da Economia Nacional que, conforme Nascimento (1986, p. 27), constituiu-se em “[...] um fenômeno de captura burocrática das organizações operárias, com o objetivo de absorver os comitês de fábrica, sindicatos, e em seguida, a absorção dos sindicatos pelas instâncias burocráticas dos ministérios estatais”.

As informações acima nos levam a considerar que o processo de burocratização marcou significativamente a experiência da URSS. A burocratização pôs fim às tentativas de auto-organização e também às inúmeras iniciativas populares e, conforme Tragtenberg (2006), uma instância que detinha o “poder político total” naquele país sob o regime de Capitalismo de Estado:

---

<sup>47</sup> Tragtenberg (2006) comenta que a estatização dos meios de produção está sujeita às relações sociais entre o Estado e os trabalhadores: “Fundamentalmente, o significado da propriedade do Estado *depende* das relações sociais existentes *entre* ele e os trabalhadores. Se ele é dominado por um corpo de funcionários, *escapando* ao controle dos trabalhadores, é o corpo de funcionários e administradores que detém o controle dos meios de produção, *dispondo* do excedente econômico, conforme suas normas, com *papel dominante* no mercado e na imposição de critérios de rentabilidade”(p. 240).

Isso nos permite definir as formações econômicas e de empresa na URSS e no âmbito da Europa Oriental como formas de capitalismo de Estado, em que a burocracia não só é o elemento oriundo das necessidades funcionais da técnica, mas é acima de tudo poder político total (TRAGTENBERG, 2006, p. 53).

É importante salientar também que o regime de Socialismo de Estado (ou Capitalismo de Estado, conforme ROCKER, 2011) na URSS, através de mecanismo de violência, reprimiu tentativas de reversão desse quadro apresentado já nos primeiros anos do governo bolchevique. Tentativas como a Oposição operária<sup>48</sup>, a Rebelião de Kronstadt<sup>49</sup> e a Reação dos Makhnovista<sup>50</sup> que, de maneira geral, reivindicavam a autonomia e a participação dos trabalhadores no processo de tomada de decisões e de gestão dos meios de produção da vida.

Levando em consideração os apontamentos construídos no capítulo anterior sobre os significados e sentidos da autogestão e, em especial a importância, de acordo com os autores trabalhados, da práxis autogestionária ser tomada como meio e fim das lutas pelas transformações sociais, parece relevante considerar que a experiência de auto-organização dos trabalhadores, após a tomada do poder pelo partido bolchevique, deparou-se com um Estado e com um processo de burocratização que estagnou o “meio” – a práxis da auto-organização como uma escola que constrói o socialismo – e tornou o fim – uma sociedade sem classes e os meios de produção coletivados – um futuro cada vez mais distante, tendo em vista que os meios de produção eram controlados pela burocracia.

---

48 A Oposição Operária, segundo Tragtenberg (1986, p.26), pode ser descrita da seguinte forma: “Criase, então, a Oposição Operária, formada por trabalhadores revolucionários da primeira hora, participantes das revoluções de 1905 e 1917 e da guerra civil. Ela denuncia a separação entre o Partido e as massas operárias, critica a direção única nas fábricas como produto do espírito burguês que não confia na força coletiva, reivindica a liberdade de crítica e critica a implantação do socialismo por via burocrática, por decretos da cúpula dirigente, e a redução da iniciativa das massas. A grande pergunta da Oposição Operária é: Realizaremos o socialismo pela ação dos trabalhadores ou por intermédio dos funcionários do Estado?”

49 A Rebelião de Kronstadt se constituiu na reação dos marinheiros do soviete Kronstadt à expropriação política do poder da classe operária.

50 Tragtenberg (1986, p.24) descreve a Reação dos Makhnovista da seguinte forma: “Essa revolta, chamada Revolução Makhnovista - Nestor Makhno era um de seus líderes -, continuou a luta da Oposição Operária dirigida por Alexandra Kollontai e a dos marinheiros de Kronstadt: coletivização dos meios de produção e autogestão social, econômica e política exercida pelos trabalhadores por mediação de representantes livremente eleitos; negação de hierarquias salariais e sociais e de qualquer tipo de ditadura, mesmo a exercida em nome do proletariado porém sem o proletariado, a ditadura do Partido sacralizado”.

### 3.2 COLETIVIZAÇÕES DURANTE A GUERRA CIVIL ESPANHOLA (1936-1939)

A Guerra Civil Espanhola foi um conflito armado instaurado a partir da fracassada tentativa de golpe de Estado de um setor do exército contra o governo democraticamente eleito da Segunda República Espanhola. Ela iniciou após um pronunciamento dos militares rebeldes, em 1936, e terminou em 1939, com a vitória dos militares e a instauração da ditadura fascista, liderada pelo general Francisco Franco.

Durante esse conflito de luta contra o fascismo de Franco e seus aliados, trabalhadores do campo e da cidade buscaram reorganizar a produção, através de coletivizações camponesas e operárias autogestionadas pelos trabalhadores. De acordo com Mintz, durante esse período, houve, apesar das dificuldades de se estabelecer uma estatística exata, 1.865 coletivizações industriais, agrícolas e de serviços, agrupando entre “[...] 1 220 000 y 1 600 000 trabajadores con sus familias, para una población activa total de cinco millones aproximadamente en la España republicana” (Id., 1977, p.119). Já Tragtenberg (1987) afirma que a autogestão experimentada pelas coletivizações chegaram a atingir 70% do território espanhol, as quais se desenvolveram em diferentes regiões da Espanha, como por exemplo em *Aragón, Cataluña, Levante e Barcelona*. É importante salientar que muitas coletividades mantinham relações entre si por meio de federações que organizavam o intercâmbio e o comércio (MINTZ, 1977).

Com base na autogestão, as coletivizações ou comitês de fábrica possuíam poderes legislativos e executivos (NASCIMENTO, 1986). Tragtenberg (1987p. 26), ao analisar as coletivizações camponesas, considera que essas experiências assumiram a autogestão social como “[...] elemento fundante, como pré-condição de vitória da Guerra Civil, que se travava contra Franco [...]”.

A autogestão experimentada nas coletivizações foi fortemente marcada pelo trabalho de base realizado pelos militantes, principalmente, da CNT (*Confederación Nacional del Trabajo*)<sup>51</sup>, mas também da UGT (*Unión General de Trabajadores*). Mintz (2008) argumenta que a CNT, organizada a partir dos princípios de ação direta, federalismo e sindicato único,

---

<sup>51</sup> De acordo com MINTZ (2008), a CNT estava aberta a todos os trabalhadores, tanto proletários como camponeses.

realizava já antes da guerra um trabalho de “formação global” que contribuiu para a construção das coletivizações. Conforme o autor: “[...] En España, de forma innegable, la estructura de la CNT, la formación global que daba a los militantes, explica la rapidez y la madurez de la organización social que sustituye al régimen capitalista” (Id., Ibid., p.105).

Mintz também argumenta que a CNT possui uma posição claramente anarco-sindicalista: “[...] Los responsables, tanto los cuadros de la CNT como los de la FAI<sup>52</sup> procedían de su propio seno, del molde anarcosindicalista (Id., Ibid., p.113)”. O anarco-sindicalismo constitui-se em um modelo de sindicalismo declaradamente anarquista em suas origens e estratégia revolucionária e que, segundo GARCÍA MORIYÓN (2009), baseia-se em quatro pilares essenciais: ação direta<sup>53</sup>, autogestão<sup>54</sup>, independência de qualquer alternativa política<sup>55</sup> e, por último, a dimensão integral<sup>56</sup>. É, nesse sentido, que Mintz afirma: “[...] el objetivo de la CNT era el comunismo libertario tal como lo habían definido, entre otros, Bakunin y Kropotkin (Id., Ibid., p.113)”.

Um elemento da autogestão na “Espanha revolucionária” interessante para a análise das relações entre a cooperativa UST e o Bachillerato Popular Arbolito (em especial, as problematizações sobre a experiência de acrescentar o aspecto educacional à autogestão do trabalho) refere-se à posição social que a educação e a formação cultural receberam na construção da autogestão e da luta anti-fascista, em especial no meio libertário.

---

<sup>52</sup> FAI: *Federación Anarquista Ibérica*. A FAI desempenhou um importante papel no movimento operário espanhol.

<sup>53</sup> A ação direta pressupõe que a capacidade de pressão da classe trabalhadora resida na mobilização direta dos trabalhadores.

<sup>54</sup> De acordo com García Moriyón (2009), o anarco-sindicalismo considera que “[...] los trabajadores pueden organizarse por sí mismos sin necesidad de tutelas de ningún tipo, ni de vanguardias conscientes, ni de burocracias ejecutivas. El principio básico, por tanto, de la autogestión radica en ese reconocimiento de que las personas que están trabajando conocen perfectamente cuáles son los problemas que su trabajo plantea y cómo solucionarlos; en la medida en que también son ciudadanos en su propia sociedad política, son igualmente conscientes de cuáles pueden ser las necesidades prioritarias de la población a las que debe ajustarse la producción económica”(p.163).

<sup>55</sup> Posicionamento crítico à ideia de que a atividade política deve ser “[...] encaminada a la conquista del poder para desde allí controlar, bien para conservar bien para transformar, la sociedad en su conjunto (GARCÍA MORIYÓN, 2009, p.78)

<sup>56</sup> As ações locais devem estar articuladas com os objetivos de uma transformação integral da sociedade.

Mintz (2008) considera que a educação era tomada e experimentada como “parte integrante” do projeto autogestionário e da luta anti-fascista. Assim como o trabalho, a educação era assumida como condição da luta por uma nova sociedade. O autor argumenta que a autogestão e a luta de forma geral construíram possibilidades reais para experiências formativas (educação e cultura). Nesse sentido, a autogestão, a luta das milícias populares e a construção de espaços educativos coexistiam nas coletividades espanholas. De acordo com Mintz, “[...] en la mente del colectivista todo coexistía en un mismo plano: autogestionar el pueblo, alistarse en las milicias, crear una escuela de tipo Ferrer i Guardia y dar clases sobre anticoncepción” (Ibid., p.89). Como um desses espaços educativos e formadores, o autor cita a *Escuela Nueva en el Centro y en Cataluña* (CENU, *Consejo de la Escuela Nueva Unificada*) e o trabalho de *Mujeres Libres*. Esta foi uma organização anarco-feminista espanhola desenvolvida a partir da CNT espanhola. De acordo com Blanco (2007), o trabalho educativo e cultural era de extrema importância para essa organização:

Entre los objetivos de Mujeres Libres, la educación era de vital importancia, porque era el medio que permitiría el reconocimiento social de la mujer. La cultura también era necesaria para que las mujeres comprendieran el significado del anarquismo y de la revolución social. De igual modo, se organizaron clases de cultura general y formación profesional en las agrupaciones locales de Mujeres Libres. (BLANCO, 2007, p. 234.)

O trabalho educativo da organização estabelecia-se através da publicação da revista *Mujeres Libres*, da realização de cursos de alfabetização, de capacitação profissional e de formação política-sindical (construídos em articulação com a CNT), da organização de bibliotecas móveis e de eventos culturais, entre outras atividades educativas que ressaltavam o papel da organização das mulheres para transformar tanto as condições de opressão da mulher, quanto a sociedade capitalista.

Também é importante ressaltar as experiências educativas promovidas pela CNT, que, em seu congresso realizado em Saragoça, em maio de 1936 resolveu (GALLO, 2006, p. 45): “É preciso abordar o problema do ensino de maneira radical. [...] Redistribuir a riqueza material e a cultura são os objetivos essenciais de nossa revolução”. Mintz (2008) conta que as atividades promovidas pela confederação se desenvolviam através da promoção de escolas para os filhos dos trabalhadores e de publicações de revistas (*Solidaridad Obrera*, *Tierra y Libertad*, *La Tierra*, *Nosotros*, *Redención*, *Acción* e *La Revista Blanca*) que discutiam



diversas temáticas como educação sexual, medicina natural, esperanto<sup>57</sup>, emancipação da mulher, dentre outras.

Diante da situação de analfabetismo que atingia mais de 50% da população espanhola e um quadro de 60 % das crianças não escolarizadas, a CNT, em articulação com o Generalitat<sup>58</sup> e a UGT, construíram o C.E.N.U. (Conselho da Escola Nova Unificada). Dupont (2006) descreve a composição política do C.E.N.U.:

[...] Esse organismo, que doravante se encarregou da educação nas províncias catalãs, era composto de representantes das instituições escolares e universitárias da Generalitat (Jaime Serra Hunter, Francisco A. Gali, Casiano Costal i Marinello, Juan Aleu Botxaca), da U.G.T (Josefa Uriz Pi, Francisco Albert Marrugat, Juan Hervás Soler, Cayetano Delhom y Brugués) e da C.N.T. (Alberto Carsi, Juan Puig Elias, Miguel Escorihuela Guitarte, Juan P. Fábregas Laura). A Confederação não dominava, pois, o comitê, sendo representada por um número de delegados igual à U.G.T. ou à Generalitat. Entretanto, sua influência tornar-se-ia considerável no seio do C.E.N.U (DUPONT, 2006, p. 49).

A atuação da CNT dentro do C.E.N.U. materializava-se, em grande parte, na construção da *Federação de Escolas Racionalistas*<sup>59</sup> e estas se baseavam na *Pedagogia Racional*, desenvolvida por Francisco Ferrer i Guardia<sup>60</sup>. De acordo com Gallo (2006, p. 38), “[...] a Pedagogia Racional criada por Ferrer inscreve-se na perspectiva de uma educação ativa antiautoritária”. O autor também argumenta que a Pedagogia Racional baseava-se em três propostas principais: “[...] a crítica a uma educação que é reduzida à instrução, à mera transmissão de conteúdos, e a crítica a uma educação intelectualizada” (p. 40). Já Bernal (2006, p. 45) salienta que essa pedagogia relacionava-se ao ideal da educação libertária através de oito pilares político-pedagógicos: (1) é inseparável da revolução; (2) deve desenvolver-se na e para liberdade; (3) deve desenvolver o ser humano integralmente; (4)

---

<sup>57</sup> De acordo com Mintz (2008, p. 38), o esperanto é “[...] un idioma inventado a fines del siglo XIX en Polonia, con reglas gramaticales muy sencillas, con la meta de facilitar los contactos directos entre explotados”.

<sup>58</sup> Governo em catalão.

<sup>59</sup> A *Federação das Escolas Racionalistas* criada, em especial, por anarquistas e seguidores das ideias de Francisco Ferrer i Guardia, abarcava escolas racionalistas que buscavam manter-se distantes das influências estatais. Tais escolas foram desenvolvidas através de diversos sindicatos da CNT, das Juventudes Libertárias e dos Ateneus Libertários.

<sup>60</sup> Francisco Ferrer i Guardia foi fundador da Escola Moderna, projeto fundamentado no tripé escola-editora-periódicos que propagavam os ideais do racionalismo pedagógico. Ferrer foi assassinado pelo Estado espanhol.

deve promover o específico de cada pessoa; (5) deve fazer um ser humano moral e solidário; (6) exige um meio social livre; (7) não se reduz sua ação à infância, e (8) não está circunscrita a algumas instituições escolares.

Neste capítulo, após uma breve problematização sobre a ideia de conselhos desenvolvida pelos socialistas utópicos e, posteriormente, pelos anarco-sindicalistas, discuti duas experiências históricas de autogestão. A primeira diz respeito à experiência dos sovietes russos, levando em consideração a contradição existente, de acordo com a crítica libertária, entre o ideal de auto-organização dos trabalhadores e a prática da ditadura do proletariado, da centralização do poder e do processo de burocratização das experiências populares. Já a segunda refere-se às coletividades durante a Guerra Civil Espanhola e à importância dada às práticas educativas e culturais como elementos fundamentais para a experiência da auto-organização dos trabalhadores. Tais experiências históricas podem auxiliar na fundamentação das experiências atuais de autogestão e contribuem para a compreensão da criação do Bachillerato Arbolito, na Argentina.

## **CAPÍTULO 5**

### **A AUTOGESTÃO A PARTIR DA PERSPECTIVA DA RELAÇÃO TRABALHO-EDUCAÇÃO**

No presente capítulo, busco analisar dados, reflexões e questionamentos surgidos durante o decorrer da pesquisa, tendo em vista uma possível síntese das problematizações. Desde o princípio da pesquisa sobre o Bachillerato Arbolito, o universo em que esta pesquisa se insere<sup>61</sup> demonstrou a enorme importância de um olhar<sup>62</sup> sob meu objeto de estudo que considerasse as relações existentes entre essa escola, a cooperativa UST e o bairro San Lorenzo. Se o olhar do pesquisador é construído através da relação com o objeto (OLIVEIRA, 2000), os interlocutores parecem afirmar que há uma permanente “continuidade” das problemáticas territoriais e a autogestão do trabalho com a organização do bachillerato popular. São essas relações de continuidade que procuro explicar e analisar a seguir.

Diego, atual presidente da UST, conta-nos que, tendo sido o bachillerato construído pela cooperativa, o processo de desenvolvimento desta ocorreu anteriormente à luta pela recuperação do trabalho, pois o processo de organização dos trabalhadores da UST deu-se a partir da organização da comunidade. Segundo ele<sup>63</sup>, a UST teve seus primórdios no contexto de participação política e de organização do bairro de San Lorenzo:

En realidad cuando uno cuenta la historia y de donde se viene trabajando nos damos cuenta que a partir de estar organizado la comunidad y la participación política y barrial que tenemos o que han tenido nuestros compañeros, como por ejemplo Mario, nos damos cuenta que la UST parte a partir de eso, de la organización barrial. Entonces cuando nosotros tuvimos el conflicto, que éramos 35 compañeros que nos quedamos sin trabajo, todo ese trabajo barrial que se venía haciendo antes de que haya UST, antes de que haya Syusa, antes de que haya Techint, eso hizo que nosotros tengamos como trabajadores el apoyo de la comunidad para defender nuestra fuente de trabajo. Entonces la UST parte mucho antes de Techint, nasce de la participación barrial, de la organización vecinal, de hace muchos años atrás.

O que Diego parece afirmar é que tanto a cooperativa quanto o bachillerato não surgiram de forma isolada, tampouco repentinamente. Eles surgiram no contexto de organização e de luta dos moradores do Bairro San Lorenzo de Wilde, dos processos de participação e de disputas.

---

<sup>61</sup> Em especial, as conversas com os interlocutores e a observação.

<sup>62</sup> Esse olhar pode nos remeter ao “fato social total” de Mauss, conceito que busca tomar as relações sociais por meio de duas compreensões da totalidade social, a primeira relacionando os distintos aspectos da realidade (economia, política, religião, cultura, entre outros) e a segunda interpretando as produções humanas como de ordem material e simbólica.

<sup>63</sup> Entrevista realizada em 6/2/2014 nas instalações da cooperativa. A entrevista encontra-se disponível no Anexo II.

## 5.1 BAIRRO SAN LORENZO: ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES

*Se hace difícil siendo obrero hacerse cargo del pan  
de tu esposa, tus hijos, del alquiler y algo más.  
Poco disfruta sus días pensando en cómo hará,  
si en ese empleo no pagan y cada vez le piden más.  
(...)*

*La vida de un obrero es así  
la vida en un barrio es así  
y poco son los que van a zafar  
y es así aprendemos a ser felices así  
la vida de un obrero es así  
y pocos son los que van a zafar.*

Trecho da música Homero de “Viejas Locas”

O trecho da música acima tenta ilustrar algumas dificuldades de um bairro popular nas grandes cidades latino-americanas e, nesse sentido, pode auxiliar na descrição do bairro San Lorenzo de Wilde, já que este parece ser um bairro onde vivem trabalhadores e trabalhadoras que diariamente se esforçam para construir uma vida digna, apesar das diversas dificuldades enfrentadas. Pelo que pude observar, San Lorenzo é um dos tantos bairros populares no qual o Estado apresenta-se de maneira bastante tímida no que diz respeito à prestação de serviços e bens públicos para a qualidade de vida daquela população.

A questão do saneamento básico é um importante exemplo da omissão estatal nesse bairro. Pude observar, durante meu trabalho de campo entre final os meses de janeiro e fevereiro de 2014, a falta de saneamento no que concerne ao manejo da água pluvial: nos primeiros três dias de campo, choveu de forma bastante intensa e inundou a grande maioria das ruas do bairro. Tais inundações ocorrem por dois motivos: o primeiro deles porque não há tratamento de esgoto; o segundo porque o sistema de drenagem do excesso da água pluvial é bastante precário. Além disso, a situação ainda se agrava com a proximidade do bairro ao arroio *Santo Domingo*, pois é frequente o transborde da água do arroio pelas ruas da comunidade. Érica, estudante universitária e moradora do bairro, comenta<sup>64</sup> sobre a situação das inundações da seguinte forma:

---

<sup>64</sup> Érica emitiu o comentário durante uma conversa informal realizada em sua casa.

El municipio no toma cartas en el asunto hace mucho tiempo. Ni hay bocas de tormentas lo suficiente y las pocas que hay se encuentran tapadas de basura. Es un descuido total el que sufrimos acá en el Barrio San Lorenzo.

O descuido relatado por Érica pode desenvolver outros problemas para a população. Nos dias em que presenciei a inundação, percebi que ônibus, carros particulares e remises<sup>65</sup> não circulavam pelas ruas mais atingidas do bairro em função da impossibilidade de tráfego nesses locais, e, sendo assim, muitos moradores foram impedidos de trabalhar e outros de realizar atividades que necessitassem algum tipo de transporte. Na casa de Chavela (local que me acolheu para realização do trabalho de campo), funciona uma remisería no qual trabalham seis remiseros – dentre eles, o marido, Roberto, o filho, David, e o sobrinho de apelido “Hueso”, de Chavela – e, nos dias de falta de circulação em certas ruas devido à inundação, não foi possível prestar o serviço de remis, gerando, assim, perdas financeiras à família e à comunidade como um todo.

Em diversas ocasiões (em geral, após o delicioso jantar), tive a oportunidade de conversar com Chavela sobre a história e o contexto atual do bairro San Lorenzo e, na maioria dessas ocasiões, ela relatou que percebe amplo descaso do Estado (em especial, a *Municipalidad de Avellaneda*) para com o bairro. Conforme ela afirma, a maioria dos serviços e dos bens que atualmente o bairro possui foi construída pela comunidade por meio da luta e da organização dos *vecinos*. Como exemplo disso, cita duas lutas importantes para o bairro: (1) a batalha para asfaltar as ruas, já que quando ela era criança as ruas eram de terra, (2) as mobilizações dos moradores para conseguir água potável, pois antigamente era necessário buscá-la na *estación de Wilde*.

Mario Barrios corrobora<sup>66</sup> as afirmações de Chavela no que diz respeito à construção do bairro San Lorenzo pela comunidade: “[...] fueron los vecinos los que rellenos las calles, pusimos el agua, la luz, y rellenos un metro y medio, hicimos todo lo que hoy es nuestro Barrio”. Além dessas conquistas, Mario relata ainda a luta travada pelos moradores para a construção da escola pública de nível secundário no bairro, já que antes era necessário realizar estudos secundários em outras regiões do município de *Avellaneda*. De acordo com o

---

<sup>65</sup> Táxis típicos do Conurbano bonaerense que não possuem identificação de transporte público e que são solicitados por uma agência (*remisería*).

<sup>66</sup> Relato de Mário sobre a história do Bairro San Lorenzo (Anexo VII).

ex-presidente da UST, a conquista da *Escuela Secundaria Media Num 10* desenvolveu-se através da organização da *Junta Vecinal Unidos de Wilde* em conjunto com o apoio da comunidade. Tal conquista é contada<sup>67</sup> por Mario da seguinte forma:

Ya en Democracia con la gestión del Intendente, Luis Sagol, le fuimos a pedir a Roberto y a Luisa, el lugar para construir la Escuela secundaria, Media 10, la tarea que nos dimos con un grupo de Vecinos, desde la Junta Vecinal Unidos de Wilde, de la que fui su Presidente, conformamos una Mesa de Instituciones, y la llamamos Encuentro Vecinal de Wilde Este, con Horacio esposo de la Directora de la Escuela 38, Virginia Solano, con el Padre Luis Sánchez, Chávela, fuimos quienes fogoneamos la construcción de la escuela, y junto a otros/as vecinos, juntamos más de 4.000 firmas en una semana, para presentarle al entonces Intendente, Baldomero Álvarez, y presentamos el proyecto con la firmas, y fue tratado y aprobado sobre tablas, así hicimos realidad otro sueño Para el Barrio, la Escuela Secundaria, porque nuestros pibes y pibas, tenían que Viajar, por toda Avellaneda, para encontrar una vacante, hoy Tenemos Dos Secundarias.

Mario também expõe a construção pelos moradores de um restaurante popular no bairro (*Comedor de Merluzo*) e de uma cancha de futebol (atualmente, *Polideportivo de la UST*). Sobre esta última, ele relata que o local possui uma importância histórica, já que foi palco de reuniões de formação política de diversos jovens durante a ditadura militar argentina (1976-1983).

É importante destacar que tanto Chavela quanto Mario, quando questionados sobre as lutas e a organização dos moradores, referiram-se à importância dos companheiros desaparecidos durante a ditadura para a construção coletiva do bairro San Lorenzo. Os companheiros desaparecidos<sup>68</sup> do bairro são: Pichi Basualdo, Rafael Piguetti, Pibe de Federico, Don Reguera, Landricina, Daniel Crosta e o Deputado da *Juventud Peronista* (JP) Armando Croato. Sobre a importância desses companheiros para a construção do bairro, Mario expõe em seu relatório (Anexo VII):

[...] siguen estando presentes en cada construcción colectiva que realizamos, porque hemos repetido siempre, nosotros solo somos continuadores de otros compañeros/as, que iniciaron este camino, así vamos sin prisa pero sin pausas, camino al barrio que ellos soñaron y nos gravamos a fuego, la continuidad de esas luchas por un barrio mejor.

---

<sup>67</sup> Relato de Mário sobre a história do Bairro San Lorenzo (Anexo VII).

<sup>68</sup> Em uma praça do bairro, há uma placa com os nomes dos desaparecidos de San Lorenzo.

Além dos companheiros desaparecidos, Mário e Chavela destacam a participação do padre Luis Emilio Sanchez<sup>69</sup>, mais conhecido como *cura de los trabajadores* ou *cura obrero*. Segundo os interlocutores, o padre Luis foi um importante agitador e organizador da comunidade e, com o passar do tempo, tornou-se, para muitos moradores, um exemplo de companheirismo e de dedicação. Durante muitos anos, o padre Luis viveu no bairro e construiu, junto com a comunidade, a *Parroquia Nuestra Señora del Valle*. Atualmente com 88 anos, vive em uma casa de repouso da igreja, mas com frequência visita o bairro.

Essas observações descritas acima sobre a construção do bairro San Lorenzo pela comunidade através do estabelecimento de diversas relações sociais entre os moradores articula-se com a dimensão comunal da experiência de autogestão. Experiências de construção do poder comunal que, através da práxis de organizações populares, desenvolvem redes de relações de caráter comunitário (relações de vizinhança, de companheirismo, de compadrio, entre outras) (Nascimento, 2011). Nascimento (2011-2013, apud Zibechi 2006) destaca o papel das *juntas de vecinos* que buscam fortalecer a reciprocidade, a coletividade, entre outros aspectos de tendência comunitária, para construção de organizações do poder popular nos bairros.

Nascimento (2011-2013, apud Pannekoek, 1982) também destaca o caráter transformador presente na construção de relações comunitárias: “[...] Para Pannekoek, ‘o sentimento comunitário é, sempre, a força principal, necessária para o progresso da revolução’”. No intuito de destacar o caráter transformador das relações comunitárias, Nascimento (op. cit.) refere-se à ideia de *comuna-aldeia* desenvolvida por Kropotkin como uma “instituição universal e célula de toda sociedade futura”.

Adams (2007) também contribui para a reflexão sobre as relações comunitárias experimentadas pelos moradores do bairro San Lorenzo ao articular as ideias de socialização, *comunidad aprendente* e formação do *ethos*<sup>70</sup>. Tais articulações podem facilitar laços de solidariedade e trocas de saberes. De acordo com o autor (op. cit., p. 190):

---

<sup>69</sup> O padre Luis Emilio Sanchez integra o *Movimiento de Sacerdotes para el Tercer Mundo*, movimento construído dentro da igreja católica argentina que busca articular mudanças na igreja com a participação política e social de seus integrantes. Atua principalmente em bairros populares e possui fortes ligações com a esquerda peronista e o marxismo.

<sup>70</sup> O *ethos* contribui e constrói a formação dos grupos sociais, através, segundo o autor, da interconexão entre “[...] um sistema de crenças, um modo de visão de mundo e modo de ser (Adams, op. cit., p. 217)”.



(...) a experiência comunitária incorporada ao ethos pode tornar-se fator adequado para a qualificação de espaços aprendentes que, por sua vez, tornam-se mediações pedagógicas, especialmente porque facilitam a instauração de processos de solidariedade, com ênfase à partilha de saberes. Todo grupo vinculado por algum elemento que envolva a subjetividade-objetividade e, por isso, alimenta sempre algum nível de solidariedade relacional e organizacional acaba vivendo um real processo educativo e constitui-se em comunidade aprendente (Brandão, 2003).

Levando em consideração as contribuições de Nascimento (2001 e 2011-2013) e Adms (2007), é interessante perceber que as redes de atuação dos moradores do bairro San Lorenzo construíram, ao longo dos anos, um contexto de mobilização e de organização da comunidade que contribuiu para a experiência de autogestão da cooperativa UST.

## 5.2 AUTOGESTÃO DA COOPERATIVA

Como afirmado anteriormente, a recuperação do trabalho e a autogestão da UST foram processos indiretamente iniciados anos antes da crise de 2001 e da falência da empresa privada *Techint*<sup>71</sup>. Os interlocutores afirmam que esse processo autogestionário construiu-se a partir da luta e da organização tanto dos moradores do bairro San Lorenzo, quanto, e principalmente, pelos trabalhadores da antiga empresa. Os instrumentos de luta e organização, como a comissão interna de delegados sindicais e as assembleias para a tomada de decisões coletivas dos operários da empresa, construíram espaços de formação política que, além de problematizarem as condições de trabalho, projetavam outras possibilidades de relação com o trabalho. Ditas possibilidades podem exemplificadas pelo desenvolvimento, nas instalações da empresa privada, de uma escola de nível primário. Mario Barrios relata que essa foi uma ideia desenvolvida pela comissão de delegados após a constatação de que muitos dos trabalhadores apresentavam dificuldades de relacionar-se com novas máquinas de trabalho compradas pela empresa, tanto para acompanhar seus manuais de utilização, como para manejar os novos instrumentos. A comissão de delegados realizou uma breve pesquisa sobre os motivos de tais dificuldades e percebeu que diversos trabalhadores não haviam terminado os ensinamentos primários. Decidiram, nesse momento, solicitar, junto à empresa, a construção de

---

<sup>71</sup> Empresa especializada no *Negocio del Relleno*.

uma escola primária nas instalações de *Techint*. Os trabalhadores se mobilizaram e, após alguns acordos, a escola foi construída em um galpão da empresa.

Apesar do grande avanço dado com a construção da escola, tal experiência não durou muito tempo, pois logo veio a crise de 2001 no país e o abandono da empresa pelos patrões. O caso dessa escola de nível primário pode ser entendido como uma experiência de planejar (através da formação escolar) outras relações com o trabalho que considerassem problemáticas reais (a dificuldade de ler os manuais, por exemplo) próprias dos trabalhadores.

Tal experiência pode ser analisada por meio do conceito de trabalho como *usos de si* (SCHWARTZ, 2000), no intuito de compreender as relações dos trabalhadores com os processos de trabalho. Articular o trabalho com os *usos de si* dos trabalhadores é uma tentativa de articular o processo histórico (trabalho como construção histórica) com a subjetividade dos agentes em jogo (valores, posicionamentos políticos, saberes, escolhas, etc). Nesse sentido, Schwartz propõe “[...] compreender as condições históricas nas quais a humanidade se faz como força produtiva”(2000, p.41) para analisar os *usos de si* como um lugar de *tensão problemática* e de *espaço dos possíveis*. É o trabalhador entrando em jogo que, ao fazer uso de distintos recursos, busca renegociar com a experiência cotidiana: “[...] Há uma demanda específica e incontornável feita a uma entidade que se supõe de algum modo uma livre disposição de um capital pessoal”(Id., Ibid., p.41).

Articulações entre as condições históricas do trabalho (divisão do trabalho, modo de produção, processos tecnológicos, entre outros aspectos) com os debates dos indivíduos<sup>72</sup> consigo mesmos, aqui, auxiliam-nos a refletir sobre a importância da organização e da luta da comissão interna de delegados da empresa *Techint* para a construção de experiências de planejamento de futuras relações com o trabalho.

Primeiramente, é interessante considerar que a luta da comissão interna de delegados, de acordo com Mario Barrios, obteve, durante a década anterior à falência de *Techint* (90), certas conquistas que foram importantes para a obtenção da confiança da maioria dos

---

<sup>72</sup> É importante considerar que Schwartz (2000) utiliza o conceito de totalidade (oriundo de Marx) para pensar o indivíduo, em que os seres humanos fazem parte de um todo social e são construídos a partir de inúmeras relações que fazem parte desse todo. A totalidade seria o fundamento de conexão dialética dos diferentes aspectos, contextos e estruturas que fazem parte da vida das pessoas.

trabalhadores da empresa: uniforme de trabalho, aumento de salário, restaurante dos operários – cuja refeição era paga pela empresa no valor de 80%, dentre outros logros.

Mario também relata que, entre os dois últimos anos da década de noventa (1998 e 1999), a Empresa *Techint* iniciou um processo de desinteresse com o *Negocio del Relleno Sanitario* e passou a reconhecer-se como uma “Empresa Ingenieril, Básicamente de Construcción y Siderúrgica”. Nesse momento, a comissão interna de delegados realizou diversas assembleias no intuito de questionar junto aos trabalhadores esse afastamento da empresa do mercado sanitário. De acordo com Mario Barrios, “[...] Nosotros nos dijimos: ¿Tardaron 21 años para darse cuenta que esto no era rentable? Aquí hay algo raro. Tenemos que prepararnos ante la posibilidad que la empresa cierre”. Foram organizadas, portanto, reuniões no *Club Renacimiento de Villa Dominico* com o intuito tanto de discutir propostas e alternativas para o novo momento no qual os trabalhadores de *Techint* estavam passando, como de organizar uma comissão ampliada para organizar o processo de mobilização. Sobre tais reuniões e planejamentos, Mario descreve-as da seguinte forma:

[...] nos reuníamos después del horario de trabajo, día por medio, e íbamos imaginando el Futuro y analizando propuestas, nos juntamos dos o tres veces más en el Club, alrededor de 50 compañeros. Así comenzamos a pensar nuestro Futuro que resulto Autogestivo.

Em 25 de Julho de 2003, após longas jornadas de luta, com o apoio permanente da comunidade do bairro San Lorenzo, os trabalhadores criaram a *Cooperativa de Trabajo Unión Solidaria de Trabajadores Limitada (UST)*<sup>73</sup>.

### 5.3 CARACTERÍSTICAS DA AUTOGESTÃO DA COOPERATIVA UST

O *futuro autogestivo* planejado pelos trabalhadores se concretizou, após a luta pela recuperação do trabalho, na forma da *Cooperativa Autogestionária Unión Solidaria de los Trabajadores (UST)*, que, em março de 2014, completou dez anos de existência. Ao longo desse tempo, os trabalhadores cooperativados foram construindo e experimentando a autogestão do trabalho, levando em consideração tanto experiências históricas de autogestão,

---

<sup>73</sup> O processo de recuperação do trabalho e de construção inicial da cooperativa UST não é tema desta dissertação. Para maiores informações, ver Alvarez (2012) e Ruggeri (2011).

quanto especificidades próprias do contexto social no qual estão inseridos, no caso, o bairro de San Lorenzo de Wilde, em Avellaneda, Argentina. Sendo assim, a UST foi adquirindo uma configuração própria, construindo características, relações e sentidos para sua experiência. É essa configuração que pretendo discutir a seguir, através de quatro características fundamentais: (1) autogestão integral que desenvolve trabalhos sociais na comunidade, (2) estabelecimento de relações políticas com sindicatos, partidos e organizações sociais, (3) construção de saberes próprios do trabalho associado, e (4) desenvolvimento de uma cultura do trabalho que busca relacionar trabalho e educação.

A primeira característica que gostaria de analisar é a reivindicação, por parte dos trabalhadores da UST, de uma autogestão integral, que considere aspectos econômicos, políticos, educacionais, culturais e territoriais. Claudia, coordenadora do Bachillerato Popular Arbolito da UST, e também docente da Universidad de Quilmes, declarou, em uma de nossas conversas nas instalações da escola, que é importante que a presente pesquisa observe a autogestão da cooperativa por meio de uma visão integral, com o objetivo de analisar outras relações em jogo, além dos sentidos econômico e produtivo.

A UST, além de prestar serviços de manutenção e armazenamento de resíduos para a empresa estatal CEAMSE<sup>74</sup>, desenvolve uma série de trabalhos sociais (projetos recreativos, educativos, culturais, produtivos e solidários) no bairro San Lorenzo. É o caso do Poliesportivo, do Bachillerato Popular Arbolito, da Escuela Primaria, do Banquito Popular, do Agroecológico, entre outros projetos sociais<sup>75</sup>. Sobre tal questão, Diego revela que a cooperativa investe, a partir do excedente econômico e do trabalho militante dos cooperativados, em trabalhos sociais na comunidade do bairro San Lorenzo, pois, com a coletivização dos meios de produção, os trabalhadores se tornaram “dueños del capital” e, sendo assim, torna-se possível “[...] decidir que hacemos con lo que ganamos. Decidimos repartirlo en partes iguales y decidimos invertir en la comunidad”.

---

<sup>74</sup> A *Coordinación Ecológica Área Metropolitana Sociedad del Estado* (CEAMSE) é empresa de gestão integral de resíduos sólidos urbanos da área metropolitana de Buenos Aires. Atualmente, segundo o informe virtual da empresa, CEAMSE processa 17.000 toneladas de resíduos diários provenientes da Cidade de Buenos Aires e do Conurbano Bonaerense.

<sup>75</sup> A discussão sobre os investimento da cooperativa em trabalhos sociais na comunidade foi desenvolvida com mais aprofundamento no Capítulo 2.

Juan Jose Vera, trabalhador da UST, relata<sup>76</sup> que o trabalho social da cooperativa realizado no bairro tem como objetivo a organização desse território. Tal organização deve considerar aspectos como: “[...] Trabajo, salud, educación, deporte: que incluya todo. Un mejor vivir para todos”.

Essa articulação da cooperativa com o bairro é descrita por Diego como parte integrante do projeto da UST e, sendo assim, é desenvolvida como uma estratégia política para manter e organizar o trabalho autogestionário. Além disso, tal articulação é construída porque os trabalhadores da UST integram a comunidade do bairro San Lorenzo e, dessa forma, compartilham as dificuldades, as demandas sociais e as aspirações. De acordo com Diego<sup>77</sup>:

Nosotros como herramienta estrategia utilizamos la articulación con la comunidad, una herramienta estrategia y aparte nosotros somos la comunidad. Somos lo que necesitamos un club, nuestros hijos necesitan un espacio de contención, de recreación, necesitamos formarnos nosotros, nuestros vecinos, nuestra familia, entonces está el bachillerato, formarnos con un sentido crítico.

A articulação da UST com a comunidade, além de ser construída pelos trabalhadores da cooperativa que desenvolvem e organizam os trabalhos sociais da cooperativa na comunidade, é desenvolvida através da *Mesa de Organizaciones* do bairro, da qual participam diversos setores, como trabalhadores da UST, o atual padre do bairro Luis Domínguez, cooperativados envolvidos trabalhos sociais da UST e moradores do bairro. Fui convidada para participar, em 6 de fevereiro de 2014, de uma reunião da *Mesa de Organizaciones*, na qual estiveram presentes: sete trabalhadores da UST, o advogado da cooperativa, Claudia – coordenadora do Bachillerato –, representantes do Banquito Popular e Érica – moradora do bairro. A pauta principal dessa reunião era o planejamento para o longo de 2014 de oficinas de formação para o bairro. Durante a reunião, Mario Barrios propôs que cada oficina tivesse um objetivo político e que este poderia basear-se nas reivindicações erguidas por inúmeras organizações no evento Rio +20<sup>78</sup>.

---

<sup>76</sup> Entrevista realizada em 4/5/2013 nas instalações da cooperativa UST. A entrevista encontra-se disponível no Anexo XX.

<sup>77</sup> Entrevista realizada em 6/2/2014 nas instalações da cooperativa. A entrevista encontra-se disponível no Anexo XX.

<sup>78</sup> O Rio +20 é uma conferência sobre Desenvolvimento Sustentável realizada pelas Nações Unidas na cidade do Rio de Janeiro. Mário refere-se ao Relatório de Sustentabilidade organizado pela Conferência que

Outra característica importante que compõe a configuração da UST diz respeito às relações políticas estabelecidas com outras organizações, movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos e coletivos. Tais relações políticas, construídas por meio de acordos, trocas e filiações, parecem indicar a forma com a qual a UST (e seus trabalhos sociais na comunidade, como o *Bachillerato Popular Arbolito*) articula-se tanto com o Estado, quanto com os governos nacional, provincial e municipal.

A UST é filiada a ANTA (*Asociación Nacional de Trabajadores Autogestionados*) e a CTA (*Central de Trabajadores de la Argentina*), estabelece relações com a ATE (*Asociación de los Trabajadores del Estado*) e com o partido político UP (*Unidad Popular*). Além disso, possui relações com inúmeros movimentos sociais, como o MOI (*Movimiento de Ocupantes e Inquilinos*), a Frente Popular Dario Santillan, o *Pañuelos en Rebeldía*, a *Red de Escuelas Populares*, entre outros coletivos.

A CTA surgiu em 1991 a partir da ruptura de alguns setores sindicais com a CGT (*Confederación General del Trabajo de la República Argentina*). Esses setores apresentaram discordâncias quanto à posição da confederação frente ao governo de Carlos Menem (ex-presidente de Argentina entre os anos 1989 e 1999 e um dos principais impulsionadores do neoliberalismo neste país). Diego analisa que a filiação à CTA se desenvolveu a partir da recuperação do trabalho, momento em que a entidade prestou solidariedade aos trabalhadores: “[...] cuando nos quedamos sin trabajo la CTA fue la que nos defendió como trabajadores, no se fijo si nosotros íbamos aportar la cuota sindical, si teníamos o no teníamos trabajo”. O posicionamento da CTA, segundo Diego, se diferenciou da linha política tomada pelo UOCRA<sup>79</sup> (sindicato ao qual os trabalhadores de *Techint* estavam então filiados), que, após a perda dos postos de trabalho, não reconhecia a filiação desses trabalhadores. Sem esse reconhecimento, UOCRA não participou da luta dos trabalhadores de *Techint* pela recuperação de seu trabalho.

A questão da solidariedade parece ser um elemento importante para construção das relações políticas da UST. Aqui, aparece uma visão política que valoriza trocas e ajudas mútuas travadas entre trabalhadores para o estabelecimento de possíveis alianças. Para Diego,

---

pode ser acessado em: [http://www.rio20.gov.br/documentos/relatorio-rio-20/1.-relatorio-rio-20/at\\_download/relatorio\\_rio20.pdf](http://www.rio20.gov.br/documentos/relatorio-rio-20/1.-relatorio-rio-20/at_download/relatorio_rio20.pdf)

<sup>79</sup> Unión Obrera de la Construcción de la República Argentina (UOCRA), sindicato vinculado à CGT.

essa valorização se traduz em “principio básico del trabajador”, no qual a aliança se estabelece quando “[...] nosotros respondemos los que han respondido cuando necesitábamos”.

Além da CTA, outro agente que conforma a rede de relações políticas de UST é a filiação de grande parte dos trabalhadores ao partido Unidad Popular<sup>80</sup>. Segundo Diego, tal filiação se desenvolveu através da constatação do setor dirigente da cooperativa de que é importante haver um respaldo político:

Nosotros como primer lineamiento: nosotros somos trabajadores y somos independientes de cualquier partido político. Y el paso del tiempo ha hecho que tengamos que tener una inclinación política porque nuestro trabajo depende mucho de eso. Entonces si no tenemos ningún respaldo político lo más probable es que cuando critiquemos lo que haya de criticar salga a pegarnos y a quitarnos fuente de trabajo como han hecho.

Também pude observar, através do *Cabildo Abierto de Juego y Cultura*, relações da UST com outras organizações políticas, como *Frente Popular Darío Santillán*, *Pañuelos en Rebeldía* e *Socialismo Libertario*, e coletivos como *Bodegón cultural-Casa de Pocho*, *Radio Che Guevara*, *Murga Okupando Levitas* e *Murga Los trapos*. O *Cabildo Abierto de Juego y Cultura* é um encontro organizado por diversas organizações populares que têm o objetivo de promover o intercâmbio de experiências de base, saberes e ferramentas de trabalho. Segundo o grupo *Pañuelos en Rebeldía*<sup>81</sup>, os cabildos abiertos de juego y cultura foram construídos pelo grupo *La Payana*, de Córdoba, e também pela continuação do grupo *Pido Gancho*, de Mendoza. Em todas essas oportunidades, a equipe *Pañuelos en Rebeldía* foi convidada a participar para realizar oficinas e debates. Atualmente, os Cabildos são desenvolvidos por eles em conjunto com movimentos e organizações sociais. Cada edição desse encontro é organizada pelo *Pañuelos* em parceria com a organização/movimento social que irá sediar a experiência. No ano de 2013, o Cabildo foi sediado e organizado pela cooperativa UST, tendo

---

<sup>80</sup> Partido de tradição peronista, mas oposição ao governo oficialista.

<sup>81</sup> É um grupo de educação popular, desenvolvido pela Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo, que constrói experiências de formação política junto aos movimentos sociais. Mais informações em: <http://www.panuelosenrebeldia.com.ar/>

como lema: “En la lucha cooperativa, el trabajo y la alegría son nuestra mejor herramienta para construir un futuro con dignidad”.

Nos dias em que estive em San Lorenzo, tanto o Bachillerato quanto a cooperativa estavam envolvidos com a organização do Cabildo, apesar de que os responsáveis para organizar o encontro eram Frederico (trabalhador da UST e responsável pela rádio comunitária da cooperativa) e Érica (moradora do bairro interessada em assuntos culturais).

No dia anterior à execução do Cabildo, foi realizada uma assembleia na cooperativa para socializar com os trabalhadores as tarefas realizadas por Frederico na construção do evento. Mário e Diego reforçaram a importância da participação dos companheiros e o ultimo informou que a abertura seria realizada pela UST em uma marcha dos trabalhadores uniformizado – alguns utilizando suas máquinas de trabalho – que iria percorrer o trajeto da cooperativa até o *Polideportivo*, e que os moradores e os visitantes os esperariam nesse trajeto.

O terceiro aspecto analisado neste capítulo refere-se à *produção de saberes do trabalho associado*. A observação e a reflexão sobre o Bachillerato Arbolito e suas relações com a cooperativa UST parecem indicar que a autogestão do trabalho produz saberes próprios desta experiência que tendem a ser socializados pelos trabalhadores na construção e na organização dessa escola.

O conceito de *saberes do trabalho associado* se insere no campo de discussão sobre as relações entre trabalho e educação. O trabalho, nessa perspectiva, é tomado como construtor da sociabilidade humana, tanto material quanto cultural, e sendo assim, também é formador das experiências educativas do ser humano. Frigotto (2001), ao analisar a concepção de trabalho em Marx, afirma que, para esse autor, “[...] o trabalho assume duas dimensões distintas e sempre articuladas: o trabalho como o mundo da necessidade e o trabalho como o mundo da liberdade” (FRIGOTTO, 2001, p. 74). A primeira dimensão relaciona-se à produção da existência através da transformação da natureza. Já a segunda, refere-se ao princípio educativo do trabalho como um dever e um direito:

O trabalho constitui-se, por ser elemento criador da vida humana, num dever e num direito. Um dever a ser aprendido, socializado desde a infância. Trata-se de apreender que o ser humano enquanto ser da natureza necessita elaborar a natureza, transformá-la, pelo trabalho, em bens úteis para satisfazer as suas necessidades vitais, biológicas, sociais, culturais, etc. Mas é também um direito, pois é por ele que pode recriar, reproduzir permanentemente sua existência humana (FRIGOTTO, 2001, p. 74).



Nesse sentido, o trabalho aparece como um meio articulador entre natureza e cultura, na qual o ser humano busca produzir sua existência. Tal articulação relaciona-se tanto com os aspectos histórico-culturais, quanto com as condições materiais de produção. Sobre as relações entre natureza e cultura através da experiência de trabalho, Fischer e Tiriba afirmam que os trabalhadores

Por meio do trabalho, objetivam as coisas da natureza e lhe conferem humanidade, humanizando-se com as criações e representações que produzem sobre o mundo. Trabalham de acordo com determinada cultura e, ao trabalhar, produzem cultura (TIRIBA e FISCHER, 2009, p. 293).

Entretanto, na sociedade de classes, o trabalho aparece também como uma contradição, que se materializa nas condições de trabalho de exploração através da propriedade privada dos meios de produção e da apropriação da mais-valia pelos donos do capital. Além disso, no capitalismo, há uma forte tendência em separar o trabalho manual do trabalho intelectual e o “mundo do trabalho” do “mundo da cultura”. Apesar de o capitalismo tender à separação acima referida, Gramsci problematiza a questão afirmando, de acordo com Fischer e Tiriba, que “[...] não existe atividade humana da qual se possa excluir totalmente a intervenção intelectual” (Ibid., p.294).

Nesse sentido, os trabalhadores, por meio de suas experiências de produção associada, driblam a dicotomia intelectual/manual, mundo da cultura/mundo do trabalho e constroem saberes próprios de suas experiências. Mario Barrios, ao ser questionado sobre os aprendizados construídos em suas atividades de trabalho, relata que os saberes próprios do trabalho são os seguintes:

Lo que uno aprende en la convivencia cotidiana, en la fábrica, en el trabajo, en el campo, en cada una de las actividades que tiene que ver con otro, que nos juntamos, es un aprendizaje irrepitible. [...] Como que el trabajo purifica y es generador de conductas, generador de amistad, generador de sociedad y de comunidad.

No campo da produção associada e/ou autogestionária, os saberes construídos pelos trabalhadores, através de uma pedagogia fundamentada na autogestão do trabalho e da vida, articulam-se com as experiências de produção coletiva, democratização das decisões e possíveis mecanismos coletivos de problematização das experiências. Sobre a *pedagogia da produção associada*, Fischer e Tiriba (2009) nos revelam:

Com perspectivas político-pedagógicas distintas do capital, a *pedagogia da produção associada* apresenta-se como campo teórico-prático que visa ao estudo e à concretização dos processos educativos cujos objetos de ação e pesquisa são a socialização, produção, mobilização e sistematização de saberes voltados ao fortalecimento de atividades econômicas fundadas na autogestão do trabalho e da vida em sociedade, contribuindo para a formação humana omnilateral e emancipação da classe trabalhadora (TIRIBA, 2001 e 2004). (TIRIBA e FISCHER, 2009, p. 297).

Esses saberes da produção associada, que, além de questionarem a lógica do capital, buscam compreender e mobilizar as experiências de trabalho através de fundamentos emancipatórios e populares, são sintetizados por Marcelo – trabalhador da cooperativa<sup>82</sup> e do Bachillerato Arbolito<sup>83</sup> – por meio da ideia de *companheirismo*. Questionado sobre os aprendizados construídos pela experiência da autogestão do trabalho, Marcelo afirma:

Mayormente lo que uno aprende en una empresa recuperada es el compañerismo. Que en el sistema capitalista te hace muy individual. El compañerismo, el ayudar el otro, el ver hacia el otro la necesidades que tienen. En el sistema capitalista sos muy individualista, sos vos y no te importa nada más. Si te puedo pasar por arriba para poder ascender, mejor. Nosotros en la cooperativa eso no pasa, la endivia hacia el otro (Entrevista realizada em 1 de fevereiro de 2014 na casa de Chavela).

Marcelo parece nos dizer que a ideia de *companheirismo* constrói outra forma de lidar com o trabalho e com os colegas, outro modo que se relaciona com a autogestão do trabalho, pois esta tende a desenvolver um ambiente no qual a ajuda mútua pode ser tomada como um dos princípios dessa experiência. Faria (2001) auxilia na problematização do conceito ao afirmar que a construção de *práticas associativas* mobilizam outras formas de relações no interior no empreendimento:

A eliminação da divisão tradicional do trabalho e das estruturas hierárquicas, a partir da criação e desenvolvimento das práticas associativas, informa o sentido das

---

<sup>82</sup> Marcelo exerce, na cooperativa, a função de responsável pelo depósito (*pañolero*), mas também já cumpriu funções de “corte de pasto”.

<sup>83</sup> No Bachillerato Popular Arbolito, Marcelo trabalha de *preceptor*, que, na tradução para o português, seria orientador dos estudantes. Marcelo define sua função da seguinte forma: “Ser preceptor implica tomar lista, estar en el acompañamiento de los alumnos, llevar todo lo que es contable, todo lo que es administrativo, todo lo papelerío. Eso es la base del preceptor”. É importante ressaltar que esse trabalho exercido no Bachillerato faz parte das tarefas de cooperado da UST, contabilizado nas horas mensais de contribuição ao trabalho coletivo.

relações sociais novas, coletivas e igualitárias, que se tornam efetivas no interior das unidades produtivas (FARIA, 2001, p.281).

O conceito de *cultura do trabalho* (TIRIBA, 2001, 2006, 2008) também auxilia na problematização da construção de novas relações sociais a partir da produção associativa. A *cultura do trabalho*, de acordo com Tiriba (2006), é uma categoria histórica que busca articular trabalho e cultura por meio de relações sociais construídas pelos sujeitos e mediadas pelas categorias de classe, etnia e gênero. Nas palavras da autora,

Cultura do trabalho diz respeito aos elementos materiais (instrumentos, métodos, técnicas, etc.) e simbólicos (atitudes, ideias, crenças, hábitos, representações, costumes, saberes) partilhados pelos grupos humanos — considerados em suas especificidades de classe, gênero, etnia, religiosidade e geração. Determinada em última instância pelas relações de produção, nos remete a objetivos e formas sobre o dispêndio da força de trabalho, maneiras de pensar, sentir e se relacionar com o trabalho. Os grupos humanos trabalham de acordo com uma determinada cultura e, ao trabalharem, produzem cultura; assim, como salienta Marx (1978, p. 110), “[...] a produção não só cria um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto”. Sendo a síntese de múltiplas determinações, na cultura do trabalho há de se considerar, entre outras, as diferenças de classe, gênero e etnia. Está relacionada com o papel dos sistemas simbólicos na vida social e, em especial, dos valores morais atribuídos à atividade do trabalho, sendo construída e interiorizada em outras instâncias de convivência, entre elas, família, escola, igreja, sindicato e outras instituições que modulam modos de vida e relações entre grupos e classes sociais (TIRIBA, 2008, p. 85).

A experiência do trabalho autogestionado da UST, ou a *cultura do trabalho*, que é permeada pelo ideal de companheirismo e de ajuda mútua<sup>84</sup>, segundo Marcelo, é reafirmada por Gustavo<sup>85</sup>. De acordo com o último, esse ideal que permeia as relações entre os trabalhadores e entre estes e a produção foi construído porque na cooperativa “[...] hubo una lucha para beneficiar a los trabajadores (Entrevista realizada em 5 de fevereiro de 2014 na UST)”. Nesse sentido, novos saberes relacionados com os princípios de companheirismo, ajuda mútua e de que a luta pela recuperação do trabalho transforma as relações entre os trabalhadores, constroem uma “nova cultura do trabalho autogestionado”. Uma “nova cultura do trabalho” que, segundo Fischer e Tiriba (2012, p. 619), se desenvolve a partir da

---

<sup>84</sup> García Moriyón (2009) reivindica que o ideal de apoio mútuo pode ser compreendido a partir do pressuposto de que a realização plena do indivíduo está estritamente vinculada com a realização coletiva: “El apoyo mutuo plantea en primer lugar el innegable hecho de que, contra lo que algunas corrientes parecen querer señalar, la fuerza más potente de la evolución de los seres humanos, y de todas las especies que nos han precedido y que nos acompañan en estos momentos, es la cooperación y en ningún caso la competición” (p.37).

<sup>85</sup> Gustavo atualmente é tesoureiro da UST. Também já trabalhou no setor de “corte de pasto”.

autogestão: “[...] A autogestão das cooperativas por trabalhadores e trabalhadoras, baseada em decisões tomadas democraticamente, [...] vai tecendo novos saberes, valores e, portanto, uma nova cultura”. Uma nova cultura que, a partir das experiências associativas, começa a participar do movimento dos trabalhadores em [...] fazer-se como classe trabalhadora (THOMPSON, 1987), o que tem repercutido em um vasto repertório de “saberes do trabalho associado” (FISCHER E TIRIBA, 2009a e 2009b).

Fernandez (2006), ao analisar as estratégias de autogestão desenvolvidas na empresa recuperada Brukman<sup>86</sup>, expõe que as trabalhadoras que construíram a cooperativa *18 de Diciembre* relatam que a luta pela recuperação transformou o trabalho, na medida em que redefiniu a forma com a qual os agentes encararam suas atividades. Há, nesse sentido, uma transformação subjetiva importante. Sobre tal mudança, a autora afirma que

Los cambios operados en las prácticas de los trabajadores/as de Brukman conllevan el desafío de un cambio subjetivo. No es meramente una modificación en las tareas que deben realizar sino un cambio en el posicionamiento subjetivo respecto a sí mismos, a sus pares, a la organización y a las funciones que deben desempeñar allí y que les exigen un manejo de códigos y de prácticas que por su experiencia anterior les resultaban ajenos (ejercicios de autoridad,...). (FERNANDEZ, 2006, p. 181-182)

Adams (2013, p.11) também considera essas mudanças nas formas de relação com o trabalho e os companheiros em experiências coletivas de organizar o trabalho e a produção: “[...] oportuniza-se a mudança do *ethos* pela mediação da atividade do trabalho associado (ADAMS, 2010). As relações estabelecidas na atividade do trabalho oportunizam novas reconfigurações de compreensões, novas posturas e maneiras de agir”.

Uma luta desenvolvida a partir de parcerias estabelecidas pelos trabalhadores com diferentes agentes políticos – como a comunidade de San Lorenzo, a CTA, a paróquia *Nuestra Señora del Valle*, a *Mesa de Organizaciones del Barrio*, entre outros – que construiu tanto a possibilidade de autogestão do trabalho, como um imaginário composto de saberes, valores e aprendizados, que, além de mobilizar os trabalhadores na compreensão da experiência da cooperativa, também constrói cotidianamente a *cultura de trabalho* da UST. Uma cultura que parece relacionar trabalho e educação a partir da tentativa de integrar a organização de uma

---

<sup>86</sup> Brukman é uma empresa recuperada do setor têxtil localizada em Buenos Aires. Após a luta pela recuperação do trabalho, a produção está sob o controle dos trabalhadores através da cooperativa de trabalho 18 de Diciembre.

escola pelos trabalhadores na experiência de autogestão da cooperativa. É a partir desse argumento – o Bachillerato Popular Arbolito compõe a autogestão da cooperativa – que busquei analisar as relações sociais entre esses dois espaços.

#### 5.4 BACHILLERATO POPULAR: UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA CONSTRUÍDA A PARTIR DA AUTOGESTÃO DO TRABALHO

Para dar início à reflexão sobre a construção do Bachillerato Popular Arbolito pela UST, analisarei, primeiramente, as motivações e os objetivos que, de acordo com duas lideranças políticas da UST – Mário Barrios e Diego – elaboraram o projeto da cooperativa em construir o Bachillerato Popular Arbolito. Tal questão parece se relacionar tanto com o ideal de autogestão experimentado pela cooperativa, quanto com as condições socio-históricas do acesso e da permanência à educação pelos trabalhadores no sistema capitalista.

A autogestão da UST pode ser problematizada por meio do que Nascimento (2013) chama de “experimentação autogestionária”, categoria que permite construir uma leitura atenta tanto às novas possibilidades criadas pelos trabalhadores, quanto às contradições que permeiam as práticas sociais. De acordo com o autor, a “experimentação autogestionária” pode ser descrita como

A experimentação deverá ser considerada como um procedimento próprio ao funcionamento autogestionário; os procedimentos experimentais nas empresas consistem a por em movimento temporariamente novas organizações, novas técnicas, novas divisões de tarefas, novas relações interpessoais. O novo funcionamento deverá verificar ou “informar” as expectativas, as hipóteses e as esperanças que foram formuladas pelos autogestionários (NASCIMENTO, 2013, p.101).

Através dessa perspectiva de trabalho autogestionário proposta por Nascimento, é possível observar que a cooperativa UST busca romper com os muros da produção e desenvolver, sob a orientação dos trabalhadores cooperativados, trabalhos sociais de inclusão para a comunidade do bairro San Lorenzo. Apesar de suas contradições e de suas disputas internas, a cooperativa busca construir, nesses trabalhos sociais, sob o ponto de vista da autogestão do trabalho, novas relações sociais orientadas pelo ideal da solidariedade. Abaixo, segue um excerto do projeto político da cooperativa que demonstra a sistematização realizada

pelo setor de comunicação da UST sobre a relação da cooperativa com os trabalhos sociais realizados:

Esta Cooperativa no tiene solo como compromiso la continuidad de trabajo de quienes la componen sino también, el de promover la organización e implementación de trabajos comunitarios, la inclusión o reinserción en el mercado laboral de gente de bajos recursos de la zona. También es nuestro compromiso el apoyar y alentar a los chicos de la zona para que estudien, que se eduquen, capacitarlos en oficios y darles de alguna manera las herramientas para que ellos puedan defenderse y sientan que son parte de esta Sociedad.

Diego também comenta<sup>87</sup> sobre o projeto de articulação com a comunidade que, a partir da autogestão, busca transformações sociais:

Queremos intervenir, como trabajadores, siendo parte de la comunidad, para formar compañeros preparados, dirigentes, que puedan transformar a la realidad de un país que hoy es totalmente injusta. Nosotros como trabajadores, siendo los dueños del capital, podemos decidir que hacemos con lo que ganamos. Decidimos repartirlo en partes iguales y decidimos invertir en la comunidad, invertir en las escuelas.

Dessa forma, tais investimentos sociais parecem compor o “meio” encontrado pela cooperativa para que os trabalhadores autogestionassem seu trabalho, tendo como perspectiva as transformações sociais. Parece possível afirmar, portanto, que os trabalhos sociais na comunidade, incluindo o Bachillerato Popular Arbolito, gerados através do investimento financeiro (excedente da produção) e pessoal (o trabalho social realizado na comunidade pelos cooperativados), fazem parte do ideal e do experimentado na autogestão da UST.

Faria compreende que a ampliação da prática autogestionária, que constrói experiências associativas em diferentes espaços através de “relações coletivas e igualitárias”, “[...] rompe com o isolamento e a fragmentação de classe, abole a hierarquia e a disciplina que fundam as relações de exploração e dominação (2011, p.287)”. Tais configurações ampliadas da autogestão colocam para os agentes sociais envolvidos a aspiração à auto-organização de uma nova realidade social. Sobre a amplitude do conceito de autogestão, o autor afirma:

Vê-se que a amplitude do conceito de autogestão, ao requerer a participação ativa de indivíduos autônomos, supera o âmbito de uma unidade de produção e, ao mesmo

---

<sup>87</sup>

Entrevista realizada em 6 de fevereiro nas instalações da UST (Anexo X)

tempo, tem aí o seu ponto de partida. A inversão pelos trabalhadores das contradições que atravessam suas práticas no processo de produção coloca de imediato o problema da transformação da sociedade instituída (p. 304).

Essa ampliação da experiência de autogestão, que se materializa na construção e na organização do Bachillerato Popular Arbolito pelos trabalhadores da UST, parece fundamentar-se também na necessidade histórica de suprir ou preencher a carência de direitos básicos à classe-que-vive-do-trabalho, dentre eles, a educação. Tiriba (2006) relaciona a expulsão precoce dos trabalhadores da escola com a construção de uma nova cultura do trabalho associativo, que busca englobar, entre outros elementos, a formação e a mobilização de saberes (antigos e novos):

Historicamente relegados às tarefas de execução e precocemente expulsos da escola, os trabalhadores associados se veem no desafio de mobilizar seus saberes e, ao mesmo tempo, buscar novos saberes que lhes permitam tornar-se, de fato, dirigentes da produção. Na verdade, os processos educativos, em especial os processos de formação de trabalhadores associados, não podem ser concebidos como algo de “fora para dentro”, mas como processos que se plasmam na organização do trabalho, sendo, portanto, elementos da própria cultura do trabalho que ali vai se constituindo (Tiriba, 2001) (TIRIBA, 2006, p. 117).

Mario Barrios, ao ser questionado sobre o projeto da cooperativa em construir o Bachillerato Popular Arbolito, fornece-nos importantes pistas sobre a cultura do trabalho experimentada pelos trabalhadores da UST. Tal cultura parece incluir, na construção de outras relações com o trabalho, a formação e a mobilização de saberes. Sobre as aspirações em criar o Bachillerato, Mario relata que

[...] cuando recuperamos el trabajo, nos dimos cuenta que había que recuperar la cultura del trabajo, porque había sido muchos años de una educación que también había idiotizado, como que había servido al sistema y que nosotros habíamos sido producto de esa educación, que había que disputar una nueva forma de trabajo, pero también una nueva forma de educar (Entrevista realizada nas instalações da cooperativa em 30 de abril de 2013).

Uma “nova forma de educar” que, compõe uma nova cultura do trabalho. Diego, por sua vez, também ressalta que foi a formação dos trabalhadores a principal aspiração da construção do Bachillerato Popular Arbolito pela cooperativa:

La falta de formación que teníamos... nosotros nos ilusionamos y seguimos ilusionados que todos los compañeros terminen la secundaria en el Bachillerato. Muchos no fueran, pero muchos fueran. Egresados de la cooperativa, el bachillerato

nos dio diez egresados de la cooperativa (Entrevista realizada nas instalações da cooperativa em 6 de fevereiro de 2014).

A “falta de formação” relatada por Diego parece estar relacionada com os saberes que o capitalismo trata de afastar do mundo do trabalho. Para Tiriba e Fischer (2012, p.618), nas experiências de trabalho associado, é importante “[...] a articulação dos saberes fragmentados pelo capital, bem como a apropriação dos conhecimentos histórica e socialmente produzidos pela humanidade”.

Outra questão apresentada na afirmação de Diego diz respeito ao projeto inicial da cooperativa em construir o Bachillerato Popular tendo em vista a formação dos trabalhadores da UST. Entretanto, é importante salientar que, atualmente, o projeto do Bachillerato Arbolito inclui e é dirigido também a outros trabalhadores da comunidade de San Lorenzo, jovens e adultos igualmente “expulsos precocemente da escola”, nas palavras de Tiriba (2006).

#### **5.4.1 Organização e gestão do Bachillerato Popular Arbolito**

Como tenho tentado demonstrar ao longo deste capítulo, a organização do Bachillerato Popular Arbolito compõe a experiência de autogestão da cooperativa UST, no que se refere à formação dos trabalhadores, tanto da cooperativa como da comunidade do bairro San Lorenzo. Nesse sentido, a organização do Bachillerato parece estar baseada na relação entre trabalho e educação.

Ao frequentar o espaço do Bachillerato durante o período de vivência, pude observar a circulação de diversos trabalhadores da UST, alguns deles realizando seus trabalhos sociais na escola, outros ministrando disciplinas e os demais visitando para tomar um mate e/ou conversar. Também pude verificar a circulação de professoras do Bachillerato na cooperativa,



como, por exemplo, durante a reunião<sup>88</sup> realizada em 28 de maio de 2014 na UST para organizar o 4º *Foro nacional Hacia Otra Economía*<sup>89</sup>.

#### 5.4.2 A gestão do Bachillerato Popular Arbolito: possíveis relações entre trabalho e educação

A gestão do Bachillerato Popular Arbolito parece estar organizada através da autogestão da UST. Os trabalhadores da cooperativa, em parcerias com diferentes agentes, buscam tomar para si a gestão dessa escola, fazendo uso do excedente da produção e do trabalho social realizado por quatro trabalhadores cooperativados, sendo eles: Lucia – cozinheira e orientadora (*preceptora*), Marcelo – responsável pelo depósito e orientador (*preceptor*), Gustavo Cervantes<sup>90</sup> – tesoureiro e chefe dos orientadores, Diego – presidente e representante legal do Bachillerato. As atividades enunciadas referem-se ao trabalho na UST e no Bachillerato, respectivamente. É importante salientar que a coordenação da escola é realizada por Claudia Alvarez, docente universitária, coordenadora do Projeto de Extensão *Trabajo Autogestionado* da Universidad de Quilmes e, atualmente, trabalhadora da UST. Claudia foi incorporada ao quadro de trabalhadores da UST em função do cargo de coordenadora do Bachillerato e também por realizar tanto atividades formativas com os trabalhadores, quanto parcerias políticas com organizações, universidades e coletivos, como a Universidad de Quilmes, o *Foro Hacia Otra Economía*, a *Red de Educación y Economía Social y Solidaria*, a *Red de Escuelas*, a *Coordinadora de Bachilleratos Populares de Lucha*, entre outros espaços.

Claudia conta-nos que, nos primeiros anos (2008-2011) do Bachillerato Arbolito, os trabalhadores da UST cumpriram o papel de estudantes da escola. Nos anos posteriores,

---

<sup>88</sup> Estiveram presentes na reunião trabalhadores da UST (Mario Barrios, José Medina, Florencia Galiotti), professoras do Bachillerato (Eva Gonzalez, Florencia Rebich e Claudia Alvarez) e representantes de organizações sociais (Cooperativa Territorio, Mutual Primavera, Fundación OASI) da Tecnicatura Superior economía social Ramos Mejía e dos municípios de Jose Carlos Paz e San Martin.

<sup>89</sup> O *Foro Hacia Otra Economía* é uma iniciativa coletiva de organizações sociais, universidades públicas, instituições estatais e movimentos que promovem a economia solidária.

<sup>90</sup> Gustavo também foi, antes de compor o quadro de gestores da escola, estudante do Bachillerato Popular Arbolito, tendo concluído seus estudos secundários no ano de 2011.

começaram a assumir, além de estudantes, o papel de professores, coordenadores, funcionários. Passaram, nesse sentido, a tomar para si (e valendo-se de importantes parcerias políticas) a gestão da escola. Tal transformação relaciona-se, de acordo com Diego, a inúmeros aprendizados construídos pela experiência da cooperativa em desenvolver trabalhos sociais na comunidade: “[...] De trabajadores sin trabajo a una cooperativa de diez años de autogestión, a tener una escuela sin saber cómo se maneja una escuela es todo un aprendizaje”. Aprendizados em que os trabalhadores/gestores, conforme Tiriba e Fischer (2012), através da experiência de “produzir a vida associativamente”, participam da “escola do trabalho associado”. As autoras relacionam esta escola com a “escola comuna” (PISTRAK, 2009) onde crianças, jovens e adultos aprendem a autogestão (p.618).

Aqui é importante ressaltar a aspiração da UST pela formação sob a perspectiva autogestionária na qual, de acordo com o relato de Diego, os trabalhadores devem se instrumentalizar para auto-organizar o trabalho coletivo: “[...] la cooperativa no tiene que depender de algún profesional que venga desde afuera a programar, hacer la ingeniería, todo lo que necesitamos como empresa. Lo tenemos que hacer nosotros desde adentro”<sup>91</sup> (Entrevista realizada nas instalações da cooperativa em 6 de fevereiro de 2014). Nesse caso, a formação ultrapassa o ensino secundário (Bachillerato) e aspira ao ensino técnico e/ou universitário, tendo em vista a formação continuada.

A experiência da cooperativa em desenvolver trabalhos sociais na comunidade, nesse caso, o Bachillerato Arbolito, construiu aprendizados que parecem estar relacionados tanto com o papel dos trabalhadores nessa escola, quanto com a forma de gestão escolar anterior às transformações relatadas acima. Claudia e Marcelo, em referência às gestões anteriores, relatam que a forma de condução e organização dessa escola já foi motivo de disputas políticas. Nesse caso, é importante recordar da contribuição de Giroux (1997) sobre as relações políticas e sociais que estão em jogo nos espaços escolares:

A escola é um processo político, não apenas porque contém uma mensagem política ou trata de tópicos políticos de ocasião, mas também porque é produzida e situada em um complexo de relações políticas e sociais das quais não pode ser abstraída. (GIROUX, 1997, p.88).

---

<sup>91</sup> É importante salientar que, atualmente, existem cinco especialistas trabalhando na UST (um advogado, um contador, dois engenheiros e uma jornalista). Sobre o trabalho desses profissionais, Diego relata: “[...] tenemos un equipo de profesional técnico, pero las decisiones las toman los trabajadores” (Entrevista realizada nas instalações da cooperativa em 6 de fevereiro de 2014).

Claudia e Marcelo também contam que a gestão anterior, entre os anos de 2008 e 2011, realizou um trabalho na escola de forma apartada e distante dos trabalhadores da UST. “[...] Crecían por afuera, armaban sus equipos, hacían sus proyectos, los trabajadores no estaban en la toma de decisiones”, informa Marcelo durante uma conversa na sala da coordenação do Bachillerato em 22 de novembro de 2013. Ele também relata que a prática dessa gestão indicava que “[...] la cooperativa no tenía nada que ver con respecto de lo que es el Bachillerato”. O grupo que fazia parte da gestão, conforme Marcelo, possuía interesses partidários vinculados ao *kirchnerismo*<sup>92</sup> na condução da escola, fato que não condizia com o projeto político da cooperativa:

Ellos pensaban en quedarse con el Bachillerato. Ellos querían quedarse con el bachillerato, con el grupo de profesores. Bueno, la cooperativa nos fuimos dando cuenta de a poco, decidimos hacer una reunión con ellos y se decidió correrlos, porque no le sirve el proyecto de la cooperativa y de la organización (Entrevista realizada em 1 de fevereiro de 2014 na casa de Chavela).

Os aprendizados construídos através da relação da cooperativa com a gestão anterior do Bachillerato podem se referir aos ideais de *participação e autonomia*<sup>93</sup> dos trabalhadores na condução da autogestão do trabalho, da qual a educação parece fazer parte. Ou seja, os trabalhadores da UST parecem reivindicar tais ideais no que diz respeito à condução e à organização dos trabalhos sociais na comunidade criados através da autogestão da UST. Nesse sentido, as contribuições de Marcelo e de Gustavo Cervantes indicam que a UST, após a experiência da gestão anterior do Bachillerato Arbolito estar a cargo do grupo kirchnerista, busca vincular a gestão atual dessa escola à autogestão do trabalho. O primeiro afirma: “[...] La idea de que el Bachillerato y la cooperativa es lo mismo, no están separados. Gracias a la cooperativa, es el Bachillerato (trecho da entrevista realizada em 1 de fevereiro de 2014 na casa de Chavela). Já o segundo declara: [...] el Bachillerato es un hijo de la cooperativa” (trecho da entrevista realizada em 5 de fevereiro de 2014 nas cooperativa UST) e, sendo assim, a UST toma para si as principais decisões relativas a organização dessa escola.

---

<sup>92</sup> Kirchnerismo é um termo usado para se referir aos simpatizantes das práticas políticas de Néstor Kirchner e de Cristina Fernández de Kirchner (ambos do partido Justicialista).

<sup>93</sup> Tais categorias foram problematizadas no capítulo anterior.

Após os aprendizados relatados, a cooperativa deu início a um processo de construção de uma forma de gestão do Bachillerato construída a partir da autogestão do trabalho, que inclui a compreensão da relação trabalho-educação. Vejamos, abaixo, algumas características dessa forma de gestão do Bachillerato construída pela cooperativa, em conjunto com determinadas parcerias políticas.

#### **5.4.3. Características da gestão do Bachillerato construída desde a autogestão do trabalho.**

Neste subitem, serão analisadas três características referentes à gestão do Bachillerato construída pelos trabalhadores da cooperativa, após o período de coordenação do grupo *kirchneristas*. As características são as seguintes: (1) relação com o Estado, (2) participação dos estudantes na gestão da escola e (3) projeto político-pedagógico.

A primeira característica analisada se refere à forma com a qual o Bachillerato Popular Arbolito relaciona-se com Estado, mais especificamente, com o papel normativo deste último em categorizar as ações sociais. Vale lembrar aqui que os Bachilleratos Populares são escolas públicas, gratuitas e não-estatais<sup>94</sup> que, ao longo de sua existência, depararam-se com os entraves do reconhecimento oficial e do investimento público nessas experiências escolares.

O processo de implementação de políticas neoliberais na Argentina, de maneira geral, precarizou ainda mais as condições de vida dos setores populares, aumentando a exclusão social. Nesse contexto, os movimentos sociais cumpriram um papel fundamental na luta contra as políticas neoliberais. Córdoba (2011, p.1) afirma que tais resistências passaram a conformar “[...] un nuevo entramado social y político donde se puede identificar no solo un nuevo repertorio de acción de sectores populares (MERKLEN, 2005) sino también nuevas modalidades y estrategias de organización”.

O direito à educação, que também sofreu um processo de privatização – através das reformas implementadas na década de 90 – passou a compor esse “repertorio de acción de sectores populares” no qual os movimentos sociais, após vivenciarem trajetórias de lutas (territoriais, recuperação do trabalho, entre outras), buscaram “tomar la educación en sus

---

<sup>94</sup>

Os Bachilleratos Populares de Jovens e Adultos são escolas construídas por organizações sociais.

manos”(SVERDLICK, 2008). Nesse contexto, surge a proposta de criação dos Bachilleratos Populares de Jóvenes y Adultos “*en y desde organizaciones sociales*” (CÓRDOBA, 2011). Entretanto, a autora salienta que, apesar de as organizações sociais buscarem autonomia na construção de suas escolas, elas também reivindicam o financiamento estatal. De acordo com estudiosa,

[...] éstas bregan por el ejercicio autónomo del bien educativo, haciéndose cargo de llevar adelante las escuelas; por otro lado, demandan al Estado, como garante de la educación pública, el pago de salarios, el material didáctico y la manutención de la infraestructura edilicia. La modalidad de interpelación y los “*planes de lucha*” llevados a cabo por las distintas organizaciones van provocando respuestas estatales, las cuales a su vez se plasman en normativas específicas (CÓRDOBA, 2011, p.4).

Sverdlinck e Costas (2008) relatam que, para que seja estabelecido o financiamento estatal (em especial, o salário dos professores), essas organizações sociais passaram a lutar pela certificação e pelo reconhecimento do Estado. Diferentemente das escolas do MST, os Bachilleratos não reivindicaram a estatização, mas o desafio de conseguir um marco normativo específico que atendesse as particularidades da proposta. Atualmente, segundo Sverdlinck e Costas (2008, p. 260) , “[...] existe la opción legal de constituir escuelas públicas de gestión social y desarrollarse en el marco de la educación formal - aunque esta nueva figura jurídica carece de claridad”. A obtenção do título de gestão social fornece aos Bachilleratos o financiamento estatal dessas experiências. Entretanto, o financiamento de tal figura jurídica estabelecida pelo Estado está sujeito às políticas de governo (seus posicionamentos e práticas políticas) e à forma com a qual os governos em turno controlam a administração pública. Nesse sentido, a figura jurídica “*escuelas públicas de gestión social*” é fornecida de forma diferenciada nos diferentes governos municipal, provincial e nacional da Argentina<sup>95</sup>.

Nesse momento, parece interessante a análise de Tragtenberg (2006) sobre as relações existentes entre burocracia e ideologias. O autor problematiza as teorias gerais da administração, afirmando que estas, além de representarem interesses e a ideologia da classe dominante, estão sujeitas às mudanças dos processos econômicos e sociais. A burocracia, dessa forma, aparece como uma forma de dominação contextualizada historicamente.

---

<sup>95</sup> Parece interessante, para trabalhos futuros, analisar as divisões de funções a partir das esferas de poder (municipal, estadual/ provincial e federal/ nacional).

Corrêa (2014), recorrendo a Bakunin, salienta que a burocracia é garantida e proporcionada pelo Estado, pois este fornece as condições para o exercício do poder político da burocracia, que “[...] usufrui do privilégio de tomar as decisões concernentes às regras de funcionamento da sociedade, à solução de conflitos, à execução de deliberações, à coação e à punição”(p.06). O Estado, a partir dessa perspectiva (bakunista e/ou anarquista), é conceitualizado em termos de “natureza, caráter e função”, sendo assim, como instrumento político de dominação que possui um caráter de classe e a função de garantir a dominação. Nas palavras de Corrêa (2012),

Para os anarquistas, o Estado é responsável por alguns tipos de dominação, além da exploração, como a coação física e a dominação político-burocrática (ERRANDONEA, 1989, p. 95-96). Na teoria do Estado desenvolvida pelos anarquistas, constata-se que a dominação política existe tanto pelo monopólio da força, quanto pelo monopólio de tomada de decisão da sociedade (CORRÊA, 2012, p. 107).

Com base nessa perspectiva de Estado e burocracia, alguns apontamentos parecem importantes e pertinentes. As organizações e os movimentos sociais que constroem os Bachilleratos Populares de Jóvenes y Adultos, na busca do reconhecimento oficial, negam a estatização e propõem, através de suas formas de luta, a criação da categoria de gestão social. Diante disso, cabem alguns questionamentos no que diz respeito à relação entre Estado e bandeiras de luta dos movimentos sociais, mais especificamente, o movimento da UST na busca de reconhecimento de seu Bachillerato. Não haveria, nessas movimentações, pelo reconhecimento oficial dos bachilleratos uma crítica aos mecanismos de controle político-burocrático por parte do Estado? Há espaço para a autonomia dos movimentos sociais no Estado? Há espaço para o “popular” em territórios sob controle estatal? A reivindicação pela figura de gestão social não é uma estratégia de driblar a burocracia pertencente ao Estado? Ao mesmo tempo, a luta pelo financiamento estatal dos Bachilleratos Populares (em especial, o salário dos professores) parece reivindicar a responsabilização do Estado em relação aos direitos básicos, entre eles o da educação. A busca pelo financiamento estatal seria uma estratégia para driblar a práticas privatizantes dos Bachilleratos? Por fim, quais os interesses do Estado em financiar o salário dos professores dessas experiências escolares? Seria uma forma de se desresponsabilizar de alguns elementos que garantem a educação pública? Tais questionamentos, oriundos da prática vivenciada nos Bachilleratos e da reflexão ao longo desta pesquisa, aparecem nesse momento como um indicativo para estudos futuros sobre a temática.

É importante salientar que o reconhecimento dos Bachilleratos Populares através da figura jurídica de gestão pública é um marco legal ainda em disputa por parte dos movimentos e organizações sociais. Antes da criação da figura de gestão social e de uma regulamentação específica para os Bachilleratos Populares, essas experiências educativas foram categorizadas como “agentes de la educación privada” (SVERDLINCK e COSTAS, 2008). Entretanto, muitos bachilleratos ainda não obtiveram o título de gestão social, estando, ainda, desse modo, enquadrados na gestão privada, na qual os professores não recebem salário. É importante salientar que a gestão privada fornece o reconhecimento da escola e permite ao Estado emitir títulos oficiais aos estudantes.

Sverdlinck e Costas (2008) ressaltam que a questão do reconhecimento das escolas autogestionadas coloca em pauta para os movimentos e organizações sociais a demanda de posicionamento político frente aos governos, pois o reconhecimento está intimamente relacionado com as relações de forças no país. Nesse sentido, as autoras afirmam que: “[...] Cabe hacer una mención sobre las diversas estrategias de lucha que cada movimiento y organización va implementando según el contexto sociopolítico en el que se desarrolla y el lugar que ocupa en la relación de fuerzas (p.259).

Como procurei demonstrar anteriormente, a cooperativa UST possui um posicionamento político bastante crítico ao governo kirchnerista, tanto em âmbito nacional quanto em âmbito municipal (ambos do Partido Justicialista). Marcelo, durante uma conversa na sala da coordenação do Bachillerato Arbolito em 22 de novembro de 2013, relaciona o reconhecimento oficial dos Bachilleratos Populares, marco normativo com alianças políticas: “[...] nosotros nos quedamos en la gestión privada porque no estamos aliados con el gobierno provincial.”

Passando para a segunda característica sobre a gestão do Bachillerato através da cooperativa, a que ora analiso refere-se aos espaços de participação dos estudantes. A observação e a conversa com os interlocutores permitem-me afirmar que há espaços de participação e tomada de decisão dos estudantes, através das assembleias e das reuniões com os professores e funcionários, além de mecanismos de sustento coletivo para atividades dos estudantes (como viagens e confraternizações).

Durante a entrevista coletiva realizada com três estudantes do Bachillerato Arbolito Maria Gomez, Maura Diaz e Gustavo Gomez, foi relatado que as assembleias são organizadas pelos professores e pela coordenadora e que, nesses espaços, se discute, entre outras coisas,

“que se necesita en la escuela” e “como los alumnos pueden ayudar a mantener a la escuela”. Outra forma de participação relatada é a escolha de delegados/representantes de cada série (o nível secundário para Jóvenes y Adultos na Argentina compreende três séries/anos e no Bachillerato Arbolito existe, atualmente, uma turma por série). Esses delegados têm o papel de representar os estudantes em reuniões com os professores, funcionários e a coordenação.

Já a terceira e última característica destacada refere-se ao projeto político-pedagógico do Bachillerato. Tal projeto se insere no campo da educação popular e é guiado pelo projeto político da cooperativa UST, o qual baseia-se nos seguintes princípios: autonomia, solidariedade, autogestão, participação comunitária e compromisso social e político. Sobre a relação do projeto político da cooperativa e do projeto político-pedagógico do Bachillerato, é importante a afirmação de Tiriba (2008, p.72): “[...] Os projetos de formação de trabalhadores caminham de mãos dadas com um determinado projeto societário”. Além disso, o Bachillerato Arbolito busca a formação com orientação em “economia social”, “educação para a saúde”, “recursos humanos” e “meio ambiente”.

O projeto político-pedagógico do Bachillerato contém os seguintes objetivos:

1. *Desarrollar sujetos críticos y conscientes que logren identificar sus debilidades y fortalezas*
2. *Ofrecer actividades que permitan a los alumnos ampliar las oportunidades de intervención y acceso a los conocimientos*
3. *Promover el pensamiento en conjunto, buscando compartir y no competir*
4. *Crear la conciencia de que se es parte de un todo*
5. *Generar actividades para incluir la participación de grandes y chicos*
6. *Propiciar el desarrollo de valores, donde el compromiso, la solidaridad y la cooperación sean los valores para construir una comunidad, un barrio y un país mejor.*

Para Diego, o projeto político-pedagógico do Bachillerato Arbolito reflete o contexto social e, ao mesmo tempo, busca problematizar esse contexto: “[...] Que cosas nos pasan y porque nos pasan y no el maestro que viene con el librito y te cuenta la historia, eso ya nos pasó, venia Colón y nos vendía espejitos de colores”. Nesse sentido, o Bachillerato deve estar



dirigido à comunidade de San Lorenzo: “[...] nosotros necesitamos un espacio de formación para los trabajadores, para nuestros vecinos, para nuestra familia, por eso el del bachillerato”.

Compondo os posicionamentos político-pedagógicos do Bachillerato, aparecem suas relações com organizações e movimentos sociais. A instituição articula-se com a *Red de escuelas de Wilde* (a maioria dos professores do Bachillerato é proveniente dessa rede), com o Sindicato de Educadores Populares e com a Frente de Bachilleratos Populares, ambos inseridos na CTA.

As relações entre a cooperativa e o Bachillerato e, como desdobramento, as relações entre trabalho e educação construídas nessa experiência educativa podem ser observadas através do exercício da atividade de professor por três trabalhadores da cooperativa (Diego, presidente e professor de Problemática Social Contemporânea e História do Movimento Operário; Juan Carlos Rivera, contador e professor de Matemática; Mario, ex-presidente, atualmente responsável pelo setor Agroecológico, e professor de Economia Social). A importância de haver trabalhadores da cooperativa atuando como professores, de acordo com Diego, fundamenta-se tanto na experiência de, como trabalhadores, participar da luta pela recuperação do trabalho e de construir a autogestão, como na possibilidade de socializar o projeto político da cooperativa. Segundo Diego:

Hay que agradecer a todos los profesores que participan, pero no es lo mismo que vaya y les cuente un trabajador que cosas pretendemos el bachillerato, a que por ahí lo cuente un profesor que venga de afuera y que a lo mejor puede leer el proyecto y decir eso es lo que quiere el bachillerato es distinto que lo cuente yo, Mario, Oscar, el que esté, porque fuimos lo que vivimos, lo que estuvimos trabajando para eso y porque somos los vecinos y la cara visible de la cooperativa. Entonces dar clase en el bachillerato es eso, es estar dentro del bachillerato como trabajador y contar a los estudiantes que es lo que queremos para el barrio.

A declaração de Diego indica que, nas práticas educativas do Bachillerato, os trabalhadores/professores buscam construir uma pedagogia que se fundamenta nas experiências de luta e de autogestão do trabalho e, ao mesmo tempo, procuram sistematizar essas experiências.

Além das disciplinas ministradas pelos trabalhadores da cooperativa (História do Movimento Operário, Problemática Social Contemporânea, Economia Social e Matemática), o currículo do Bachillerato Arbolito é composto por: Biologia, Física, Química, Filosofia,

Informática, Ciências Políticas, Educação Cívica, Sociologia, Inglês, História e geografia, Método Investigativo, Psicologia, Língua e Literatura e Comunicação. A maioria das disciplinas é ministrada por professores voluntários que se aproximaram do bachillerato através do vínculo que este estabelece com a UNQ (Universidad de Quilmes), a Red de Escuelas e a Mesa de Organizaciones Barriales de Wilde Este. As disciplinas conformam o currículo de ensino médio (secundária) com orientação em Economia Social e estão organizadas por quatro áreas do conhecimento (*Recursos Naturales y Educación para la Salud; Comunicación; Exactas, e Socioeconómica*). Tais áreas de conhecimento possuem um desenho curricular que abrange conteúdos permanentes, estratégicos e integrais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente seção, retomo algumas análises desenvolvidas nesta dissertação, que se propôs a discutir sentidos e elementos mobilizados por uma experiência de construção de práticas educativas para jovens e adultos a partir da autogestão do trabalho. Através da pesquisa realizada junto a trabalhadores da cooperativa *Unión Solidaria de los Trabajadores* (UST) e do *Bachillerato Popular Arbolito*, é possível afirmar que os trabalhadores da UST buscam inserir a organização do Bachillerato Popular Arbolito nas estratégias e nos sentidos experimentados pela autogestão do trabalho. Foram identificados, neste sentido, quatro aspectos: (1) o papel social da UST no Bairro San Lorenzo de Wilde (Argentina) construído por meio de trabalhos sociais desenvolvidos nesse bairro, (2) a importância do estabelecimento de relações políticas baseadas na solidariedade com sindicatos, partidos e organizações sociais, (3) a construção dos saberes próprios do trabalho associado e (4) a mobilização de uma cultura própria do trabalho associado que busca relacionar trabalho e educação.

Ao longo desta dissertação, percorremos alguns caminhos que auxiliaram na construção da presente reflexão sobre o objeto de estudo e que buscaram contextualizar e relacionar esse objeto com outras experiências históricas.

No primeiro caminho, vimos que as Empresas Recuperadas e os Bachilleratos Populares para Jóvenes y Adultos, ambos da Argentina, surgiram em um contexto de acumulação flexível do capital, implementação do neoliberalismo e desindustrialização, que, dentre outras consequências, desenvolveu um processo de deterioração da estrutura industrial argentina, de privatização dos serviços públicos, de aumento das desigualdades sociais, de precarização do trabalho e de expulsão de milhares de trabalhadores de seus postos de trabalho. Entretanto, nesse mesmo caminho percorrido, vimos o surgimento de resistências que, experimentando distintas formas de luta social (ocupação de fábricas, piquetes, bloqueio de estradas, entre outros métodos) e questionando as instituições políticas “tradicionais” (partidos, por exemplo), construíram alternativas populares à precarização das condições de vida dos trabalhadores argentinos. Foi o caso dos trabalhadores que perderam seu trabalho e o recuperaram através da luta pelo direito ao trabalho. Como desdobramento dessa luta, as empresas recuperadas tomaram para si os meios de produção e construíram cooperativas autogeridas pelos trabalhadores. Dessas cooperativas (e dos espaços recuperados por outros movimentos sociais) surgem problematizações quanto ao papel social da escola e criam-se

possibilidades educativas construídas sob a ótica do movimento. Possibilidades que se materializam, entre outras, na proposta dos Bachilleratos Populares para Jóvenes y Adultos, que, inseridos no campo da Educação Popular e da Educação para Jovens e Adultos (EJA), são tomados pelos atores envolvidos como *organizaciones sociales*.

A cooperativa UST e o Bachillerato Popular Arbolito se inserem no contexto descrito acima. Os trabalhadores da UST recuperaram seu trabalho após longas jornadas de luta e, em 09 de março de 2004, fundaram a cooperativa UST-CTA, atualmente autogerida por seus membros. A autogestão, além de experimentar a coletivização dos meios de produção, investe na comunidade San Lorenzo de Wilde (bairro popular onde a cooperativa se localiza), através do excedente da produção e do trabalho social dos cooperativados. Dentre esses investimentos sociais, está o Bachillerato Popular Arbolito, escola para jovens e adultos da comunidade, dentre eles os trabalhadores da UST. Alvarez descreve seis características desse Bachillerato:

(1) nace de una empresa que recupera el trabajo, (2) conforma un entramado con redes barriales (3) es un componente del área educativa de la UST, (4) el sujeto pedagógico y el sujeto educador definido como trabajadores-as (5) el diseño curricular es producto de la construcción colectiva, e (6) el modelo de gestión es participativo y basado en el cooperativismo y la autogestión.(ALVAREZ, 2012, p. 34.)

No segundo caminho percorrido, realizamos um exercício de reflexão sobre o conceito de autogestão. A partir da perspectiva adotada por autores como Tragtenberg (1986), Nascimento (2003), Sardá de Faria (2011), entre outros, que relaciona a prática da autogestão com a busca por transformações sociais, percebemos que essa experiência histórica quando tomada como *meio e fim das lutas* dos trabalhadores são embriões do socialismo que nascem do processo de luta de classes. (Tragtenberg, 1986). Sobre a relação entre a luta de classes e as experiências de auto-organização dos trabalhadores, utilizamos o conceito de classes de Errandonea. O autor conceitua as classes sociais a partir da categoria dominação, na tentativa de abranger tanto a exploração do trabalho, quanto os demais tipos de dominação (dominação político-burocrática, coação física e exclusão dos serviços e direitos).

No terceiro caminho, refletimos sobre a ideia de conselho (a partir das contribuições dos socialistas utópicos e dos sindicalistas revolucionários) e “percorremos” duas experiências históricas de autogestão/ auto-organização: os soviets russos e as coletividades vivenciadas durante a Guerra Civil Espanhola. Nesse trajeto, percebemos que essas duas experiências podem auxiliar nas atuais *práxis* de autogestão dos trabalhadores. A

problematização que buscamos realizar sobre soviets russos indica que a ideia de conselhos (e de auto-organização dos trabalhadores) se contradiz com a ditadura do proletariado, a centralização do poder e a burocracia estatal. Este último aspecto nos auxiliou na reflexão sobre a relação entre os Bachilleratos Populares com o Estado na Argentina. Já as coletivizações durante a Guerra Civil espanhola, em especial as que mantinham relações com o anarco-sindicalismo, sugerem a valorização da relação entre experiências de autogestão com a educação e a formação cultural, aspecto importante para a análise da construção do Bachillerato Popular Arbolito pela UST.

Por fim, o quarto caminho trilhou relações entre a autogestão do trabalho na cooperativa UST e a construção do Bachillerato Popular Arbolito. Percebemos que o Bachillerato, assim como outros trabalhos sociais desenvolvidos pela UST, compõe o ideal e o experimentado pela autogestão nessa cooperativa. A experiência de construção de escolas através da autogestão do trabalho parece relacionar-se com os princípios de *autonomia* e de *participação* dos trabalhadores. Esses princípios podem fundamentar movimentações que, ao questionarem os rumos das práticas educativas comprometidas com grupos dominantes, procuram construir relações socioeducativas por meio do protagonismo da classe trabalhadora. Entretanto, é importante considerar que as experiências de construção de alternativas populares, como a autogestão da UST e o Bachillerato Popular Arbolito, deparam-se cotidianamente com contradições e conflitos internos. Contradições estas que podem ser tomadas como desdobramentos da relação conflituosa entre o ideal (princípios) e as experiências historicamente situadas. Também é importante assinalar que, conforme os sindicalistas revolucionários, as diversas contradições que surgem das experiências de autogestão podem estar relacionadas tanto com a burocratização e partidarização do movimento social, quanto com táticas de centralização do poder.

Diante disso, para possíveis estudos sobre as relações entre a autogestão do trabalho e o Bachillerato Arbolito surgem interrogações em torno da forma na qual os princípios de *autonomia* e de *participação* dos trabalhadores são experimentados na construção do currículo escolar dessa escola para jovens e adultos. Também surgem, para possíveis estudos futuros sobre a relação entre autogestão do trabalho e educação (popular), interrogações a respeito da relação do Estado com experiências populares de autogestão que se mobilizam por meio dos ideais de *autonomia* e *participação*. Quais implicações e sentidos que permeiam a relação das experiências de autogestão com o Estado em um período de acumulação flexível do capital?

As considerações aqui assumidas procuram contribuir para o campo do trabalho e da educação, no que diz respeito a olhares atentos para mobilizações da classe trabalhadora que, além de buscar romper com as amarras do capitalismo e das estruturas de poder, procuram estabelecer sociabilidades, experiências e relações sociais na tentativa de construção de *embriões do socialismo* (Tragtenberg, 1986).

Para finalizar, é importante reconhecer os limites da presente pesquisa no que tange às dinâmicas curriculares e às práticas pedagógicas experimentadas por professores e estudantes do Bachillerato Popular Arbolito. Entretanto, também é importante salientar que, a partir desta experiência de pesquisa, interessantes caminhos foram abertos para possíveis investigações e atividades em parceria com a *Red de Educación y Economía Social y Solidaria*, o *Proyecto de Extensión “Trabajo Autogestionado”* da *Universidad de Quilmes* e, é claro, com a UST e o Bachillerato Popular Arbolito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, T. Educação Popular E O Centro De Formação Em Economia Solidária – Cfes/Sul. 36ª **Reunião Nacional da ANPEd** – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO

\_\_\_\_\_. **Educação e economia (popular) solidária**: mediações pedagógicas do trabalho associado na Associação dos Recicladores de Dois Irmãos, 1994-2006. Tese (doutorado) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007.

ALFIERI, E, J.P. NARDULLI e ZACCARDI, R. Militancia y educación popular: la experiencia de militancia barrial de la izquierda peronista en los setenta. In: ELIZALDE, Roberto e AMPUDIA, Marina, **Movimientos sociales y educación. Teoría e historia de la educación popular en Argentina y América Latina**. Buenos Aires: Ediciones Buenos libros, 2008.

ALVAREZ, C. **Aprendizajes socioeconómicos en Educación de Adultos. La experiencia del Bachillerato Popular Arbolito de la UST**. Tesis (Maestría en Economía Social ICO-UNGS). Universidad Nacional de Quilmes, Quilmes (Provincia de Buenos Aires), 2012.

AMPUDIA, M. Movimientos sociales y Educación Popular: Reflexiones sobre la experiencia educativa de los Bachilleratos Populares. **Osera- Observatorio social sobre empresas recuperadas autogestionadas**, v? ? p. 1-15, 1º semestre de 2012.

\_\_\_\_\_. El sujeto de la educación para jóvenes-adultos. Una mirada desde la territorialización y desterritorialización de la periferia. In: ELIZALDE, R.; AMPUDIA, M. **Movimientos sociales y educación**. Buenos Aires: Ediciones Buenos Libros, 2008.

\_\_\_\_\_. Movimientos sociales, sujetos y territorio de la Educación Popular en la Argentina, 2001-2006. In: ELIZALDE, R. (Org.). **Trabajadores y educación en la Argentina: de las estrategias sindicales a la acción de los movimientos sociales**. Buenos Aires: Ediciones Buenos Libros, 2011.

ARROYO, M.G. Pedagogias em Movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, p.28-49, Jan-Jun 2003.

BAKUNIN, M. A. **Textos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

\_\_\_\_\_. **Deus e o Estado**. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, Nu-Sol, SOMA, 2000.

\_\_\_\_\_. **Estatismo e anarquia**. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, Nu-Sol, SOMA, 2003.

BLANCO, L.S. El anarcofeminismo en España: las propuestas de Mujeres Libres para conseguir la igualdad de géneros. **Foro de Educación**, v. 5, n. 9, p. 229-238, 2007.

BRANDÃO, C. **O que é Educação Popular?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

CALDART, R.S. A pedagogia da luta pela terra: o movimento social como princípio educativo. **Texto produzido para a 23ª Reunião Anual da Anped**, GT Trabalho, Movimentos Sociais e Educação, Caxambu, 2000.

CÓRDOBA, M. “Abriendo escuelas para luchar...” Reflexiones sobre experiencias político pedagógicas de organizaciones sociales. **Boletín de Antropología y Educación**, n. 02. Julio, 2011.

CORRÊA, F. A Lógica do Estado em Bakunin. **Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA)**: 2014.

\_\_\_\_\_. **Rediscutindo o anarquismo**: uma abordagem teórica. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política). Escola de Artes, Ciências e Humanidades, USP: São Paulo, 2012.

CORRÊA, F. Anarquismo e sindicalismo revolucionário: Uma resenha crítica do livro de Edilene Toledo, a partir das visões de Michael Schmidt, Lucien van der Walt e Alexandre Samis. **Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA)**: 2010.

COSTA, A. P.. **A história dos direitos trabalhistas vista a partir de baixo**: a luta por direitos (e leis) dos trabalhadores em hotéis, restaurantes, cafés e bares no Rio de Janeiro da 1ª República (DF, 1917-18). Dissertação (Mestrado em Curso de Pós-Graduação em Direito), UFSC, Brasil, 2013.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: \_\_\_\_\_.(Org.). **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DUPONT, C. Um Novo Sistema Educacional durante a Revolução Espanhola. **Revista Educação Libertária** nº 1, p.49-61 São Paulo: Editora Imaginário, 2006

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C.. Etnografia: saberes e práticas. **Revista Iluminuras**, v.9, n.21, 2008.

EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA. São Paulo: Editora Imaginário, nº1, 3º quadrimestre de 2006.

ELISALDE, R. Movimientos sociales y educación: bachilleratos Populares em Empresas recuperadas y organizaciones sociales. In: \_\_\_\_\_.; AMPUDIA, M. (Orgs). **Movimientos sociales y educación**: teoria e historia de la educación popular en Argentina y América Latina. Buenos Aires: Ediciones Buenos Libros, 2008.

ERRANDONEA, Alfredo. **Sociologia de la Dominación**. Montevideo/Buenos Aires: Nordan/Tupac, 1989. (Trecho Traduzido e revisado por Bruno Domingos Azevedo e Felipe Corrêa). Disponível em: <http://ithanarquista.wordpress.com/2014/09/04/alfredo-errandonea-dominacao-e-classes-sociais/>



FAJN, G. Empresas recuperadas. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Orgs.). **Dicionário Internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

FARIA, M. S. **Autogestão, cooperativa, economia solidária**: avatares do trabalho e do capital. Florianópolis: UFSC, 2011.

FERNANDEZ, A. M. Brukman: de las estrategias de supervivencia a la autogestión. In: \_\_\_\_\_ . **Política y subjetividad**: Asambleas barriales y fábricas recuperadas. Buenos Aires, Ed. Tinta Limón, 2006

FERRAZ, D. L. S.; DIAS, P. Discutindo Autogestão: um diálogo entre os pensamentos clássicos e contemporâneos e as influências nas práticas autogestionárias da economia popular solidária. **Organizações & Sociedade**, v. 15, p. 99-117, 2008.

FISCHER, M. C. B. ; TIRIBA, L. De olho no conhecimento encarnado sobre trabalho associado e autogestão. **Revista Educação Unisinos**, v. 13, p. 201-210, 2009.

\_\_\_\_\_.(Coord.). O trabalho associado e autogestionário na Educação de Jovens e Adultos (Material Pedagógico). **Cadernos EjaEcosol**. Niterói, RJ: Incubadora de Empreendimentos da Economia Solidária (IEES)/ UFF, 2012.

FRIGOTTO, G. Educação e trabalho: Bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva (Florianópolis)**, Florianópolis, v. 19, 2001.

GALLO, S. **Pedagogia Libertária**: anarquistas, anarquismos e educação. São Paulo/Manaus: Imaginário/Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

\_\_\_\_\_. Ferrer e a Pedagogia Racional: um balanço cem anos depois... **Revista Educação Libertária** nº 1 – , p.49-61 São Paulo: Editora Imaginário, 2006.

GARCÍA MORIYÓN, F. **Senderos de libertad**: los anarquistas en los movimientos sociales. Utopia Libertária: 2009.

GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LA ROCCA, M. Las prácticas de la cultura y educación popular: la lucha por la ocupación de espacios sociales. In: ELISALDE, R. (Org.). **Trabajadores y educación en la Argentina**: de las estrategias sindicales a la acción de los movimientos sociales. Buenos Aires: Ediciones Buenos Libros, 2011.

LEVAL, G. **Bakunin, fundador do sindicalismo revolucionário**. São Paulo: Editora Imaginário, 2007.

MOTTA, F. C. P.. Alguns Precusores do Participacionismo. In: VENOSA, R. (Org.). **Participação e participações**: ensaios sobre autogestão. São Paulo: Babel Cultural, 1987.

MORAIS, S. C. (Re)Discutindo a ação do estado na formulação e implementação das políticas educacionais. **Revista Educação PUCRS**, vol. 32, No 2, 2009.

MINTZ, F. **La autogestión en la España revolucionaria**. Madrid: La Piqueta, 1977.

\_\_\_\_\_. **Autogestión y anarcosindicalismo en la España revolucionaria**. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2008.

MISOCZKY, M.; SILVA, J.; FLORES, R. Autogestão e Práticas Organizacionais Horizontalizadas: Amplificando sinais. **Encontro Nacional de Estudos Organizacionais ENEO V**, 2008. Anais... Belo Horizonte: Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Administração, 2008.

NASCIMENTO, C. **As Lutas Operárias Autônomas e Autogestionárias**. Rio de Janeiro: Cedac, 1986.

\_\_\_\_\_. O socialismo autogestionário . In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

\_\_\_\_\_. Autogestão: Economia Solidária e Utopia. **Revista Outra Economia**, v. II , Nº 3 - 2º semestre, 2008.

\_\_\_\_\_. Poder Autogestionário e Comunal na América Latina. **Revista Massa Crítica**, nº 56, 2011.

\_\_\_\_\_. **Princípios da autogestão comunal**, 2011-2013. Acessado em 7 de junho de 2014 em [claudioautogestao.com.br](http://claudioautogestao.com.br).

\_\_\_\_\_. **Anarquismo e Autogestão em “Nuestra America”**, 2013. Acessado em 5 de abril de 2014 em [claudioautogestao.com.br](http://claudioautogestao.com.br).

\_\_\_\_\_. Experimentação autogestionária: autogestão da pedagogia/ pedagogia da autogestão. In: BATISTA, E.L.; NOVAES, H. (Org.). **Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI**. 2 ed. Bauru, SP: Canal 6, 2013.

NOVAES, Henrique T. A autogestão como magnífica escola: notas sobre educação no trabalho associado. In: BATISTA, E.L.; NOVAES, H. (Orgs.). **Trabalho, educação e social: as contradições do capital no século XXI**. Bauru, SP: Canal 6, 2013.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo**. 2.ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

PAPALARDO, M.M.; SFICH, V. M.; ALVAREZ, C. Fábricas recuperadas: Territorio y crisis. **VII Jornadas de Investigación del Centro de Investigaciones Geográficas y del Departamento de Geografía**, La Plata: 2005.

PEREYRA, K. Pedagogía del trabajo autogestionado. Un vínculo educación-trabajo emergente. In: ELISALDE, R. (Org.). **Trabajadores y educación en la Argentina: de las estrategias sindicales a la acción de los movimientos sociales**. Buenos Aires: Buenos Libros, 2011.

Programa Facultad Abierta - Filosofía y Letras – UBA. Historia de la Autogestión. **Revista Autogestión XXI: debates urgentes para otra economía.** Año 1 Número 1 - Octubre 2012.

ROCKER, R. **Os soviets traídos pelos bolcheviques.** Org. e trad. de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Hedra, 2007.

ROCKWELL, E. La experiencia etnográfica: historia y cultura en los procesos educativos. 1° ed. Buenos Aires: Paidós, 2011.

RUGGERI, A. **Las empresas recuperadas en la Argentina, 2010: informe del tercer relevamiento del Programa Facultad Abierta.** 1° Ed. Buenos Aires: Cooperativa Chilavert Artes Gráficas, 2011.

RUGGERI, A.. Autogestión y Economía Social. Conceptos en disputa. **Revista Autogestión XXI: debates urgentes para otra economía.** Año 1 Número 1 - Octubre 2012.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e uso de si. **Revista Pró-Posições: Faculdade de Educação,** Unicamp, Campinas, v. 1, n. 5 (32), p. 34-50, jul. 2000.

SVERDLICK, I.; COSTAS, P.. Bachilleratos populares en empresas recuperadas y organizaciones sociales en Buenos Aires – Argentina. In: SVERDLICK, I.; GENTILI, P. (Org.). **Movimientos sociales y derecho a la educación: cuatro estudios.** Buenos Aires: Fund. Laboratorio de Políticas Públicas, 2008.

\_\_\_\_\_. Bachilleratos populares em empresas recuperadas y organizaciones sociales em Buenos Aires – Argentina. In: SVERDLICK, I.; GENTILI, P. **Movimientos sociales y derecho a la educación: cuatro estudios.** Buenos Aires: Fund. Laboratorio de Políticas Públicas, 2008.

\_\_\_\_\_. Las luchas de los movimientos y organizaciones sociales por el derecho a la educación en América Latina. In: SVERDLICK, I.; GENTILI, P. **Movimientos sociales y derecho a la educación: cuatro estudios.** Buenos Aires: Fund. Laboratorio de Políticas Públicas, 2008.

\_\_\_\_\_. **La actuación de los movimientos y organizaciones sociales: Bachilleratos Populares en Empresas Recuperadas y Organizaciones Sociales en Buenos Aires, Argentina.** Buenos Aires: Laboratorio Políticas Públicas, 2007.

STRECK, D. e ADAMS, T. Lugares da participação e formação da cidadania. Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2006

TIRIBA, L. Cultura do Trabalho, Autogestão e Formação de Trabalhadores Associados na Produção: questões de pesquisa. **Revista Perspectiva** (UFSC), Florianópolis, v. 26, n.1, p. 69-94, 2008.

\_\_\_\_\_. Cultura do trabalho, produção associada e produção de saberes. **Revista Educação Unisinos,** São Leopoldo, v. 10, n.2, p. 116-122, 2006.

\_\_\_\_\_. Trabalho e educação na Guerra Civil Espanhola: cenas madrilenas sobre conselhos operários e coletivização da produção. *Revista Histedbr On-line*, 2006 2:180-200. Disponível em: [www.histedbr.fae.unicamp.br](http://www.histedbr.fae.unicamp.br).

\_\_\_\_\_.; FISCHER, M. C. B.. Produção associada e autogestão. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 1 ed. Rio de Janeiro; São Paulo, 2012.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. v.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

TRAGTENBERG, M. **Reflexões sobre o socialismo**. São Paulo: Moderna, 1986

\_\_\_\_\_. Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha (1936/1939). In: VENOSA, R. (Org.). **Participação e participações: ensaios sobre autogestão**. São Paulo: Babel Cultural, 1987.

\_\_\_\_\_. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

TRINDADE, A. C. **Movimentos sociais e a luta pelo público na educação: escolas itinerantes no Brasil e bacharelados populares na Argentina**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

VIANINI, F. **A Trajetória Econômica da Argentina: 1989-2007**. Dissertação (Mestrado em História – Poder, Mercado e Trabalho). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

WEBER, F. **Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

WIRTH, I., FRAGA, L. e NOVAES, H., Educação, trabalho e autogestão: limites e possibilidades da economia solidária. In: BATISTA, E. e NOVAES, H. (Org.) **Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI**. Bauru, SP: Canal 6, 2011.

ZIBECHI, R. Os movimentos sociais latino-americanos: tendências e desafios; ALGRANATI, C. Lutas sociais e “neoliberalismo de guerra” na América Latina. LEHER, R.; SETÚBAL, M. (Orgs.). **Pensamento Crítico de movimentos sociais: diálogos para uma práxis**. SP: Cortez, 2005.

ZITKOSKI, J. Educação popular e movimentos sociais na América Latina. Reunião Nacional da ANPED – 2010.

# **ANEXOS**

## ANEXO I

### **Entrevista Mario Barrios – 30/4/13<sup>96</sup>**

#### **Localizar a fala**

#### **¿Porque crearan los bachilleratos populares acá en la cooperativa?**

Los Bachilleratos populares se crearon porque nosotros desde cuando empezamos a quedarnos sin trabajo lo que hicimos fue una asamblea grande para contar a los compañeros que nos estaba pasando y bueno, que había que ver como aprendíamos una nueva metodología. Entonces lo que nos planteamos fue distintas estrategias, una de las estrategias era la formación, entonces la educación. Entonces decimos, todos que no han terminado la primaria, se hizo una escuela primaria en la obra, en la empresa para que terminen la primaria. Y todos que no habían terminado la secundaria, a ver como podíamos terminar la secundaria. Y todos que podían terminar un terciario, a ver cómo podían terminaban un terciario. Y bueno, la idea era presentarnos, si nos quedarnos sin trabajo, con una mano de obra calificada, porque sabíamos saber el trabajo, pero además educados, con un nivel de educación por lo menos que todos habíamos terminado la primaria. y en el medio nos agarró el conflicto y no podíamos terminarlo. Entonces eso nos hizo ver que había muchos compañeros nuestros que no habían terminado ni la primaria. Entonces nosotros as veces les pedíamos esfuerzo para analizar la situación, de poder tratar de analizar problemas puntuales y como lo desarrollaba, lo desatábamos y le estábamos pidiendo un esfuerzo muy grande a los compañeros que ni siquiera habían podido terminar la primaria. Entonces cuando recuperamos el trabajo, nos dimos cuenta que había que recuperar la cultura del trabajo, porque había sido muchos años de una educación que también había idiotizado, como que había servido al sistema y que nosotros habíamos sido producto de esa educación, que había que disputar una nueva forma de trabajo, pero también una nueva forma de educar. Eso fue básicamente por lo que nosotros empezamos. Lo que hablamos era que no era que replicar una escuela primaria y una escuela secundaria de la misma forma, del mismo tipo, sino que había que hacer una escuela que fuera cuestionadora, que pudiese formar sujetos críticos de la realidad y sujetos que después se cuestionara esa realidad y se comprometerá a transfórmala. La educación tenía que llevar ese sello, que no lo tenía o que no lo tiene la educación tradicional, no? Por eso, nos parecía que el éxito de nuestro trabajo estaba relacionado íntimamente a la capacidad intelectual de

---

<sup>96</sup> Presidente de la cooperativa UST y docente del Bachillerato Popular Arbolito

desarrollo que pudiéramos hacer desde lo cultural y que la educación era una herramienta liberadora y que había que utilizar esa herramienta. No era lo mismo ir a la escuela tradicional que fundar escuelas propias.

**¿Y alguien los ayudo a formar esa escuela que ustedes querían?**

Si, nosotros nos apoyamos en docentes que tenían algunos principios de lo que nosotros empezamos a vislumbrar como una cosa nueva, que era la educación popular, empezamos a investigar en eso y nos encontramos que habían habido experiencias de educación popular de vieja data, no era que era una novedad, sino que para nosotros era una novedad, pero que había habido intentos de otro tipo de educación acá en Argentina concretamente en 68, 70, 73, 75, después quedo frustrada con el golpe de Estado. Pero hubo experiencias muy ricas de educación popular. Entonces eso nos animó a criarla. Y nos apoyábamos en docentes que tenían una formación o una visión de la educación popular, inclusive estando dentro de la educación formal. No es que nosotros descartamos la educación formal, los educadores tienen técnicas de enseñanza, que no surgen de cualquiera, uno puede enseñar con sus saberes un montón de cosas, pero también hay que tener una técnica pedagógica. Entonces por eso nos apoyamos en muchos docentes que tienen una orientación o una visión parecida a la nuestra. Y vamos discutiendo propuestas y cosas.

**¿Y con la CEIP ustedes no tuvieron relación?**

Si, la CEIP, ellos fueron generadores también de varios de los bachilleratos populares. Con lo que compartimos en el encuentro en Foz y además. Me llamo Roberto, que es uno de los directores de la CEIP, para decirme que se incorporan a la CTA. Si, como que estamos transitando caminos muy parecido. Y si nosotros nos apoyamos con gente de la CEIT y participábamos de las reuniones cuando empezamos a conformar nuestro bachillerato.

**¿Hablaste de formar una nueva persona, un sujeto nuevo. Que la idea de ustedes es formar un sujeto nuevo en la cooperativa. ¿Ese sujeto tiene que ver con la educación popular, no?**

Totalmente, nosotros decimos en las asambleas permanentemente que no hay una transformación mágica de las cosas. Que lo que tiene que transformarse es el sujeto, la persona. Nosotros creemos que el sistema y la educación tradicional prepara sujetos que sean más dóciles, de poder entender de que el sistema es de determinada forma, que hay cosas que pasan porque esta establecido así, como que hay reglas de convivencia, reglas de trabajo,

reglas de educación, reglas de vida,... y nosotros decimos que somos un poco transgresores de esas reglas, porque entendemos que la educación tiene que ser liberadora del hombre.

**¿Qué te parece que hay el trabajo, el laburo? Porque hay muchas definiciones...**

Yo creo que el trabajo... porque muchos tienen la visión somete y te esclaviza o te somete a yugo. Cada uno tiene una opinión valiosa o valedera. Para mí el trabajo es organizador de una sociedad, cuando siente que es útil, por supuesto que no el trabajo explotado, el trabajo esclavo. Todo que uno ve, todo que uno todo, sino no lo hace la naturaleza, lo hace el hombre, no como una cuestión de género, sino en su conjunto, como humanidad. Que cosas no hace la gente, con sus manos? Son transformadores de cosas, yo creo que el trabajo es eso, es la posibilidad de transformar en bienestar las cosas, los objetos y para darnos bienestar. Lo que pasa es que el trabajo si lo tomas desde el punto de vista de la explotación capitalista es para que alguien viva mejor a costa de los explotados. Ahora, el trabajo es para mí es organizador de la sociedad. Nosotros vemos en nuestro barrio, un barrio muy pobre, que carecen de trabajo y en un sistema como ese lo que hace te expulsa hasta de la propia sociedad. El capital cada vez te oprime más. Si nosotros pudiéramos organizar el trabajo cambiando la matriz distributiva y productiva...

**¿Te parece que hay un saber propio del trabajo? O sea, que se origina en el trabajo?**

Yo creo que sí. Lo que uno aprende en la convivencia cotidiana, en la fábrica, en el trabajo, en el campo, en cada una de las actividades que tiene que ver con otro, que nos juntamos, es un aprendizaje irreplicable. Cuando uno habla con alguien que ya no trabaja, porque está jubilado o porque dejó de trabajar en una fábrica con eso que se fue terminando el trabajo como uno lo tenía concebido hace unos años, se le llenan los ojos de lágrimas. Un trabajador cuando dice: Yo me acuerdo que en fábrica que nosotros hacíamos y compartíamos y cocinábamos. Como que el trabajo purifica y es generador de conductas, generador de amistad, generador de sociedad y de comunidad.

**¿Trabajar por medio de la autogestión no es tarea fácil, no?**

Nosotros tenemos muchísimas dificultades para gestionar, para entender. La diferencia tiene que ver con la comprensión que tenemos de compañero a compañero. Si nosotros tuviéramos en una empresa multinacional, como Techin, capitalista, que su objetivo es ganar, tener ganancia, no tiene la paciencia que lo tenemos nosotros, como trabajadores. Nosotros



podemos tener diferencias, discutir, pelearnos, pero tenemos objetivos comunes. Entonces eso diferencia, básicamente, la concepción de para qué el trabajo.

**¿Cuál es el papel de la educación en esa tarea de construir la autogestión? Te parece que hay un papel de la educación en eso?**

Si, totalmente. Así como en su momento la educación sirvió para educar en el capitalismo, la educación puede educar para la liberación. No tengo dudas. Lo que pasa es un cambio de paradigmas, un cambio de concepto. Como conseguimos una sociedad... La educación tiene un rol fundamental, no solamente en la clase trabajadora sino en la sociedad toda.

**¿Cómo ustedes llevan el conocimiento adquirido en el trabajo para la escuela? ¿Hay una relación entre ese conocimiento que se aprende acá en la fábrica para el bachillerato o para otras formas de formación que ustedes tienen?**

Nosotros tenemos la particularidad que tres trabajadores, al menos, estamos dando clases en el bachillerato. Damos clases sobre “Análisis de la Realidad Contemporánea” y de “Historia del Movimiento Obrero” y lo que hacemos es trasladar hechos históricos del movimiento obrero a hechos actuales para poder hacer entender y analizar una lucha permanente de forma de ver la cosa, de concepciones ideológicas: *que es un trabajador?, que es el capital?Cuál es el rol del trabajador en el capitalismo? Cual el rol del capitalismo con el trabajador?* Hacemos dar cuenta que nosotros por ahí hoy, ahora que viene mañana el 1° de mayo, estamos evocando luchas que hacen ciento y pico de años, peleábamos por las ocho horas, y hoy todavía se sigue peleando por las ocho horas. O sea, que hay una lucha de la clase permanente en cuanto a liberarse del yugo capitalista. Las relaciones de poder mostrarles que nosotros desde el trabajo también podemos enseñar nuestros saberes y aprender de otros docentes y de otros alumnos. Compartimos saberes, no es que nosotros vamos a enseñarles como si fuera un maestro ciruela, que se pare y les dice como es la vida. Sino que compartimos saberes desde la óptica de los trabajadores y nos dan devoluciones como para poder ayudarnos a entender desde la óptica de la educación y de los estudiantes.

**¿Cuáles son los mecanismos que ustedes utilizan para la autogestión?**

Hablar mucho con los compañeros, poder darnos cuenta de generar muchas místicas, muchos sentidos de pertenencia. Y después la forma de organizarnos, nosotros decimos que no somos los patrones, hacemos una asamblea, informamos que cosas vamos hacer y en asamblea se toma las decisiones más importantes, aunque uno después en la gestión a veces está

permanentemente tomando decisiones. Hay quienes tenemos la responsabilidad de tomar decisiones todos los días y a cada rato. Pero las decisiones importantes, las líneas, los trazos generales, los discutimos en asamblea, todos opinamos. Yo soy el presidente de la cooperativa, pero no cobro más que mis compañeros que limpian el baño o que están en el campo. Y bueno cuando yo vaya, el que venga va a hacer igual. La forma organizativa es asamblearia, de consensuar cosas y la tolerancia... muchas veces discutimos fuerte, pero hay tolerancia como para saber que independiente de las opiniones, de los puntos de vista y demás, tenemos que seguir juntos, tenemos que trabajar y planificar entre todos. Que nadie tiene claro lo cómo, que no es un bizcochuelo, que todos los días estamos aprendiendo. Ojala fuera un bizcochuelo, que uno sabe que le pone tanto de harina, tanto de leche, tanto de huevo y sale la torta. No es así. Nos aclaramos al camino entre todos, día a día, discutiendo, equivocándonos, aprendiendo. As veces unos son impacientes y dicen “hasta cuando tenemos que hablar”, yo les digo “toda la vida”, cuando asumen esa responsabilidad de auto gestionar está quebrado y construyendo a contra a pelo de lo que aprendió y de lo que es el sistema.

## ANEXO II

### **Entrevista con Marcelo Barrios - realizada no pátio da casa de Chavela – 1/2/14**

#### **Función ocupada no Bachillerato:**

Yo en el Bachi soy preceptor. Yo terminé en 3 año en el 2012. Mi función es ser preceptor, todo lo que implica ser preceptor, todo, administrativo, control. En realidad no se puede, así es más difícil.

#### **P: Más difícil? Si quieres lo apago?**

M: No, porque después va tener que tomar nota.

**P: Yo puedo tomar nota, si quieres. Como quieras vos, sos quien va elegir como vamos hacer. Lo que más me importa es que vos estés cómodo y que puedas hablar lo que sientes.**

M: Seguro...

#### **P: Bueno... Que es ser preceptor?**

M: Ser preceptor implica tomar lista, estar en el acompañamiento de los alumnos, llevar todo lo que es contable, todo lo que es administrativo, todo lo papelerío. Eso es la base del preceptor.

#### **P: Y en la Cooperativa.**

M: Yo en la cooperativa soy pañolero, ya hace como 4 años. Yo tengo como 8 años en la cooperativa y ya hace como 4 años que estoy en el pañol. Ya he pasado por un montón de sectores: todo lo que es corte de pasto, tuve manejando una motoniveladora. Hoy estoy a cargo de la compra comunitaria que ya hace como 3 años que la estamos haciendo.

#### **P: Y en el Bachi no te pagan?**

M: No, yo no cobro suelto, en realidad ninguno de los profesores cobran suelto. Siempre se estuvo haciendo lo que es el trámite para que un profesor pueda cobrar. Pero desgraciadamente todavía no lo pudimos hacer. Ya hace como 6 años que esta el Bachillerato y no se pudo lograr.

#### **P: yo te quería preguntar si hay algún tipo de conocimiento, de práctica o de costumbre que vos llevas de la cooperativa para el Bachillerato?**

M: De conocimiento es el compromiso, mayormente. Tienes que ser comprometido tanto en el laburo como en el bachillerato. Otra no nos queda. No hay otro secreto. Uno tiene que manejarse como se maneja en la vida misma.

#### **P: El compromiso con la cooperativa decís?**

M: con la cooperativa, con el Bachillerato, con todo. Si uno no es comprometido, hasta con su vida misma tiene que ser comprometido.

**P: Claro, pero laburar en una empresa autogestionada, como hablamos ayer, no es lo mismo que trabajar en una empresa privada, no?**

M: No

**P: Y hay un montón de cosas que uno aprende en ese trabajo autogestionado que antes no tenía la oportunidad de aprender. Hay algo que vos aprendiste en la cooperativa sobre la autogestión, de la lucha que pudiste pasar para en Bachi?**

M: Si. Mayormente lo que uno aprende en una empresa recuperada es el compañerismo. Que en el sistema capitalista te hace muy individual. El compañerismo, el ayudar el otro, el ver hacia el otro la necesidades que tienen. En el sistema capitalista sos muy individualista, sos vos y no te importa nada más. Si te puedo pasar por arriba para poder ascender, mejor. Nosotros en la cooperativa eso no pasa, la endivia hacia el otro.

**P: Así que el tu trabajo como preceptor vos intenta llevar ese conocimiento del compañerismo?**

M: Si. La idea de los alumnos y desde la dirección es que se ayuden entre todos. No es que el que sabe más, está siempre por encima de todos. El que sabe más que les dé un apoyo a los compañeros. La idea es que Si vos sabes más de matemática, que no te quedes con lo que vos sabes. Para vos también te va servir de que vos les dé una mano a los compañeros. Esa es la base, no es que sabe es el profesor y los demás no saben. En el colegio tradicional lo quien sabe es el profesor y los demás no cuentan.

**P: Y vos ayudas a los alumnos?**

M: Si. Mayormente sí. As veces ayudo en dejar unos trabajos prácticos. El profesor me deja unos trabajos prácticos y nosotros vamos y hacemos que lo hagan. Estar ahí para que ellos cumplan con ese compromiso de entregar trabajo para después el profesor tenga su nota.

**P: Y cómo funciona la autogestión en el Bachillerato? Es una escuela autogestionada?**

M: Hoy por el momento no. Lo único que lo sostiene es la cooperativa. La idea es que el bachillerato se pueda autogestionar solo. Hay que buscar la manera como. Lo que hablábamos ayer... Hay que buscar cómo, no sé, si haciendo rifa, lo que se ocurra, o lo que diga la dirección y la cooperativa de cómo se puede autogestionar. Pelo menos hasta de se inició hasta ahora no se pudo lograr.

**P: Si. Y me contaste que hubo algunos problemas, no?**

M: Si, administrativos más que nada. Estuvimos dos etapas donde habían gente que estaban a cargo del Bachillerato que lo único que querían era si bien lo político sino también lo

personal, que ellos eran que manejaban el bachillerato y que desde ahí ellos decían que la cooperativa no tenía nada que ver con respecto de lo que es el bachillerato. La idea de que el bachillerato y la cooperativa es lo mismo, no están separados. Gracias a la cooperativa, es el bachillerato. Y la otra etapa que tuvimos es que también tuvimos un direccionado que se tiraba más a lo político, como quien dice, al partidario, a la política partidaria. Y ellos lo que hicieran fue armar un grupo de profesores que cuando la cooperativa decidió que no estaban dentro de lo que implica la organización se trató de ver como se aguantaba, hasta que un punto no se pudo aguantar mas y lo hubo que correrla.

**P: Claro. Pero no si puede tener diferencias políticas?**

M: Si puede tener, pero siempre cuando vos sostenga el proyecto. Todos pensamos distinto, pero no podemos hacer cosas distintas en una organización que ya tiene un sistema, una manera de estar, de ser. Desde entonces se decidió correr a los...

**P: Ellos no estaban a favor del proyecto?**

M: Claro. No estaban a favor. Ellos estaban más en lo personal y lo partidario. Solo quería acceder ellos y ser ellos.

**P: Hay un proyecto político de la cooperativa?**

M: Si, hay un proyecto. Bueno, eso bien bien te tendría que explicar Mario. El proyecto hoy por hoy es sostener a la cooperativa, ayudar el barrio, ayudar a los vecinos que hicieran que se pueda recuperar el trabajo en 2002, 2003.

**P: Y ellos estaban en contra ese proyecto?**

M: ellos estaban en contra sino del proyecto, sino del ideal, de la manera de pensar. Ellos pensaban en quedarse con el Bachillerato. Ellos querían quedarse con el bachillerato, con el grupo de profesores. Bueno, la cooperativa nos fuimos dando cuenta de a poco, decidimos hacer una reunión con ellos y se decidió correrlos, porque no le sirve el proyecto de la cooperativa y de la organización.

**P: Sabes el partido que ellos representaban?**

M: Hoy por hoy es el oficialismo, el **Kirchnerismo**. Recién empezaban.

**P: Ellos tienen muchos bachilleratos, no?**

M: Tienen muchos bachilleratos, tienen lo que dicen Fines, que va una, dos veces por semana.

**P: Como ustedes manejaban el proyecto pedagógico del Bachi?**

M: Se pidió el cronograma del bachillerato de adultos. Desde el ministerio de educación ellos bajarán y todo lo que requiere para poder tener el bachillerato. Como esta en lo legal. Los bachilleratos requieren ciertos requisitos que nosotros tenemos que tener, como todos.

**P: O sea, no crearan muchas cosas distinta?**

M: No, nosotros seguimos el bachillerato estructurado que ellos te dan. Nosotros vamos a lo que le sirve a la gente y a la cooperativa. Ellos te dan un cronograma que vos te anotas depende para que, tenés un montón de materia y en base a eso lo vos podés dar en el bachillerato.

**P: Pero la manera de funcionar de la escuela?**

M: Normal. Nosotros debemos el horario, el papelerio, normal.

**P: Normal decís que es...**

M: como cualquier otro bachillerato de adulto. El horario es 18 hasta 22 horas y nosotros decidimos que como la gente trabaja y viene cansada que sea hasta 21h.

**P: Entonces hubo..**

M: Un cambio

**P: Una cierta autonomía?**

M: Claro, si.

**P: Hay algún mecanismo que los profesores, los estudiantes que ellos elijan algo de la escuela, o sea, elijan las materias, los horarios?**

M: eso hay reunión de profesores que ellos van viendo que materia van a dar ese año, que no...

**P: Los profesores?**

M: los profesores y la administración de la cooperativa.

**P: Los alumnos?**

M: Si. Una vez que ya arranca el bachillerato si. Se arma delegados, ellos deciden que van hacer, como se va a manejar en el año, armar una cooperadora, ellos organizan como se hace la cooperadora, cuando, quien les integra...

**P: Ellos hacen una cooperadora?**

M: La idea es hacer la cooperadora hace un montón. Si vos tenés una cooperadora si puede autoabastecer el Bachi, mientras tanto no.

**P: Todavía no se hizo la cooperadora?**

M: No, siempre está. Pero también eso lleva un proceso.

**P: Y los alumnos están intentando hacer la cooperadora?**

M: dedicarse ellos a eso, hablar con la dirección y ver lo que hacer falta, ir y comprar.

**P: Cuales son los cambios que vos sentistes en laburar en una empresa autogestionada?**

M: La empresa recuperada es una empresa que ya funcionava y que sus trabajadores decidieran recuperar la fuente de trabajo. Y en una cooperativa donde se juntan cinco porque

el estatuto necesitan ser cinco. Juntan cualquiera que no se conocen y pueden armar una cooperativa, que no es lo mismo que una empresa recuperada.

**P: Si, porque en una empresa recuperada hay todo un proceso de lucha...**

M: Claro. Y eso es lo que hizo la cooperativa UST, es el proceso, el proceso de quedarse sin trabajo y quedarse cruzados los brazos a recuperar el trabajo y seguir laburando.

**P: Y en ese proceso de lucha el barrio participo un montón. Así que ustedes se responsabilizaran por hacer cosas...**

M: Darle una mano al barrio, en todo lo que necesita el barrio la cooperativa UST está. La idea siempre fue esa.

**P: Y el bachi está ...**

M: El bachi está adentro de lo que necesitaba el barrio. El barrio necesitaba una escuela de adultos, para que los pibes no estén en la calle. Por eso se fundó el bachillerato, la cooperativa decidio. Eso también estaba no momento que ellos recuperaran el trabajo, como devolvían al barrio la mano que ellos te dieran cuando quedaran sin laburo.

## ANEXO III

### Entrevista a Juan Jose Vera

1. *Quantos trabalhadores eram antes e quantos são agora?* 35-80.
2. *Quais são as atividades sociais que os trabalhadores devem cumprir?* Em lo que se hace em la cooperativa. Los trabajadores entran em la cooperativa por etapa por cumprir.
3. *Qual objetivo tem esse trabalho social no bairro?* Tener un barrio mas organizado y que tenga todo lo que debe tener un barrio. Mejorar. Trabajo, salud, educación, deporte: que incluya todo. Un mejor vivir para todos. A partir de eso mejorar no solo el barrio, pero cambiar el sistema.

Como comunicarle a los mismos compañeros los problemas que tenemos? Que no toman consciencia. Como hacerles entender que es parte de un todo lo que hicimos. Uno tiene que ir cambiando como persona y ayudar a los demás. Ayudando a otras cooperativas. La historia la hacemos todos los días, mas con eso de la cooperativa... eso te pasa una vez en la vida. Yo a mis hijos voy a poder decir que la pelee por el trabajo.



## ANEXO IV

### Entrevista a Gustavo Cervantes - 5/2/14

**P: Vos empezaste a laburar acá después de la recuperación de la empresa, no? Como fue tu entrada?**

G: empeze a trabajar en 2003 en el corte de pasto.

**P: como fue tu cambio para el sector de tesorero?**

G: Antes estaba una contadora, como ella se fue y como yo ya había trabajado en oficina. Trabaje en un laboratorio y en un editorial.

**P: Vos sentís diferencia en trabajar en una cooperativa y una empresa privada?**

G: Si, nada que ver porque trabajar bajo una relación de dependencia te tiene asi cortito. Aca si te pedís un permiso te lo dan. Aca se le ayuda a los compañeros.

**P: Porque vos pensas que aca te ayudan y en una empresa privada no?**

G: porque aca hubo una lucha para beneficiar a los trabajadores.

**P: Vos empezaste despues a trabajar en el Bachi también, no?**

G: Al bachi primero fui estudiante, en la primera promoción en el 2008. De aca de la cooperativa yo solo.

**P: En que año empezaste a trabajar en el bachi?**

G: En 2011.

**P: Despues que terminaste la secundária?**

G: Despues que terminé. Nosotros nos recibimos en el 2010 y en marzo de 2011 cuando empezaran las clases empeze de preceptor. Me ponen el titulo ese, pero no se ... me da riza.

**P: Cual es tu función ahí?**

G: Ahora tengo que manejar todo con el inspector general que va a la escuela. Nosotros todavía en el bachillerato pertenece a escuelas privadas, está bajo a esa norma privada. Las escuelas privadas tenes los inspectores que van a ver. No se como fue que hize buena onda con el inspecto y me manejo todo con los trametes, con lo que hay que hacer.

**P: Tenes todo un conocimiento sobre tramites?**

G: Si. Desde que empeze a trabajar...

**P: Llevaste algún conocimiento de aca de la cooperativa para el bachi?**

G: Si. Que los chicos sean mas unidos, que cuiden las cosas...

**P: Como es tema que el bachi se autogestione?**

G: Todo eso depende, el bachillerato es un hijo de la cooperativa.

**P: Como se maneja las decisiones del Bachi?**

G: Todo pasa por aca de la cooperativa. Por ejemplo, hicimos una reunión con Claudia y Diego sobre la falta de profesores a ver que hacemos.

**P: Y ustedes hacen algún convenio con alguna universidad?**

G: Si, la UNQ con Claudia, la UBA Mario tiene varios contactos.

**P: Ustedes pagan algún sueldo a los profesores?**

G: A dos solamente, a Oscar e biología y química, porque se iba a ir a otra escuela que le iba a pagar.

**P: Quien son los profesores que trabajan aca?**

G: Juan Carlos (matemática), Diego y Mario (historia del movimiento obrero).

## ANEXO V

### **Entrevista a Diego:**

El proyecto de la cooperativa es la articulación con la comunidad. Como nosotros utilizamos esa articulación como una estrategia política, como una estrategia para sostener nuestra fuente de trabajo. Nosotros estamos trabajando para mostrar que las cosas se pueden hacer de otra manera y hacer de otra manera significa salir del sistema y salir del sistema somos una hormiguita en un hormiguero, tratando de cambiar algo que es muy difícil de cambiar. Y estamos trabajando con eso, entonces eso es trabajar la cabeza de todos los compañeros. Nosotros como herramienta estrategia utilizamos la articulación con la comunidad, una herramienta estrategia y aparte nosotros somos la comunidad. Somos lo que necesitamos un club, nuestros hijos necesitan un espacio de contención, de recreación, necesitamos formarnos nosotros, nuestros vecinos, nuestra familia, entonces esta el bachillerato, formarnos con un sentido crítico. Que cosas nos pasan y porque nos pasan y no el maestro que viene con el librito y te cuenta la historia, eso ya nos paso, venia Colon y nos vendia espejitos de colores. Eso ya nos paso. Entonces nosotros necesitamos un espacio de formación para los trabajadores, para nuestros vecinos, para nuestra familia, por eso el del bachillerato.

Queremos intervenir, como trabajadores, siendo parte de la comunidad, para formar compañeros preparados, dirigentes, que puedan transformar a la realidad de un país que hoy es totalmente injusta. Nosotros como trabajadores, siendo los dueños del capital, podemos decidir que hacemos con lo que ganamos. Decidimos repartirlo en partes iguales y decidimos invertir en la comunidad, invertir en las escuelas. Hicimos el bachillerato, estamos buscando, porque el Estado aun no reconoce, si bien tenemos la matricula de escuela privada, pero el Estado no nos reconocen como educación pública, por lo tanto no les paga a los profesores.

### **P: Y porque no reconocen a ustedes?**

D: Por alineamiento político.

### **P: Porque ellos son krichineristas?**

D: Claro. Hay bachilleratos populares que son krichineristas que si han recibido el pago de los docentes. Y los que no, no lo reciben.

Nosotros como primer lineamiento: nosotros somos trabajadores e somos independientes de cualquier partido político. Y el paso del tiempo ha hecho que tengamos que tener una inclinación política porque nuestro trabajo depende mucho de eso. Entonces si no tenemos ningún respaldo político lo más probable es que cuando critiquemos lo que haya de criticar salga a pegarnos y a quitarnos fuente de trabajo como han hecho.

### **P: y ese aporte político de donde viene?**

D: De la UP y de la CTA. CTA por el lado de la sindical. Nosotros estamos filiados a la CTA por una cuestión de principio como trabajador que nunca traicionamos los que nos han defendido. Nosotros pertenecían al Uocra<sup>97</sup>, que era otro sindicato de la CGT. Y Uocra cuando quedamos sin trabajo automáticamente pasamos a ser desafiliados porque Uocra afilia únicamente a trabajadores. Entonces, si tienes trabajo, el sindicato te defiende, sino tienes trabajo es problema tuyo. Y todos los aportes que nosotros hicimos durante diez años, quince, esos aporte fueran a parar no sabemos donde. Fueran aportes nuestros, no tuvimos ningún beneficio de eso, quedaran perdidos.

**P: Y cuando ustedes adherirán a la UP?**

D: Ahora. Con el pasar de los años nos fuimos dando cuenta que era necesario una participación política porque es el lugar en donde se define todo. Si bien nosotros vemos que es muy difícil romper el aparato electoral y político que esta armado, pero también creemos que necesitamos participar de esos espacios, que es donde se define las cuestiones que nos atraviesan todos los días a nosotros. Y estamos en la CTA porque cuando nos quedamos sin trabajo la CTA fue la que nos defendió como trabajadores, no se fijo si nosotros íbamos aportar la cuota sindical, si teníamos o no teníamos trabajo. Automáticamente se puso en defensa de nuestra fuente de trabajo y así fue que conseguimos la cooperativa.

**P: Ellos vinieran aquí a luchar con ustedes?**

D: Si. Entonces nosotros decimos como principio básico del trabajador nosotros respondemos los que han respondido cuando necesitábamos. Cuando estábamos solo y no teníamos nengun respaldo gramial los que nos defendieran fueran la CTA y ATE. Nosotros estamos con ellos porque encontramos nuestro espacio de participación.

**P: Y como surgió el proyecto de hacer un aporte a la comunidad?**

D: No es que tiene un surgimiento. Sino que nosotros nos vamos dando cuanta a lo largo del tiempo, cuando nosotros vamos contando la historia de la cooperativa y como arranca parece que a partir de que esta la cooperativa UST se da toda una organización dentro del barrio y de la comunidad. En realidad cuando uno cuenta la historia y de donde se viene trabajando nos damos cuenta que a partir de estar organizado la comunidad y la participación política y barrial que tenemos o que han tenido nuestros compañeros, como por ejemplo Mario, nos damos cuenta que la UST parte a partir de eso, de la organización barrial. Entonces cuando nosotros tuvimos el conflicto, que éramos 35 compañeros que nos quedamos sin trabajo, todo ese trabajo barrial que se venia haciendo antes de que haya UST, antes de que haya Syusa, antes de que haya Techin, eso hizo que nosotros tengamos como trabajadores el apoyo de la comunidad para defender nuestra fuente de trabajo. Entonces la UST parte mucho antes de Techin, nasce de la participación barrial, de la organización vecinal, de hace muchos años atrás. Los compañeros de la comisión interna de Syusa, los delegados de la época Techin, tampoco sabían que iba a ser cooperativa UST. Lo que se sabia era que había que sostener la

---

<sup>97</sup> <http://es.wikipedia.org/wiki/UOCRA>

fuente de trabajo a cualquier precio. Y sostener la fuente de trabajo a cualquier precio era idear algún proyecto o algo que haga falta. En una de asambleas, yo escuchaba a los delegados, cuando yo era muy novito, cuando había empezado en Techin, escuchaba los delegados que hablaban allá por el año 1998 que había que crear una herramienta que sostenga por lo menos 40 compañeros que eran los que nos íbamos a quedar sin trabajo, primero por cuestiones de edad, segundo por cuestiones de salud y tercero por cuestiones sindicales, o sea, compañeros con mucha participación, con mucha cabeza de organizar las empresas no lo quieren. Entonces nos íbamos a quedar sin trabajo y había que armar una herramienta para eso. Cuando nos quedamos sin trabajo la herramienta fue la cooperativa. Y para defender a la cooperativa no alcanzaba con 40 compañeros. Entonces la comunidad nos viene a apoyar, porque ya el trabajo era de mucho antes con la comunidad. No era que nos conocieran en el conflicto, ya la articulación con la comunidad venía de mucho antes.

Asambleas: mínimo una vez por mes;

Mantenimiento del Club y del Bachillerato: yendo, poniendo el cuerpo. Sino hace un club para que la condición sea de otro y no sea de los trabajadores. El club, el bachillerato lo hicieran los trabajadores. Debemos que dar la impronta de los trabajadores y de lo que nosotros queremos, no que sea lo que otros quieren que sea.

Hay un acompañamiento en general de todos los compañeros para todas las actividades. Ese acompañamiento le falta formación. Como le falta formación a la comisión administradora de como gestionar, tanto cambiar la manera de hablar para dirigir tal compañero, como cambiar la manera de hablar para firmar un contrato que te de cinco años de trabajo.

**P: Donde aprenden?**

D: Yo empecé la facultad para aprender. Tienes la parte técnica que la hace el ingeniero, compañero nuestro que esta desde que empezó la cooperativa. Pero la parte técnica esta siempre respaldada por los conocimientos de los compañeros. Nosotros que utilizar la herramienta que tenemos como ventaja que es la herramienta del conocimiento de todos los trabajos. Si bien técnicamente no puedes volcar a una planilla porque no estudiaste. Pero tu conocimiento aporta tanto como el conocimiento de ingeniero. Esta mas apuntalado por lo tuyo que por lo del ingeniero, porque vos es el que venís e decís que en esa tarea vamos a necesitar determinada cantidad de cosas. Es que esta todo el día con lo conocimiento de las tareas, de cómo los compañeros trabajan, de cómo funciona, de que cosas se necesita, son los compañeros que trabajan todos los días. Entonces, en base a la experiencia de ellos es que uno va aprendiendo la parte técnica. Yo empecé a estudiar, empecé la facultad.

**P: Sos profesor en el bachi de historia del movimiento obrero, no?**

D: Si. Hay que agradecer a todos los profesores que participan, pero no es lo mismo que vaya y les cuente un trabajador que cosas pretendemos el bachillerato, a que por ahí lo cuente un profesor que venga de afuera y que a lo mejor puede leer el proyecto y decir eso es lo que quiere el bachillerato es distinto que lo cuente yo, Mario, Oscar, el que esté, porque fuimos lo que vivimos, lo que estuvimos trabajando para eso y porque somos los vecinos y la cara

visible de la cooperativa. Entonces dar clase en el bachillerato es eso, es estar dentro del bachillerato como trabajador y contar a los estudiantes que es lo que queremos para el barrio.

**P: Cuales son los contenidos que dictas?**

D: Orígenes de movimiento obrero argentino (Patagonia Rebelde, Gobierno Peronista, etc); Dictadura Militar, el Cordobazo, ... Si bien esta el programa que baja de Nación, nosotros no vemos nada de eso, muy poca cosa se usa de ese programa. Nosotros lo que vemos es lo que fuimos viviendo nosotros. Tratamos de demostrar en esa materia los orígenes del movimiento obrero argentino y como llegamos a la década de 90, 2000 y como hoy como clase obrera somos trabajadores autogestionados.

La falta de formación que teníamos... nosotros nos ilucionamos y seguimos ilusionados que todos los compañeros terminen la secundaria en el Bachillerato. Muchos no fueran, pero muchos fueran. Egresados de la cooperativa, el bachillerato nos dio diez egresados de la cooperativa.

**P: Y por que los otros no fueran?**

D: Por un abanico de excusas. Lo que nosotros trabajamos todos los días para que entiendan la necesidad de formación, porque la cooperativa no tiene que depender de algun profesional que venga desde afuera a programar, hacer la ingeniería, todo lo que necesitamos como empresa. Lo tenemos que hacer nosotros desde adentro. Si bien que tenemos un equipo de profesional técnico, pero las decisiones las toman los trabajadores. Tenemos una orientación y nosotros les decimos a los técnicos que tenemos que trabajar para determinado objetivo.

**P: Pero ellos ganan el mismo que ustedes?**

D: Algunos ganan un poco más que nosotros. También esta esa de decir yo como dueño de la cooperativa tengo que ganar mas que el profesional. Hay muchas contradicciones, muchas cosas de idas y vueltas, que uno va avanzando y retrocediendo...

**P: Como funciona la autogestión en el bachi?**

D: nosotros nos ilucionamos que todo sea una autogestión, que cada una de las unidades sea autogestionada, que se sostenga por si solas. La verdad que el bachillerato nosotros como trabajadores, muchos han estudiado. Gustavo que se encarga de hablar con le inspector a nivel de Avellaneda, de pasar de cortar el pasto (porque el empezó cortando el pasto) a ser el que hable con el inspector es un logro de la autogestión. Un compañero que después de diez años esta sentado hablando con el director de todas las escuelas para ver que cosas necesitamos cumplir administrativamente. Que Lucia sea preceptora, que Marcelo sea preceptor, que si bien que todavía no esté la autonomía económica.

Estamos en el aprendizaje de cómo gestionar una escuela. De trabajadores sin trabajo a una cooperativa de diez años de autogestión, a tener una escuela sin saber cómo se maneja una escuela es todo un aprendizaje.

**P: Como se eligen las materias, los contenidos, la organización de la escuela, etc?**

D: Hay una reunión a cada dos o tres meses de profesores, junto el directivo del bachilleratos. Ahora a la reunión se sumaran alumnos.

Es un poco autogestión de decir cual es la orientación para ver casos especiales de los comañeros que faltan, yendo a buscar los compañeros que no vienen, llamando por teléfono a ver porque no están viviendo, si tienen algún problema familiar, si en algo los podemos ayudar. O simplemente no vienen porque no quieren venir más. Una tarea de contención.

Nosotros trabajadores formamos parte del concejo directivo del bachillerato. Claudia es la directora, yo soy prof y representante legal, Gustavo habla con el inspector.

Necesitamos que un vecino que paso por el bachillerato, no sea un vecino más, que sea un vecino mas comprometido con la comunidad.

Red de escuelas: nosotros articulados el bachillerato con la red de escuela y gracias a eso el bachi se sostuvo, porque docentes de todas las escuelas de la zona se pusieran a disposición

## ANEXO VI

### **Entrevista coletiva com: Maria Gomez, Maura e Gustavo Gomez:**

Relataram que Bachillerato estudam o Capitalismo, as diferenças entre Grandes Empresas e Cooperativas de Economia Social. Atualmente estão analisando as “Minerías de San Juan” (contaminação, exploração e grandes empresas).

Maria e Maura relatam sobre a participação no “Encuentro Nacional de Mujeres”<sup>98</sup>, realizado na cidade de San Juan. Elas foram ao encontro em convite da UST e da ATE, que organizou um ônibus para levar as mulheres do bairro interessadas em participar. Contam que as mulheres pedem o fechamento das “minerías”, a lei do aborto e também que o governo combata a trata de mulheres na Argentina.

Obs: Presenciei uma conversa de Claudia com as gurias do Banquito sobre o Encuentro de Mujeres. Como haviam participado do encontro, Mario pediu para elas organizarem uma conversa com os “companheiros” da UST sobre a experiência em San Juan. Também foi solicitado que nesta conversa se debata a organização do encontro em Santa (2014).

Sobre o funcionamento da escola, eles relatam que as assembleias são organizadas pelos professores e pela diretora. Relatam que nas assembleias se discute, entre outras coisas, “que se necesita em la escuela para que los trabajadores de la cooperativa no tengan tanto peso”. Eles, nesse sentido, concluem que “esta bueno que los alumnos ayuden a mantener a la escuela”.

---

98

<http://28encuentronacionaldemujeres.es.tl/%BFQUE-SON-LOS-ENCUENTROS-DE-MUJERES-f-.htm>



## ANEXO VII

### Relato escrito por Mário Barrios durante una oficina de formação da CTA.

Una Historia, del Presente que merece ser Contada,

Nuestro Barrios, fue formado al calor de las luchas, obreras y sociales, preguntarse hoy, ¿porque la UST tiene tanta influencia en lo territorial? O apuesta tanto a la construcción Colectiva, es desconocer, esta Génesis, estos Orígenes,

El Barrio San Lorenzo, bien al Este, contra el bañado, y lo que es hoy la Autopista, Bs As la Plata. El Fondo lo llamaban, el fondo, pero para nosotros siempre fue el principio hasta de nuestras Vidas.

Siempre fue así, y desde siempre la lucha por la dignificación de nuestra Gente, los pioneros fueron, Don Vicente el Ferretero, Don Piras, Don Guerra, Doña Flora Pernacing, Doña Rosa Santoro, el Español, el 11 Corazones en la calle Pino, toda de tierra, el barrio terminaba justo ahí en la calle Lomas de Zamora y Pino, Donde hoy se levanta Orgulloso el Polideportivo de la UST, es decir el poli del Barrio, con don Nicola de vecino, los Ponce en lobos, última casa del fondo, después el Campo , algunas casas entre Oroño y Guamini, y más campo, el acceso Sud Este de tierra, un Teléfono en el Barrio, el de don Celotto al lado de la Panadería, la Lucha, de la Calle Martín Fierro, que casualidad, ***La lucha***, ese fue el Teléfono del Barrio, de paso departíamos con Alejandra, su hija, alumna de la Esc. N° 38 como yo y compañera de grado además, el segundo teléfono fue el de Gañet, los Yuro que le decíamos, se acuerdan en Oroño y Bahía Blanca.

El agua potable, la íbamos a buscar a la estación de Wilde, hasta que pusieron la primera canilla, en Bahía Blanca y Pino, al lado de una canchita, pegado a lo de Pichi Basualdo, uno de los Desaparecidos de nuestro Barrio por los años 75/76, Vivía donde hoy es la imprenta de José Fiorito, un amigo, Pichi desapareció mientras hacia el Servicio Militar, si no recuerdo mal, y en frente en diagonal Vivía Marca Rafael. Piguetti, otro Desaparecido de nuestro Barrio, otro amigo que perdimos, junto al Pibe de Federico, el Cartero del Barrio, después de don Reguera.

También se Llevaron a Landrísina, el marido de Rosa, la Rosa del Roperero como la conocemos popularmente, por atender durante años, el Roperero Comunitario de la Parroquia del Padre LUIS SANCHEZ, este sí con MAYUSCULAS, que honor tener un Cura como él, de Compañero de Ruta. Nos enseñó que. ***“Había que seguir andando nomas como decía el pelado Agelelli” a pesar de las adversidades,*** y por él y muchos otros es que andamos construyendo este destino que queremos Colectivo, aprendiendo y desaprendiendo, todos los días.

Cuántas Luchas, Juntos en nuestro Barrio, el terraplén que paro las inundaciones, que nos obligaba a refugiarnos en la Sociedad de Fomentos de Wilde Este, a veces por semanas, las luchas por la entrada del Colectivo, el Viejo colectivo Verde el 50, el Río de la Plata, amigo casi siempre y enemigo a veces, amigo porque el RACING, Las BOYAS, LOS PINOS, fueron los balnearios populares por excelencia, además quien no paseábamos por las quintas, y comprábamos , radicheta, tomates,, morrones, uvas o ciruelas, las peras de Navidad, cuanta alegría para nosotros los pibes, y en los inviernos el río crecía e inundaba nuestras casas, nosotros pibes y pibas, recuerdo nos bañábamos en el asfalto de la calle guamini, única calle de Asfalto, que llegaba al fondo hasta Lobos, los Bomberos nos socorrían y la sociedad de fomento, era nuestro Destino solíamos estas semanas refugiados del Agua, después la lucha por la salita, hablamos de los años 60-70, si nosotros éramos unos pichones, muchos todavía éramos novatos en el grupo scout, “los Halcones” que tiempo, nuestro campito estaba en pino y Lomas de Zamora, donde ahora es la Iglesia Evangélica. No quedo ni el Mástil donde izábamos nuestra Bandera, con Orgullo de Soldado, al servicio de la Patria y el Pueblo.

Fue una lucha pero tuvimos nuestra Sala, la de Paramaribo y Godoy Cruz, donde hoy funciona el Centro de Jubilados, cuantos vecinos Laburaron para construir esa Sala, me acuerdo de don Coli. Avelino. Doña Tefi, que como diría. Federico le conoció el Culo a medio Wilde, fue una de nuestras enfermeras, compañera de doña Tita, otra enfermera, con el mismo honor y conocimientos culinarios. Después se nos esfumo la sala,

ya no fue tan Pública, los médicos ya no eran tan públicos, así termino, con Juicios y quiebras, pero además sin una explicación para nuestro barrio, por lo menos no tenemos una versión oficial, y pensar que esa fue echa por nuestros Viejos, y ahora es como si el Barrio no se mereciera una explicación, total era de unos pocos ya no era nuestra salita esa que empezó en una casilla de Madera, donde nosotros compartíamos el espacio, como integrantes de los scout, así se va haciendo nuestro Barrio, con marchas y contramarchas, pero vamos siempre andando nomas. Fuimos los Pibes que tomamos el Club 11 Corazones, por la comprensión y Grandeza de nuestros Mayores, como Doña Rosa Pernancón, Don Miguel Zabala, Don Méndez, el Español, Don Chipola, que nos acercaron hasta fotos para reconstruir la Historia del Club 11 corazones, fue el Club del Barrio, donde se hacías los Bailes de Carnaval, Llegaron a venir comparsas desde Salta, a animar los bailes, una Fiesta y un Orgullo el poder haber compartido esos caminos que nos fueron formando en lo que somos,

en ese espacio se fundó la biblioteca popular, y una gran movida cultural del barrio, que se apago con el Golpe del 76, se quemaron documentos, se persiguió y secuestro a varios de los compañeros amigos de siempre y compañeros de Militancia, nos desaparecieron a nuestros Compañeros, Rafael Piguetti, Federico, Landricina, Basculado, un catequista de la Iglesia Nuestra Sra, del Valle, el Diputado de la J;P Armando Croato, hoy Nuestra plaza realizada con los Vecinos/as, recuerda en una Placa los Nombres de Nuestros Compañeros desaparecidos, que siguen estando presentes en Cada construcción Colectiva que realizamos, porque hemos repetido siempre, nosotros solo somos continuadores de otros compañeros/as, que iniciaron esta Camino, así vamos Sin Prisa pero sin Pausas, camino al Barrio que ellos Soñaron y nos gravamos a fuego, la continuidad de esas Luchas por un Barrio Mejor.

Después vino, la Canchita, hoy Polideportivo de la UST, Rebautizado, al enterarnos que, su primer nombre. *Capitán Giachino*, está manchado o al menos sospechado, del que consideramos nuestro Héroe de Malvinas, fue integrante de un Grupo de tareas junto a, *Alfredo Actis*, Participe responsable, de una de las noches más trágicas de nuestra historia responsable del genocidio desatado, después del golpe del 24 de Marzo del 76. Con un saldo de 30.000 compañeros/as desaparecidos. Nuestra Canchita, fue también fundada con lucha y sacrificio, tiene una rica Historia anterior incluso al Barrio Justicia y Lealtad, ese fue un lugar de resistencia, donde con la excusa de los pesebres vivientes reuníamos al Barrio en épocas que todavía regia el toque de Queda, estaba prohibido, que se junten más de cinco personas, nosotros hablamos con el padre Luis Sánchez y Bendecía los pesebres vivientes, que servían para que al final de los mismos nos juntemos, los Jóvenes y planificáramos alguna acción, que se traducía, en viejas tácticas, parecidas al *LUCHE Y VUELVE* de los años 70, esa estrategia nos salía también, que nos transformamos casi en un Grupo de teatro, salimos de gira por distintos Barrios de Avellaneda, con la obra el EMANUEL, que teatralizo el nacimiento del Niño JESUS, fue una experiencia casi impensada, la obra la hicimos en, la Plaza Alsina, en el Polideportivo, en el Parque de las Flores y Paramaribo, en lo que es hoy el Parque Municipal. De Agüero y Matanza, en la Plaza que hay en la Calle Matanza casi Camino, Gral Belgrano, en Dock Sud, después con esa experiencia nos animamos, a algunas fiestas de días del Niños, entregas de trofeos, fiestas escolares, hermosa experiencia Colectiva, de teatro Callejero.

Los jóvenes nos fogueamos al calor de la primavera setentista, casi siempre esas reuniones terminaron con la estrategia, de algún acto Relámpago, de esos que al grito de *Viva Perón Carajo*. Panfleteábamos, cantábamos y desaparecíamos, siempre en nuestras historias hubieron, Bocones o traidores, y varias veces, nos cagaron a palos o fuimos en cana por ellos, o a lo mejor por ser tan pibes nos íbamos de boca y nos vendíamos solos, pero eso sí ¡Siempre Cumplimos! Con lo que decidíamos hacer, restauramos, el Busto de Evita en Lanús, colocamos en plena Dictadura placas recordatorios, los actos relámpagos en la calle Florida, a la hora establecida, un grito La marcha, pintadas volantes, y a volar, manteníamos viva la Llama de Evita, y el Peronismo en nuestro barrio, en Avellaneda y donde fuera, y eso nos costó estar en cana, que nos caguen a palos, o como a mi Amigo POPI, José. Héctor Yengo que le costó varios dientes, un 22 de agosto en Lanús, producto de una granada de gas lanzada a la cara de mi compañero, sin estos antecedente no se entiende nuestra Lucha, como no defender entonces este espacio, que era nuestra canchita de Futbol, que para algunos es solo eso, una canchita de futbol, para nosotros es parte de nuestra Historia y Presente, en ella conviven, nuestros cumpas Desaparecidos por la Dictadura, o ya fallecidos, allí nos juntamos, disfrutamos, pasamos los mejores años de nuestras vidas, mira si será importante para la historia del Barrio la Canchita, hoy Polideportivo de la UST.

En esta lucha crecimos, nos juntamos nos reconocíamos nos peleamos, los domingos nuestro Barrio era una fiesta, con los Campeonatos Relámpagos. Destino de pibes pobres, no de pobres pibes, éramos muy felices a pesar de nuestra pobreza, crecimos con don Planowski, y el equipo Dinamita, jugar en dinamita significaba, la leche y algún alfajor, además de sentirnos para la época un Ermindo Onega, o Rojitas, un Ratón Ayala, un Pinino Mas, no

dejábamos de mirarnos las camisetas y las medias, como no vamos a gozar hoy cuando vemos a nuestros pibes, correr detrás de la pelota, con un equipo completo, y muestran Orgullosos el escudo de la UST, o Lloran por algún punto perdido, o un Gol de último minuto, si nos vemos a nosotros mismos, vemos al Rolo, Nico y al Pelado, Prado, Luis y Edu, Gutiérrez al negro Aníbal. Al Laucha, Cuba Al Chivo Zabala, Pascual, Mono Salvador, Vichi Barrera, y más atrás a Coco Estudillo a Lito, mamita cuantos jugadores, diez quince equipos, cientos compartiendo, y terminamos con guitarreadas empanadas o lo que fuera, pero fiesta, Siempre nuestra juventud adolescente fue una Fiesta, Así crecimos, con los amigos/as de rancho grande, Champi, Pichón, René, Ricardo, Ganga, Pancho, Corchito, con algunos compartimos, las primeras Películas por Televisión, me acuerdo,

La casa Doña Sara, la Mujer del Sordo Gómez, Peronista hasta las Medulas, eran como 10 hermanos/as, antes de ir a bañarnos a las Lagunas, pasamos a ver, Laredo, Cisco Kid, o Roig Roger, todo por un Barquito, 5 centavos, que tiempos, nada de frula, ni porros, algunos, le afanamos los Clifton, o particulares a los viejos, empezamos a explorar nuestro primer cigarro, empezamos a despuntar los primeros amores, con Marta, Silvana, Las Correas, La Susi López, las Moreira, la Miki, la Estela, Loli, la Virginia, Mari Sánchez, cuantas Pibas, algunas se quedaron para siempre, fueron Novias hoy esposas de Compañeros, otras hermosas ilusiones, buenas y malas experiencias como la vida misma.

Después la Mudanza, a Robles del Rancho Grande. Ya en Democracia con la gestión de el Intendente, Luis Sagol, lo único que quedo en el Lugar fue el Comedor de Rancho, que Tiempo Después, le fuimos a pedir a Roberto y a Luisa, el lugar para construir la Escuela secundaria, Media 10, la tarea que nos dimos con un grupo de Vecinos, desde la Junta Vecinal Unidos de Wilde, de la que fui su Presidente, conformamos una Mesa de Instituciones, y la Llamamos Encuentro Vecinal de Wilde Este, con Horacio esposo de la Directora de la Escuela 38, Virginia Solano, con el Padre Luis Sánchez, Chávella, fuimos quienes Fogoneamos la construcción de la escuela, y Junto a otros/as Vecinos, juntamos más de 4.000 firmas en Una semana, para presentarle al Entonces Intendente, Baldomero Álvarez, y Presentamos el Proyecto con la Firmas, y fue tratado y aprobado Sobre tablas, así hicimos realidad otro Sueño Para el Barrio, la Escuela Secundaria, porque nuestros pibes y pibas, tenían que Viajar, por toda Avellaneda, para encontrar una vacante, hoy Tenemos Dos Secundarias. La 10 y el Bachillerato Arbolito de la UST, miren que casualidad, en las dos Escuelas tuvimos que ver los mismos Sujetos, a las dos las Bendijo el Padre Luis Sánchez. y las dos Fueron producto de decisiones colectivas.

Mientras empezaba a Florecer lo que luego fue, El Barrio Lealtad, empezó Manuel Basualdo, hermano de Pichi, uno de nuestros Compañeros, Desaparecidos, Tomo un terreno en Pino y Lobos después Lealtad Se Multiplico hasta lo que es hoy, se fue ganando al bañado, la intención de un nuevo Barrio, sin calles, sin agua, sin luz, y un metro y medio abajo, que trabajo, que lucha, y ahí crecimos ahí acompañamos, a Claudia, a Giménez, a Acevedo y a su mujer Otilia, Beatriz, Alejandra, Ana Encinas, siempre andando nomas,

y por supuesto, contagiando a otros y otras tratando de sumar, Fuimos Festivales por los desagües, hicimos Jornadas de Trabajo con Obras Públicas, y el Programa Eva Perón, con

Juan Hess y Otros cumpas con choriceada de por medio, siempre buscando las mejoras para nuestro barrio, el bienestar de nuestros vecinos, haciendo las calles, peleando por el agua, la luz, rellenado el bañado, nos sumamos con, Los Barrionuevo, con Redes, Aldana. Fanny, Marta Galleguillo, y arranco el Comedor, de Merluzo, en las calles Tohay, entre Lomas y Polonia, luego el Santa Teresita, en el mismo lugar que primero fue la Junta Vecinal Justicia y Lealtad. Con Héctor Giménez, como Presidente. Desde allí, se trabajaba la posibilidad de La tenencia de las tierras Ganadas al bañado. Es bueno decirlo porque ahora, algunos Funcionarios dicen, bueno pero Uds., ocuparon tierras, que tenían otro objetivo, ¿otro objetivo? Por favor 25 años estaban un metro y medio más abajo, fueron los vecinos los que rellenamos las calles, pusimos el agua, la luz, y rellenamos un metro y medio, hicimos todo lo que hoy es nuestro Barrio.

A la par trabajaba el CEAMSE, en el CEAMSE la Empresa SYUSA, una unidad de la Multinacional de TECHINT, la obra asignada el relleno Sanitario, cuatrocientas hectáreas, de bañado tierras inundables, y el proyecto del Cinturón Ecológico, en los años 77/78 las Torres todavía no están habitadas, recién están en plena construcción, en el Cinturón muchos de nuestros Vecinos entraron a trabajar en la obra, nosotros seguimos trabajando en distintas cosas, pero a la empresa, SYUSA le empezamos a pedir a través de los Delegados, Roldan y Córtese, un Camión para hacer compras en el Mercado Central de Avellaneda, hacíamos compras por Mayor y repartíamos en la Junta Vecinal, Unidos de Wilde, de la Calle Guamini, antes el Club 11 Corazones, en esa etapa, para nosotros los Jóvenes muy Jóvenes, fue una escuela de formación, lo echo, Organizamos los bailes de Carnaval, son cosas inolvidables, todo el Barrio participaba de los bailes y casi siempre se armaba algún, tole, tole, alguna trifulca barrial, nunca paso a mayores, en esa época siempre era a las piñas, podía volar algún objeto, contundente, dirían los letrados, para nosotros, botellas, o cascotes, algún palo, heridos leves, lindos bailes los nuestros. Así crecimos.

En el 84/85 entre a trabajar a SYUSA-TECHINT, por un problema de despido, no recuerdo bien pero fue una pelea de los entonces Delegados Obreros, que no aceptaron trabajar con menos gente, pidieron un ingreso efectivo, no que fuera de Agencia, ya la empresa empezaba a tomar la gente por Agencias de colocación, así comencé a trabajar en el lavadero de Camiones y camionetas, donde un poco estaban los castigados o los que tenían algún problema en su antiguo sector, así empecé a conocer, junto a viejos Compañeros, como el Pitufu, Velis, Molina, Castaño, y empezaban algunos compañeros de agencia, Hoy integrantes de la UST, como Chela Benítez. Modesto Silva, Faustino Silva, seguro me olvido de algunos pero bueno este fueron mis comienzos, en SYUSA la Empresa de Techint.

Nosotros Siempre vinculamos el Trabajo Barrial con nuestro trabajo en la empresa, seguimos pidiendo un camión, para las compras, algún camión de tierra para rellenar terrenos, y empezamos a recuperar la Canchita, que como el asentamiento Crecía, hasta sus límites, incluso en varias ocasiones tuvimos algunas discusiones con algunos, que no respetaron y marcaron como lotes parte de la cancha, fue mucha la pelea que dimos por cuidar ese lugar, porque al rellenar todos los terrenos quedamos en un pozo como de un metro abajo, y se lleno de agua la cancha se transformo en laguna, pero de a poco la recuperamos, como decía antes con la ayuda de los compañeros y empresa, arreglábamos con algunos compañero y

arrancábamos 4 o 5 viajes de tierra por día, y la desparramábamos en jornadas con muchos de los que jugamos los Sábados y Domingos,

Desde siempre trabajamos así en jornadas Solidarias, identificando a los buenos vecinos y a los que siempre aparecen cuando el asado está listo, pero nunca esta para juntar leña, prender el Fuego, o poner para la compra, esos siempre existieron, como existen hoy en la UST, y seguramente existen en todos lados, encima esos son los que critican más, y comentan con alguno que les presta el oído como deberíamos haber hecho todos lo que según su entender esta mal, es una joda, siempre con el diario del lunes te dan el resultado del partido del Domingo.

Así fuimos Organizándonos, también en Syusa porque, la empresa era la dueña de nuestras vidas, juro por dios que yo no podía creer, que acá teníamos el dentífrico la máquina de afeitar, se lavaban la ropa, había compañeros que no volvían por semanas a su casa, para ganar más horas extras, Siempre me acuerdo que en una discusión, con la empresa uno de los Delegados, le dice a uno de los Directivos de la empresa, nosotros somos Militantes de SYUSA venimos de noche a trabajar y nos vamos de noche, pasamos más tiempo acá que con nuestras familias, pero no lo hacía como una autocrítica si no como una afirmación, pidiendo que la empresa tenía que tener más contemplación. Yo pensaba es una locura estos tipos son dueños de nuestras vidas, y encima nos enojamos con nuestras familias, si nos reclaman más presencia en nuestra casa, nuestra respuesta segura fue en tono bien enojado. ¡Que quieres yo tengo que trabajar.

Creo que en ese entonces nos perdimos, lo más hermoso que nos puede pasar, nos perdimos el crecimiento de nuestros hijos, sus fiestas escolares jamás las compartimos, ni siquiera si nuestro hijo/a era designado Abanderado, al menos que anduvieras bien con los Jefes, porque algunos compañeros la pasaron bien, no éramos la mayoría, pero la pasaban bien algunos todavía son nuestros compañeros en la UST, yo en lo particular tengo que decir, que nosotros la pasamos bien no le dábamos bola a nada teníamos un buen grupo de Compañeros en el Lavadero, no teníamos comedor en el Obrador, nos cocinábamos en los sectores, o en un pequeño comedor al lado de la gomería donde se comía con vinos largos, lugar del Chanfle, o Machucón Gómez, don Rizzo, el enano Rojo, algunos compañeros de engrase, y herreros.

Muy pocos, pero la empresa con eso cumplía lo que decía la ley, ( disponer de un lugar para que los trabajadores se cocinaran, el cocinero de entonces, era Faustino Alvarenga, mi suegro, asique yo estaba de primera, encima me hice Amigo de los más Grandes, y me contaban todas sus anécdotas, las cosas que pasaron en tantos Años de trabajo de obradores, la verdad disfrutaba con esas historias y aprendí de sus costumbres, aprendí del respeto de los Obreros, de la Camarería cuando te aceptan y yo realmente sentí, que los viejos me aceptaron, eso me hacía sentir muy feliz, solíamos pasarnos de sobremesa, con algunas panzonas (vino) en esa época eran de litro y medio, y con el Viejo Alvarenga de cocinero “Mamita” Siempre te daban unas ganas de tomar algo, no te podes imaginar, con ello miles de anécdotas hermosas, fue con los primeros que hablaba de lo que consideraba un abuso patronal.

La cantidad de horas que nos hacían trabajar, que por suerte siempre nos la rebuscábamos para hacer lo menos posible, pero nos robaban la vida, social, Familiar, el crecimiento de

nuestros hijos/as cuando entramos a trabajar a la empresa, firmamos un papel, en el que nos comprometíamos a trabajar 12, Doce horas por días de lunes a lunes con un franco compensatorio, o sea que la empresa disponía ese día franco. Nos organizaba la vida.

Después pase a trabajar en servicio generales, era un lugar más grande, éramos como treinta compañeros, albañiles, pintores, choferes, arenado, limpieza, desagües, bueno casi todo, lo que implicaba el área de servicios, en mi caso era pintor pero no era un puesto fijo, a veces teníamos que ayudar en otras cosas, pero mayormente, pintamos Tráiler, oficinas, Autos, o Maquinas, a mi me pidió un jefe bastante piola, de nombre Barcina, recuerdo que yo ya tenía en ese entonces algún reconocimiento, de parte de mis Compañeros por lo que hacíamos en el Barrio, un día me encaro este Hombre y pregunto, Es verdad lo que se está diciendo, que vos vas a presentarte como candidato a Delegado, tene cuidado vos Sos un buen tipo, no metas en eso mejor, no te olvides que yo te pedí porque necesitaban un buen pintor, le respondí, que me habían propuesto ser parte de una lista, pero que si me consideraba buen tipo, no tenia por que cambiar esa valoración, por el solo hecho de ser Delegado, yo no pienso cambiar le dije, cuento esta referencia para darnos cuenta, como nos veían aún los buenos jefes, el delegado no podía ser buen tipo.

Por supuesto me presente a pedido de algunos compañeros, Después me invitaron a una reunión donde conocí a mis Compañeros de Lista, entre otros al Japo, Antonio Fernández, cara de Culo como siempre que me miraba como diciendo y este de donde salió, claro yo era nuevo, el venia de los primeros, con número de tarjeta 575 creo, yo 1203, me llevaba como 8 años y seguro nunca me avía visto, después con el tiempo fue uno de mis mejores Compañeros de Trabajo, su cara nunca cambio, lo que cambio fue su actitud conmigo.

La Comisión interna venia muy cuestionada, por que el Delegado General, recibió plata de la empresa para el arreglo de Auto, que no era ningún pecado si se explicitaba correctamente, y no un arreglo secreto de el Delegado y la empresa, Después otro de la misma comisión pidió plata para renunciar, fue una gran desilusión para muchos entre los que me incluyo, por que los compañeros, Ganaron las Elecciones un año antes con un discurso muy combativo, de diputarle a la empresa, las cosas por la que Luchábamos, Comedor, mejores condiciones de Trabajo, blanqueo de los aumentos a cuenta, mejores Ropas de Trabajo, pero bueno fue una frustración, tenían un precio muy barato los compañeros que elegimos para que nos defiendan, y al año estábamos tratando de armar otra cosa.

En Diciembre del año 86 fuimos candidatos a Delegados. Con algunos de la vieja Comisión, Mansueto, Ponce, Rodríguez, fue un año de transición, en el 87 pedimos hacer Elecciones por sectores, y formamos una Comisión Interna, como realmente queríamos, con internas abiertas en los sectores, fue una experiencia Maravillosa, nos conocimos con todos los Compañeros de las plantas de Transferencia, en los Barrios de Flores, Pompeya, Colegiales, en todos ellos elegimos delegados, dos por planta, 6 delegados de las plantas, más los seis del Obrador de V. Dominico, pasamos de tener, seis (6) Delegados, a tener 12 la empresa pegaba unos saltos barbaros, no quería reconocer a los delegados de las Plantas, teníamos reuniones y no los dejaban entrar, impugnaron las elecciones, y pedía que nos reuniéramos para hacernos entender que estábamos equivocados que durante muchos años, se eligió de acuerdo a la ley,

de Asociaciones Profesionales, venían siempre cuatro cinco, Abogados de techint, pero bueno nosotros teníamos la convicción de los Laburantes, no había con que darnos,

No participamos en ninguna reunión si no entrábamos todos los que fuimos elegidos delegados, esa fue nuestra primer pelea ganada a Techint, fuimos todos Delegados, después tuvimos miles, recuerdo como los hechos más sobre salientes, la primera o una de las primeras, fue un quite de colaboración, trabajamos 20 días ocho horas y los Sábados 4 eso solo trastorno a la empresa y los compañeros jamás habían trabajado así no sabían qué hacer con el tiempo libre, imagínense siempre trabajaban 12 horas de lunes a lunes y ahora 8 y 4 los sábados de 250 hs Promedio de trabajo, bajamos a 176, algunos estaban enojados con nosotros, nos peleaban por volver al horario que consideraban normal, más porque la empresa se encargaba que a los pocos, muy pocos carneros, Mensuales y uno 10 quincenales de 250 obreros, les pagaron premios extras para dividirnos, y eso calo en algunos.

Siempre recuerdo que un Compañero, Nicolás De Giacomo que a posterior Fue integrante de la Comisión Interna, Trabajaba en el camión de engrase, y después de 15 días de trabajo a reglamento, los compañeros del Camión le decían que ellos empezaban a trabajar horario normal, y se venia bancando las discusiones mano a mano, pero en una asamblea que hacíamos día por medio, me dice, Che Mario y yo como hago, con estos carnero ya no los puedo sujetar se me escapan y dicen que el lunes empiezan a trabajar normal, los mando al frente delante de la asamblea, fue una hermosa experiencia la discusión en esa asamblea, por que se voto seguir con la medida, y los compañeros con mucha vergüenza se tuvieron que acoplar no muy convencidos que avía que seguir la lucha, que a veces hay que perder primero para poder ganar, y aunque no lográramos el objetivo que peleábamos, los trabajadores nos plantábamos con techint y los logros más temprano que tarde se darían, hoy ya Nicolás no está con nosotros pero, algún carneros de entonces están con nosotros,

Por eso es difícil entender a veces nuestros problemas internos, sin conocer bien nuestros orígenes, Como Comisión Interna, fueron muchos los logros, que los compañeros de Agencia, pasen a planta permanente, que nos entreguen, camperas de abrigo, un aumento que pedíamos, se consolido un comedor Obrero con un vale que la empresa pagaba el 80% del valor, en fin se lograron mas de los objetivos que nos aviamos planteado de entrada, pero fundamentalmente, logramos el respeto de Nuestros Compañeros, y esto nos daba una fortaleza increíble frente a la Empresa. para colmo, a las semanas, dos o tres Trabajadores, de los 5 que avían carnereado nuestra medida, cometieron una falta que para la empresa era grave, y pidió el despido, los compañeros, vinieron a ver la Comisión interna, para defenderlos, les dijimos que ellos respondían a la empresa no a los compañeros, que lo someteríamos a una asamblea y la asamblea dispuso que nada tenía que hacer, la comisión con los carneros esos se defienden solos, por supuesto que su destino fue el despido, así actúa la empresa te usa y luego te tira, muy grafica la asamblea. Para poder entender de qué lodo nos poníamos cada uno,

Así logramos consolidar un estilo de Comisión Interna, que para nosotros fue, Maravillosa, nunca nos peleamos entre mostros, podíamos confiar ciegamente en el Otro, seguro tuvimos muchos errores pero en el Balance fueron muchos más los aciertos que los errores, y esto nos



daba una confianza, llegamos a ganar las elecciones por el 95% de los votos porque un grupo de compañeros, no querían que acordáramos unas diferencias salariales, por malas liquidaciones, que una abogada negociaba con la Empresa y nos tenía a todos con un juicio colectivo sin resolución, y resolvimos en asamblea terminar con ese juicio, acordando con la empresa, una nueva liquidación y el pago en dos veces de la deuda reconocida.

Fue un gran debate que como siempre lo sometimos a la asamblea y acompañaron mayoritariamente, la propuesta solo 8 compañeros no querían acordar los juicios, y seguirían los juicios, eso profundizó las diferencias y se armó otra lista, y el resultado fue aplastante, después pensamos que deberíamos tomarnos un periodo de descanso para rotar los delegados, y no nos presentamos a elecciones, y nos volvimos a los puestos de Trabajo, el desconcierto de la empresa era total, siempre contamos como anécdota que el Director de obra, le pide una reunión al compañero que era nuestro Abogado y le pregunto preocupado que queríamos hacer, porque nos volvíamos todos a los lugares de trabajo, no entendían nada, era solo un descanso para volver con más Fuerza, nunca se abandona la Lucha, se hacen algunos altos, para planificar y además marcamos un piso que no podían bajar los otros compañeros, a los dos años nos presentamos y ganamos por afano, era el reconocimiento a nuestro Compromiso con los compañeros, esos fueron nuestros Orígenes, los compañeros creían en nosotros, fuimos una Comisión Interna muy Transparente, como siempre algunos no nos querían nos soportaban, pero nadie ponía en tela de juicio la Honestidad de todos los integrantes de la Comisión Obrera.

Cuando en el 98/99 la Empresa amagaba que se quería retirar del Negocio del Relleno Sanitario, comenzó por reconocerse como una Empresa Ingenieril, Básicamente de Construcción y Siderúrgica, y que lo de la empresa de unidad ambiental, fue solo un experimento, qué en el Gran Árbol de Techint, SYUSA, era solo una Hoja, que ya no interesaba a Techint este negocio, nosotros nos dijimos Bueno tardaron 21 años para darse cuenta que esto no era rentable? Aquí hay algo raro, bueno dijimos Asamblea por medio, Tenemos que prepararnos ante la posibilidad que la empresa Cierre, la Asamblea fue un caos, nadie creía que podíamos quedarnos sin Trabajo, Basura habrá siempre, nos grito un compañero, los están corriendo con un cuatro de copas, otros se reían pero la gran Mayoría de compañeros, se preocuparon y nos pidieron que tomáramos las medidas que nos parecían pertinentes, no hay medidas Pertinentes dijimos, tenemos que pensar todos, se trata nada más que del Futuro, nuestro y de nuestras Familias, no puede quedar esta decisión solo en la Comisión Interna, propusimos una reunión, por fuera de la Asamblea, para poder pensar un poco mejor, y que cada uno tratara de pensar en posibles propuestas, que no se descartaba nada, y la peor idea es la que no se dice, Así comenzamos a pensar nuestro Futuro que resulto Autogestivo.

La primera reunión la hicimos en el Club Renacimiento de Villa Dominico, están invitados todos los que quieran aportar ideas, les pedimos Compañeros que los que no aporten y van más a interferir que a buscar soluciones que no venga, porque nos hace perder el tiempo y genera divisiones entre nosotros, la verdad es que a esa primera reunión fuimos demasiados para pesar, no está mal porque demostraron los cumpas que todos querían aportar algo y eso

para nosotros fue muy importante, porque veíamos que todos teníamos el mismo objetivo. Seguir Trabajando.

En esa primera reunión acordamos, conformar una comisión ampliada, que nos reuníamos después del horario de trabajo, día por medio, e íbamos imaginando el Futuro y analizando propuestas, nos juntamos dos o tres veces más en el Club, alrededor de 50 compañeros, ya la segunda semana la Comisión ampliada quedo conformada por unos 40 compañeros y las reuniones las hacíamos en nuestra sala de Capacitación, La Félix Vera, nombre dado en Homenaje a Nuestro Compañero, con quien compartimos de 25 años de Trabajo, Quiso el Destino que Luego de la recuperación de nuestro Trabajo y en pleno Funcionamiento de nuestra Cooperativa Dejara este Mundo, a lado de su Maquina Falleció, como un buen Guerrero en el Campo de Batalla, seguro de su Triunfo que era Nuestro Triunfo, su Hijo Félix, con sus Jóvenes 20 Años sigue la construcción del Sueño que comenzara su Padre, que fue uno de los tantos Compañeros Comprometidos con la Conducta Colectiva, que sembramos en la UST, a veces sin entender todo, a veces sin preguntar, pero con la firme convicción, que para el lado que vamos es el elegido por los Compañeros y ahí estaría el, al lado de los compañeros aunque le erráramos, respetaría la decisión de la Asamblea,